



PUC
RIO

MARIA DE FÁTIMA PINHEIRO DA SILVA JUNQUEIRA

“Do complô do silêncio à estigmatização do discurso: Reflexões acerca do abuso sexual da criança e a prática clínica”

Dissertação de Mestrado

Rio de Janeiro, Agosto de 1998

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

Clare 150 J95 TESE UC

Título O silêncio e a estigmatização do discurso



CIPUE

01 363

MARIA DE FÁTIMA PINHEIRO DA SILVA JUNQUEIRA

**DO COMPLÔ DO SILÊNCIO À ESTIGMATIZAÇÃO DO
DISCURSO**

REFLEXÕES ACERCA DO ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA E A PRÁTICA CLÍNICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, agosto de 1998

MARIA DE FÁTIMA PINHEIRO DA SILVA JUNQUEIRA

**DO COMPLÔ DO SILÊNCIO À ESTIGMATIZAÇÃO DO
DISCURSO**

REFLEXÕES ACERCA DO ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA E A PRÁTICA CLÍNICA

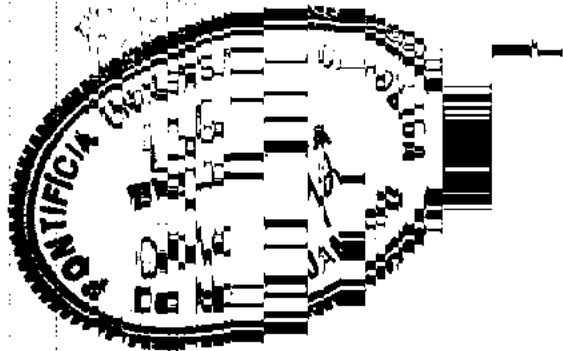
Dissertação apresentada
ao Departamento de
Psicologia da PUC-Rio
como parte dos requisitos
para obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Orientadora: Júnia de
Vilhena

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, agosto de 1998



92705

150
795
TESE UE

Às crianças que, muitas
vezes alvo de violência,
ainda buscam uma
existência criativa e única.

Meus agradecimentos

À Júnia de Vilhena, minha orientadora, que me acompanhou nesse processo respeitando minhas idéias mas, sobretudo, orientando-me de forma precisa, atenta e muito gentil.

Ao Ávila, pelo apoio constante e pelo carinhoso incentivo.

Ao meu pai, pela cuidadosa revisão dos textos.

À Neyza Prochet e ao Benilton Bezerra Jr., pela disponibilidade para produtivas discussões e pela preciosa ajuda.

Aos professores e amigos do mestrado, pelas conversas elucidativas.

Aos meus pacientes, que tanto me ensinaram a respeito de uma difícil realidade e de como superá-la.

À minha mãe, irmãos e amigos.

Aos funcionários do departamento de psicologia da PUC-Rio.

À Marilena.

À CAPES.

RESUMO

No presente trabalho, pretendemos abordar o abuso sexual da criança numa perspectiva histórico-genealógica, para então refletirmos acerca do atendimento clínico fornecido às crianças que vivenciaram experiências de abuso.

Após dissertarmos sobre a gravidade e relevância do tema na atualidade, enfocando o complô do silêncio que geralmente ocorre em situações de abuso, partimos para uma exploração histórica no sentido de elucidar a contingência da sexualidade, a construção do sujeito marcado por essa sexualidade e, conseqüentemente, a construção da noção de abuso sexual infantil. Com esse intuito, elegemos Foucault como o autor central para investigarmos a questão.

Finalmente, discutimos a relevância do conceito psicanalítico de desamparo para o atendimento clínico de crianças abusadas sexualmente, a partir de Freud e, mais especificamente, de Ferenczi e Winnicott. Associado à noção de sexualidade, o desamparo surge como um olhar sobre a criança que, ao ser violentada, se percebe desprotegida, assustada e desamparada. Acreditamos que a noção de desamparo possa evitar o que um atendimento estritamente calcado na sexualidade poderia exacerbar: a construção de uma identidade de vítima sexual e uma maior estigmatização da criança.

ABSTRACT

In this present work, we intend to set a look upon child sexual abuse under a genealogical-historic perspective, in order to be able then to reflect upon the clinical treatment provided to children who have undergone abuse experience.

After a previous dissertation about the gravity and relevance of such a theme nowadays, focusing on the silence pact that usually happens in abuse situations, we set forth for a historic research in order to throw light upon the sexuality contingency, the construction of a subject marked by this very sexuality and, consequently, the construction of the notion of child sexual abuse. Bearing this in mind, we've elected Foucault as the central author in our investigation.

Finally, we discuss the relevance of the psychoanalytic concept of helplessness for the clinical treatment of sexually abused children, starting from Freud and, more specifically, on Ferenczi and Winnicott. Allied to the notion of sexuality, helplessness comes out as a perspective on a child that, once abused, feels unprotected, scared and helpless. We believe that the notion of helplessness can avoid what a treatment strictly based on sexuality might worsen: the construction of an identity of sexual victim and a bigger stigmatization of the child.

Palavras chaves:

Violência sexual

Abuso sexual da criança

Violência contra a criança

Desamparo

Psicanálise

"Infelizmente, ele começou a notar que sua filha era não apenas extraordinariamente bela, como sua beleza, sua inteligência e encanto ultrapassavam de muito os da rainha sua mãe. Sua juventude, o suave frescor de sua tez despertaram no rei um amor tão violento que ele não pode escondê-lo da infanta e lhe declarou que havia decidido desposá-la..."

Perrault, em "Pele de Asno"

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA.....	9
1.1 A violência contra a criança.....	9
1.2 Abuso sexual da criança.....	18
2. A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO DA SEXUALIDADE: CONTEXTUALIZANDO O ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA.	40
2.1 Grécia Antiga.....	46
2.2 Séculos I e II da nossa era.....	56
2.3 De Paulo a Agostinho: os primórdios do Cristianismo.....	61
2.4 A Modernidade.....	68
2.5 Sociedade individualista do tipo moderno.....	78
2.6 O século XX.....	82
3. A NOÇÃO DE DESAMPARO COMO PERSPECTIVA CLINICA	87
3.1 Freud: sexualidade e desamparo.....	87
3.2 Ferenczi: língua da ternura e língua da paixão.....	96
3.3 Winnicott: da ansiedade de aniquilamento ao "analista" suficientemente bom.....	106
CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126

INTRODUÇÃO

Um trabalho realizado junto a um Centro de Defesa de Crianças desencadeou várias reflexões que originaram esta dissertação. Esse trabalho consistia em atender e acompanhar crianças e adolescentes vítimas de violência, mais especificamente, de violência doméstica (negligência, maus-tratos, abuso sexual). O serviço funcionava através de uma Central de Denúncias onde era permitido e garantido ao denunciante o anonimato. A partir daí entrávamos em contato com a família da criança procurando compreender a situação e intervir tanto nos aspectos psicológicos e sociais quanto nos jurídicos.

No decorrer dos atendimentos de diferentes casos uma questão começou a nos chamar a atenção: por mais violenta que fosse, a agressão física não causava o mesmo impacto e horror que a agressão sexual. Isto, tanto na própria equipe que acompanhava os casos, quanto nos parentes da criança violentada e até mesmo nos órgãos jurídicos responsáveis por avaliar e julgar situações de violência contra a criança. Esta constatação levou-nos a refletir sobre o porquê de tal diferença, fazendo com que pensássemos a respeito da posição de destaque ocupada pela sexualidade na sociedade moderna ocidental.

Passamos então a nos dedicar exclusivamente ao atendimento de casos de abuso sexual, podendo aprofundar o conhecimento em relação ao tema. Dentre a literatura disponível nos foi possível perceber a ênfase dada aos problemas sexuais decorrentes de um abuso de tal ordem e a uma abordagem

terapêutica que priorizasse um olhar sobre a questão sexual, não só para a criança mas também para seus familiares.

Mas isto, ainda assim, parecia não ser o suficiente para uma postura clínica que permitisse um entendimento da situação. A cada atendimento, entre a angústia desencadeada pela violência vivida por aquela criança que se encontrava ali na nossa frente, e as reflexões a respeito de como efetivamente compreendê-la, foi surgindo a questão apresentada neste trabalho.

Uma questão de tal ordem só pôde se configurar a partir da inserção no campo de trabalho. Pudemos então conferir que a violência contra a criança vem sendo objeto de estudo e debate no mundo todo. A enorme freqüência e gravidade dos maus-tratos tem mobilizado profissionais das diversas áreas e a sociedade em geral. Pesquisas revelam ser a violência dentro da própria família (violência doméstica) uma situação que atinge diversos países com cifras assustadoras. Nos Estados Unidos há uma estimativa de que 30% das fraturas ósseas em criança sejam causadas por violência física (Santos, 1987), enquanto que dos atendimentos de emergência de casos de violência 25 a 40% são causados por violência doméstica (Noel e Yam, 1992). Em relação ao abuso sexual na infância, dados apontam que 20% de todas as mulheres e 7% de todos os homens americanos já teriam sofrido, ao menos uma vez, um abuso de tal ordem. A situação não parece ser diferente no Brasil. Azevedo e Guerra (1993) estimam que diariamente 100 crianças morrem em consequência de abuso físico doméstico. No que se refere ao abuso sexual, por ano, 6 milhões de meninas e 3,1 milhões de meninos seriam vítimas dessa violência. Aponta-se como fatores relevantes em todas as formas de maus-tratos, o abuso do poder do adulto sobre a criança e também a noção de

reprodução da violência: muitas crianças vítimas de maus-tratos tornam-se adultos agressores.

Nesse contexto, o abuso sexual aparece como uma forma específica de violência contra a criança e o adolescente, que diz respeito ao envolvimento destes em atividades sexuais que violam tabus sociais dos papéis familiares e às quais não são capazes de dar um consentimento maduro (Furniss, 1993). Podemos dizer que este tipo de abuso se caracteriza quando uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual por um adulto ou adolescente mais velho, através do uso da violência física, coação ou abuso da confiança. Geralmente o agressor é um membro da família ou um responsável pela criança, ou seja, uma pessoa que ela conhece, confia e muitas vezes, com quem possui uma estreita relação afetiva (Azevedo e Guerra, 1989).

As ocorrências de violência sexual da criança (id.,1988) - tanto intra como extrafamiliares - podem ser divididas em três grupos: não envolvendo contato físico (abuso verbal, exibicionismo, voyeurismo), envolvendo contato físico ("passar a mão", coito ou tentativa de coito, manipulação de genitais, contato oral-genital e uso sexual do ânus) e envolvendo uso de força (coito com brutalização, assassinato). Por ser um ato que envolve medo e vergonha, que desafia tabus culturais e aspectos das relações de interdependência, o abuso sexual muitas vezes fica cercado por um complô de silêncio, numa tentativa de preservar o núcleo familiar, não apontando para a contradição existente entre o papel de proteção esperado da família e a violência que aí se dá. Tal complô ocorre por parte dos parentes da própria criança e, até bem pouco tempo, por parte dos profissionais que se deparavam com essa questão. Atualmente há uma tentativa de se romper com este fenômeno através da

denúncia e do empenho dos profissionais (principalmente das áreas jurídica e de saúde) em trazer à tona o tema abuso sexual da criança, propondo formas de abordá-lo.

Desta forma, têm surgido em diversos países, inclusive no Brasil, centros de defesa dos direitos da criança e do adolescente, quer governamentais ou não. A mídia também vem apresentando, quase que diariamente, casos de violência sexual contra crianças, tanto intrafamiliares como aqueles caracterizados por comercialização do corpo, isto é, prostituição e pornografia. Diversos programas de televisão vêm sendo elaborados e exibidos tanto no sentido de denunciar tal fenômeno quanto no de alertar a população e buscar prevenções. Quer sejam mais ou menos sensacionalistas, o fato é que tais reportagens sinalizam que a problemática do abuso sexual da criança, se é que se pode assim dizer, entrou em voga e cada vez mais está sendo discutida pela sociedade em geral.

A nossa primeira questão parte justamente dessa constatação. Será que os casos de abuso sexual vêm aumentando de tal maneira que o problema passou a ser discutido em diversos setores da sociedade, na busca de alternativas para detectá-los e preveni-los? Ou será que foi o olhar da sociedade em relação à criança e à sexualidade que veio sofrendo transformações nos dois últimos séculos, até culminar na preocupação com a sexualidade infantil que permeia diversas camadas da sociedade ocidental? Isto é, os números estatísticos mudaram em função do aumento real de casos de abuso sexual de crianças, ou esse aumento deve-se a uma preocupação maior em realizar pesquisas e trabalhos especificamente voltados para essa problemática? E se há mais pesquisadores e profissionais atuando nessa

área, é porque há uma demanda social e política também maior. A preocupação com o abuso sexual da criança é uma realidade da atualidade. Preocupação esta fundamental no que tange à proteção da infância mas que, mal direcionada, pode beirar um estado de paranóia, como vem acontecendo em setores da sociedade norte-americana onde uma troca de afeto entre crianças já pode ser considerada uma forma de abuso sexual. Ou mesmo em relação àqueles que realmente sofreram uma violência dessa ordem, uma vez que passam a ser estigmatizados e segregados pela sociedade como as infelizes vítimas indelevelmente marcadas em sua sexualidade e conseqüentemente em sua subjetividade, mas também como futuros agressores em potencial. Questionamos este tipo de atitude por levarmos em consideração o apoio que tais pessoas, no caso crianças, necessitam para seu desenvolvimento pessoal e social.

Tendo como referência uma leitura histórico-genealógica, parece-nos mais pertinente assumirmos a segunda concepção como aquela que permitirá uma reflexão ética acerca do assunto. Nesse sentido, pretendemos estudar a construção histórica do sujeito da sexualidade, do conceito de abuso sexual da criança e o fenômeno do complô do silêncio a partir de Foucault, autor que nos aponta a necessidade de sairmos do registro do sexual (dos dispositivos da sexualidade característicos da sociedade moderna individualista) para refletirmos a seu próprio respeito.

A postura foucaultiana permite-nos entender como, no decorrer da história, se produziram os diferentes modos de subjetivação do ser humano. Foucault (1977) se preocupou em realizar uma história da problematização dos comportamentos sexuais, mostrando como, em diversas épocas, o homem se

relacionou com a questão sexual de diferentes maneiras. O sujeito da sexualidade, tal como o concebemos hoje, foi sendo constituído historicamente. Nessa perspectiva, as práticas sexuais com a criança também assumiram diferentes valores e significados no decorrer da história da humanidade. Até mesmo porque a preocupação com a infância propriamente dita e com a sexualidade infantil surgiu na Modernidade. Dessa forma, o sentimento de horror experimentado pelas pessoas frente à divulgação de um caso de abuso sexual infantil é o reflexo de um modo de subjetivação, onde a sexualidade ocupa lugar central e aparece como referência primeira para o sujeito.

Esse sentimento faz parte do imaginário social da nossa época. Assim, acreditamos que uma visão não universal, mas contextualizada do abuso sexual da criança seja fundamental à compreensão tanto do complô do silêncio, quanto da possível estigmatização da vítima sexual.

A leitura de Foucault tem como objetivo embasar uma questão a ser desenvolvida nesta dissertação, isto é, uma proposta de abordagem terapêutica à criança violentada sexualmente que tenha como orientação básica de constituição do sujeito a noção psicanalítica de desamparo, e não somente (mas inclusive) a de sexualidade. Esta proposta encontra-se ancorada na idéia de que a noção de desamparo como mito de origem do sujeito permite maior gama de possibilidades de subjetivação, evitando o que uma abordagem estritamente calcada na sexualidade poderia acirrar: uma marca indelével nesse sujeito da sexualidade e a construção de uma identidade de vítima sexual.

O estado de desamparo aponta, inicialmente, para a situação do bebê que, ao nascer, necessita de alguém que o proteja e o sustente. Já na vida

adulta, o desamparo se caracteriza pela fragilidade do ser humano frente às instabilidades do mundo e frente à morte. De um modo geral, podemos dizer que o desamparo aparece na relação do sujeito com o meio que o cerca, um meio imprevisível e, muitas vezes, invasor. Nesse sentido, a criança abusada sexualmente se percebe vítima de uma violência que a remete a um total estado de desamparo, onde ela fica desprotegida e submetida ao outro. A angústia vivenciada numa situação como esta é a da morte. Por isso, pensamos num atendimento clínico a essas crianças no qual a questão sexual seja abordada, mas não priorizada em detrimento dos sentimentos de insegurança e desamparo experimentados pela criança. Uma abordagem estritamente calcada na sexualidade pode vir a corroborar a idéia de que o abuso marcou a criança de forma insolúvel.

Com esta finalidade discutiremos brevemente a problemática da sexualidade e do desamparo em Freud, para então nos determos em dois autores cujas reflexões teórico-clínicas vêm ao encontro de nossa proposta: Ferenczi e Winnicott. Tanto um quanto o outro enfatizam a questão do desamparo infantil ao focar a relação entre o indivíduo e o meio ambiente, relação básica na estruturação do sujeito. Ferenczi vai falar da confusão de línguas existente entre a criança e o adulto, já que a primeira conhece a língua da ternura enquanto que o último a da paixão. Winnicott, por sua vez, prioriza a relação mãe-bebê, a necessidade de um ambiente facilitador para o desenvolvimento do indivíduo e sinaliza o que ocorre quando a criança é invadida pelo ambiente. A partir daí, ambos focarão a questão da confiança e da disponibilidade do analista em ser continente quando preciso, como fundamentais para o desenrolar do processo analítico.

Torna-se importante ressaltar que, ao colocarmos o desamparo lado a lado com a sexualidade, assumindo-os como norteadores do atendimento psicológico às vítimas de abuso sexual, não intencionamos fechar a questão nestas duas vertentes. Pelo contrário, a idéia deste trabalho é a de abrir novas possibilidades para a criança violentada sexualmente se pensar como sujeito.

1 - ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA

1.1 - A violência contra a criança:

A violência contra a criança vem sendo objeto de estudo e debate no mundo todo. Profissionais de diversas áreas têm-se preocupado com uma infância que já não corresponde àquela concebida como um tempo de descobertas e desenvolvimento, cercada por um ambiente familiar protetor. Essa violência encontra-se disseminada na sociedade e identificável tanto no olhar triste e assustado do menino que vende bala nas esquinas, quanto no olhar rancoroso e assustador do menino que nos assalta numa outra esquina. A criança que, em vez de livros e cadernos, carrega nas mãos enxadas e aquela que no lugar de proteção encontra na família agressão, negligência e todas as formas de abuso, também fazem parte dessa teia de violência que vem redefinindo as relações sociais.

Falar de violência contra a criança implica em apontar contradições naquilo que a moderna sociedade individualista tanto fez questão de valorizar e promover: a infância. Abordar, então, a violência que se passa dentro das famílias significa tocar em feridas arduamente escondidas, justamente por irem de encontro à noção de família como o local de proteção da criança onde se propicia seu desenvolvimento. Segundo a UNICEF (1994):

“A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de sua sociedade começa na família. Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão” (p.5).

Logo, a violência intrafamiliar, particularmente a violência sexual, é uma questão que deve ser tratada com cuidado, sem perder de vista o contexto em que se dá, mas também objetivamente.

A violência contra a criança pode ser analisada através de dois processos fundamentais: vitimação e vitimização. Importa ressaltar que, abordar os processos de vitimação e de vitimização implica pensar a violência, neste contexto, como “conversão de uma diferença e de uma assimetria, numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão” (Azevedo e Guerra, 1989:46), onde há o processo de coisificação daquele submetido ao desejo do outro.

O processo de vitimação fala de uma violência estrutural característica das sociedades marcadas pela dominação de classes e por enormes desigualdades na distribuição de renda. A criança vitimada é aquela que cotidianamente tem seus direitos humanos básicos violados: escola, saúde, alimentação e o próprio direito à vida. Esse é um processo inerente ao modo de produção das sociedades desiguais e abrange a miséria e um estado de abandono social. Já a vitimização diz respeito à violência nas relações interpessoais adulto-criança, relações marcadas pela hierarquia, uma vez baseadas no pressuposto do poder do adulto sobre a criança (relações adultocêntricas). Nesse sentido, a vitimização deve ser compreendida como uma forma de submeter a criança ao desejo do adulto, para que ela satisfaça os interesses deste, não havendo espaço para o seu próprio desejo e necessidade. Tal submissão implica numa relação onde a criança se vê aprisionada, coagida e, permanentemente, sob o signo do medo. A criança deixa de ser sujeito, passando a objeto.

Vitimação e vitimização são processos que ocorrem largamente no Brasil causando um mal-estar geral. Entretanto, as pessoas tendem a olhar a vitimação com um certo distanciamento, sem se implicarem na questão, responsabilizando o governo, a sociedade ou qualquer outra entidade abstrata. Dificilmente alguém se implica como sujeito participante direta ou indiretamente daquela situação instaurada. Na vitimização ocorre uma configuração diferente, devido à própria concretude dos fatos. Não foi um "algo/alguém" abstrato que queimou com óleo fervente a boca do menino, mas sim sua mãe; quem, durante 7 anos, violentou sexualmente a menina foi seu pai; foi um rapaz quem assaltou e estuprou uma senhora idosa. Enfim, casos como os acima mencionados chocam as pessoas, levando-as a pensar nos agressores como monstros doentes e nas ocorrências como excepcionais. No entanto, o mal-estar só cresce à medida que tais casos começam a não ser tão excepcionais assim e, cada vez mais, são revelados aspectos das relações interpessoais que muitos preferiam jamais sabê-los. O fenômeno da vitimização de crianças no seio da família encontra-se primordialmente neste contexto, até mesmo por revelar facetas de uma instituição tida como sagrada e imaculada.

Como nos fala Saffioti (1989a), a vitimação é facilmente reconhecível como parte de uma engrenagem social, mas também o é a vitimização, uma vez que permeada por relações de poder (adultocêntrica). A diferença está no fato de que esta última não atinge só as crianças marcadas pela primeira. Isto é, o processo de vitimização não se caracteriza como um fenômeno pertencente a uma determinada classe social e/ou econômica. Pelo contrário, é um processo transversal, que corta verticalmente a sociedade, sem distinção

de fronteiras sociais. Outro fator envolvido no fenômeno da vitimização é o que alguns autores chamam de síndrome do pequeno poder. O pai que é humilhado em seu trabalho e, ao chegar em casa, espanca seu filho está exercendo tal poder. Desprovido do macropoder, este último concentrado nas mãos de poucos com uma alta concentração de renda, o indivíduo exerce exageradamente sua pequena autoridade. Quase sempre, a criança aparece no fim dessa cadeia de relações estabelecidas através da síndrome do pequeno poder. Contra ela recaem as humilhações sofridas pela mãe por parte de seu marido, os desentendimentos do pai no trabalho, a insatisfação do professor em relação à escola. Este pequeno poder ou quase não-poder muitas vezes se realiza através de abusos, torturas, espancamentos.

Em relação ao abuso sexual, Saffioti (ibid.) aponta para o fato de que, enquanto na violência física tanto homens quanto mulheres aparecem como agressores, na violência sexual a grande parte dos agressores é composta por homens cujas vítimas são meninas. Para a autora este dado revela a socialização da mulher perpassada pela premência de se submeter ao homem. Neste caso não seria apenas a submissão ao poder do adulto, mas a submissão ao poder do adulto homem.

Segundo Oliveira (1989)

“...o fenômeno da vitimização, corretamente associado à expressão abuso, tem suas raízes no ciclo da violência, perpassada pelas características falocêntricas e adultocêntricas da nossa sociedade, onde a família, local privilegiado para o seu surgimento, justifica-se em nome da pedagogia disciplinadora” (p.103).

Há uma tendência, no senso comum, a se pensar a autoridade do adulto sobre a criança como natural e não como social (Guerra, 1985). A

naturalização dessa autoridade nada mais faz do que justificar toda e qualquer atitude tomada por parte dos pais/responsáveis, negando à criança o direito de se fazer ouvir, ou melhor, de ser. Não se pode perder de vista que muitas das atitudes dos pais relacionam-se com a síndrome do pequeno poder, já discutida. Entretanto, a autoridade do adulto sobre a criança aparece como um fenômeno social, variando de acordo com os indivíduos envolvidos na relação e, principalmente, segundo as diferentes sociedades e como elas estabelecem a relação adulto-criança. Desnaturalizar tal autoridade significa abrir possibilidades para se repensar as relações adulto-criança e a violência aí estabelecida.

Refletir acerca do processo de vitimização e da síndrome do pequeno poder ajuda-nos a melhor compreender o quadro da violência contra a criança e, mais especificamente, da violência doméstica. Como já dito anteriormente, diversos profissionais têm-se debruçado sobre o assunto buscando respostas e soluções. O modelo dominante atual no que tange à violência familiar contra crianças e adolescentes surgiu a partir de pesquisas baseadas na Teoria Sistêmica e dos trabalhos de Bronfenbrenner, Belsky e Ochotorena (Azevedo, 1993). Primeiramente, este modelo tem como pressuposto que há uma interação dinâmica entre o ambiente, as características do agressor e as da criança. Em segundo lugar, numa perspectiva ecológica-ecossistêmica, acredita-se que há um sistema onde se articulam a realidade familiar, a realidade social e econômica e a cultura. Dessa forma, os maus-tratos infantis seriam a resultante de forças que atuam no indivíduo, na família, na sua comunidade e na sociedade em geral.

Este modelo sistêmico representa uma tentativa de escapar aos modelos unidimensionais: o médico (ou psicopatológico) e o social. Como o próprio nome já diz, o modelo médico enfoca o agressor num sentido psicopatológico, buscando as raízes da violência em sua história pregressa (se sofreu abusos e maus-tratos na infância, abandono, etc.) e em sua conseqüente personalidade e caráter. Já o modelo social preocupa-se em olhar o agressor como fruto de violências sociais tais como pobreza, desemprego, baixo nível educacional, de habitação, responsáveis pela frustração provocadora da violência. Como é possível observar, os dois modelos estão baseados no pressuposto determinista da causalidade linear. Sendo assim, o modelo sistêmico procura levar em consideração a relação e interação entre os fatores macro (sistemas sócio-econômico-político) e micro (história de vida dos pais e funcionamento familiar), tentando afastar-se da causalidade linear.

Azevedo (1993), apesar da hegemonia do modelo interativo, acredita que ele não seja satisfatório, uma vez que tem como marco referencial o mesmo dos modelos unidimensionais, isto é, o empírico-analítico. Para esta autora, a lógica deste modelo fornece uma visão estática e mascaradora do caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade. Sua postura positivista acaba por fragmentar a realidade em fatores e variáveis, deixando de focar a concreticidade das relações sujeito/objeto. Azevedo também critica a noção do homem como um conglomerado de variáveis e fatores interagindo. Segundo a autora, esta noção deixa de lado a idéia do homem como ser histórico e social, parcialmente determinado mas também capaz de criar e transformar.

Entre tantas críticas, Azevedo (1993) propõe um debruçar-se sobre a violência familiar contra crianças que tem como critérios epistemológicos:

- “Reconhecer que o sujeito do conhecer e do agir humano é coletivo.
- Reconhecer o caráter evolutivo da razão humana.
- Reconhecer o caráter inseparável da teoria e da prática.
- Reconhecer a inseparabilidade dos juízos de realidade e de valor, o que supõe a identidade (relativa) sujeito-objeto.
- Reconhecer a centralidade da história (e, por via de consequência, do significado e da cultura).
- Reconhecer o conceito de totalidade (estrutura) como geneticamente organizado.
- Reconhecer as leis como tendências dentro de uma conjuntura dada e, conseqüentemente, a necessidade de sempre contextualizar.
- Reconhecer a teoria como um modelo operativo útil para guiar a investigação” (p. 46).

Tais critérios estariam embasando o que a autora denomina de Teoria Crítica na área da violência familiar contra crianças e adolescentes, tendo seus pressupostos ancorados na Teoria Crítica da Sociedade.

Como se pode ver, ainda nos encontramos longe de uma conclusão a respeito da violência contra crianças e adolescentes, principalmente no seio familiar. Mas o que nos parece fundamental nesta aparente incongruência de teorias, situa-se no fato de que a questão vem sendo amplamente estudada e pesquisada. Acreditamos ser este o caminho para o conhecimento num sentido dinâmico-histórico e, jamais, linear-estático.

Apesar das divergências, a literatura especializada é uníssona em registrar três formas privilegiadas de abuso-vitimização de crianças: física,

psicológica e sexual (Azevedo e Guerra, 1989). Em relação ao abuso físico (incluindo a negligência) há uma certa dificuldade em se precisar o que, exatamente, caracteriza maus-tratos. A literatura tende a considerar como maus-tratos os castigos cruéis e inapropriados à idade e compreensão da criança (cárcere privado, treino prematuro de toilette, etc.), além daqueles que resultam em ferimentos, devido a um bater de forma descontrolada ou com instrumentos contundentes (correntes, cabos de vassoura, etc.). De qualquer maneira, a definição relaciona-se com o significado de muitas ações que, por sua vez, são determinadas pelo ambiente em que ocorrem. Um fator importante para a definição dos maus-tratos situa-se na intencionalidade do agente. Isto porque muitas crianças são agredidas mas não apresentam ferimentos, enquanto outras crescem e se desenvolvem apesar de uma infância de privações. Buscar então apenas o efeito da ação violenta muitas vezes não é o suficiente para a sua identificação. Acredita-se que, na caracterização dos maus-tratos, uma pessoa pode ser considerada abusiva mesmo que ignore os possíveis efeitos de seu comportamento. Isto quer dizer que basta ela ter a intenção de fazer coisas que, por consequência, gerem dano à criança, mesmo que não tenha a intenção direta de prejudicá-la.

Neste ponto não podemos nos furtar de apresentar a colocação de Costa (1986), de que "violência é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos" (p.30), é a ação agressiva que porta a marca de um desejo. Para o autor (ibid.) não importa se este desejo é voluntário e consciente ou involuntário e inconsciente. Ao se falar de desejo (e não de necessidade) o que surge como definição de violência diz respeito à percepção do sujeito violentado de que havia um desejo de destruição no sujeito violentador. Assim

sendo, a criança vivencia o abuso como violência ao se deparar com o desejo de destruição de seu agressor.

Outro aspecto a ser avaliado diz respeito ao efeito do ato sobre quem o recebeu. Neste sentido a seriedade do dano deve ser levada em consideração. Entretanto não podemos perder a perspectiva de que, um caso de violência pouco grave hoje, pode vir a sê-lo num futuro não tão distante assim. O julgamento feito pelo observador também deve ser avaliado. Isto significa que precisam ser observados os padrões da comunidade no que se refere aos cuidados com a criança. Mas como dizem Azevedo e Guerra (1989):

“O nó górdio da questão está em precisar em que medida algumas diferenças culturais representam ações que são intrinsecamente danosas às crianças e adolescentes e em que medida elas são apenas diferenças em estilo”(p.39).

A negligência, incluída no abuso físico, se caracteriza por ser uma forma insidiosa de maus-tratos. Ela representa uma omissão no que se refere a cuidar e prover as necessidades físicas e emocionais da criança. Mas deve haver cuidado para não se confundir negligência com dificuldades reais devido às condições sociais de vida dos pais. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) se preocupa com tal questão ao mencionar em seu artigo 23: “A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder”.

A negligência ocorre quando os pais ou responsáveis têm condições de prover o básico às crianças, mas não o fazem por quaisquer outros motivos.

Ainda em relação ao abuso físico, diz-se que a educação pela violência educa para a violência. Isto significa que a criança assimila o modelo violento tendendo a repeti-lo com seus próprios filhos. Este modelo apreendido repete-se camuflado por um discurso da necessidade de se disciplinar as crianças (Marques, 1994). Desta forma o que se instala é um distanciamento do sofrimento vivido pelo adulto agressor em sua própria infância. Segundo Lasch (1977), a criança pode vir a aprender, no ambiente familiar, lições das quais nunca se esquecerá.

Já o abuso psicológico pode ser visto como uma tortura psicológica e implica em negligência e/ou rejeição afetivas. A negligência afetiva se define por uma falta de interesse para com as manifestações da criança, falta de calor humano e de responsabilidade. Na rejeição afetiva aparece a depreciação da criança, agressividade, ameaças de abandono, enfim, tudo aquilo que pode causar sofrimento mental à criança. Por ser muito subjetivo, dificilmente os abusos psicológicos são identificados, a não ser nos casos extremos e continuados.

O abuso sexual, por ser o tema central desta dissertação, será abordado mais longamente a seguir.

1.2 – Abuso sexual da criança

Dentre as formas de violência contra a criança e o adolescente deparamo-nos com o abuso sexual. Podemos dizer que este tipo de violência muitas vezes causa mais horror e aversão do que abusos físicos muito graves. Isto pode ser compreendido se levarmos em consideração a posição de

destaque ocupada pela sexualidade na sociedade moderna ocidental. Neste contexto, violentar sexualmente uma criança significa violentar o âmago de sua subjetividade, de seu "ser e estar no mundo".

Antes de mais nada torna-se fundamental uma aproximação da questão a partir da definição do que seja um abuso sexual da criança, mesmo sabendo que não há um conceito preciso. Furniss (1993) fala de duas abordagens distintas de abuso sexual: uma ligada aos aspectos legais, logo normativa, e outra relacionada à saúde mental. A definição normativa encontra-se vinculada ao contexto dos sistemas cultural, social e legal. Isto implica em dizer que este tipo de conceituação descreve as normas, limites e fronteiras da relação adulto-criança na sociedade. Como definição normativa podemos tomar a de Schechter e Roberge:

"A exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos desenvolvimentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares" (apud. Furniss, 1993:12).

Esta conceituação aponta para o direito da criança de crescer sem a interferência sexual dos adultos para a satisfação destes últimos. Também se baseia no fato de que os relacionamentos sexuais devem acontecer por livre vontade dos envolvidos. No caso da criança, isto seria impossível devido a sua falta de discernimento em questões relativas a sexo, além do aspecto da coação que pode se dar, com ou sem o uso da força.

Já as definições da saúde mental atêm-se mais aos aspectos psicológicos e do desenvolvimento psicosexual da criança (Furniss, 1993).

Um abuso sexual atuaria de forma contundente no processo de maturação psicosexual e psicossocial da criança. Anna Freud (1981) assume esta postura sinalizando a problemática na qual a criança se vê envolvida quando abusada, por não poder evitar perceber-se sexualmente estimulada. Esta experiência leva a criança a um desenvolvimento fálico ou genital prematuro, desorganizando, ou mesmo rompendo, o desenrolar de sua organização sexual como vinha se dando até então.

Nessa perspectiva, as conseqüências psicológicas do abuso sexual podem estar relacionadas a alguns fatores, tais como: a idade no início do abuso, a duração deste, a diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a criança, o tipo de relacionamento e o grau de intimidade entre ambos, a ausência de figuras parentais protetoras e o grau de segredo, isto é, o quanto e o que foi feito para que o evento permanecesse em segredo (Furniss, 1993). Mais adiante veremos no que a literatura especializada diz a respeito das possíveis conseqüências deste ato.

Furniss aborda o abuso sexual como uma síndrome conectadora de segredo e adição: segredo por parte de todos os envolvidos e adição por parte do agressor. De qualquer forma, devemos ter como referência que o abuso sexual da criança é:

“...todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.” (Myre apud. Azevedo e Guerra, 1989:42).

Uma conceituação como esta permite abarcar dois tipos diferentes de abuso sexual: o incesto (atividades sexuais que envolvam a criança e um

adulto que tenha para com ela alguma relação de consangüinidade, afinidade ou responsabilidade) e a exploração sexual (prostituição ou outro tipo de comercialização do sexo) ¹. Por outro lado não abrange casos como o de crianças abusadas por adolescentes (crianças menores de 12 anos e adolescentes com, no mínimo, 5 anos de diferença da idade da criança) e adolescentes de até 16 anos envolvidos sexualmente com adultos mais velhos do que eles pelo menos 10 anos (Azevedo e Guerra, 1989). Fica claro que os critérios de idade são aleatórios mas também normativos, estando vinculados à teoria biológica que rege a lei brasileira. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é considerada criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Mas mesmo havendo a teoria biológica legal, não podemos deixar de refletir acerca de diversos aspectos como do próprio termo criança. Há uma concordância geral em considerar a infância como o período que antecede a puberdade. Mas exatamente quando começa a puberdade não há como estabelecer. Ficam, então, questões como a de se uma menina sexualmente ativa ainda deva ser tida como criança. Por outro lado, que tipo de atividade é esta na qual ela está envolvida. Neste sentido não podemos perder de vista os costumes culturais, o ato praticado, o grau de violência ou intimidação envolvida, o sexo da vítima, entre outros fatores (Azevedo e Guerra, 1988).

As violências sexuais de crianças se classificam como intra ou extrafamiliares, desde que perpetradas por familiares ou não. Também podem ser divididas em três grupos (ibid.):

¹ Esta definição de incesto e outras serão discutidas adiante.

1. Não envolvendo contato físico:

Abuso verbal

Telefonemas obscenos

Exibicionismo

Voyeurismo.

2. Envolvendo contato físico (atos físico-genitais):

“Passar a mão”

Coito ou tentativa de coito

Manipulação de genitais

Contato oral-genital

Uso sexual do ânus

Exploração sexual de crianças para fins econômicos (prostituição, pornografia)

3. Envolvendo uso de força :

Atividades sexuais realizadas através de força e ameaça

Brutalização

Assassinato.

Vários termos têm sido utilizados para designar a exploração sexual. Mas observando o contexto lingüístico no qual emprega-se cada termo é possível distinguí-los. Assalto e ataque sexual são mais utilizados para casos de estupro. Já violência, agressão e maus-tratos sexuais aparecem mais nas situações de exploração sexual em que há danos físicos, e ofensa sexual

quando se quer designar um crime sexual. A perturbação sexual apresenta uma forma mais sutil de exploração sexual, enquanto que o próprio termo exploração sexual associa-se à comercialização sexual de crianças. Já abuso e vitimização sexual são os dois lados de uma mesma questão, visto que a criança vitimizada sexualmente sofreu um abuso. Enquanto vitimização refere-se diretamente à criança como tendo sido vítima de algo, o termo abuso sugere que alguém (no caso um adulto) praticou algo contra a criança. Mas ambos os termos expressam o fenómeno como um todo, isto é, a participação da criança em atos ou práticas eróticas.

No presente estudo optamos pelo termo abuso, justamente por ser nossa intenção fugir da possível estigmatização que pode ocorrer com uma vítima de abuso sexual. Utilizamos a conceituação vitimação/vitimização por esta fornecer bases teoricamente sólidas para a compreensão do tema. Porém, em termos psicológicos, isto é, ao refletirmos sobre a construção de subjetividade daqueles que vivenciaram uma violência sexual, parece-nos mais coerente adotarmos a designação acima mencionada.

Além da tentativa de definir o fenómeno, pesquisadores têm se esforçado para compreender suas causas. A partir daí, diversas teorias foram sendo estabelecidas, particularizando um ou outro aspecto do problema. Das teorias sobre o agressor encontramos a do agressor como degenerado, da mãe sedutora, da fixação sexual e da diversidade de tipos de agressores sexuais. Com relação à vítima há a teoria da criança sedutora e da criança sem defesa na área sexual. Algumas explicações baseiam-se no contexto familiar, tais como a do isolamento social, da confusão de papéis, de um ambiente de abandono, de conflito conjugal, de super-sexualização e da

supervisão pobre. Relacionadas às fontes sociais e culturais deparamo-nos com a teoria da supremacia masculina e da fragmentação social (Finkelhor, 1979).

Azevedo e Guerra (1988) acreditam que tais teorias não abrangem o fenômeno como um todo, assumindo um caráter ideológico ou, como elas dizem, de pseudo explicações científicas. Para estas autoras é preciso olhar o abuso sexual através do feminismo crítico. Tal perspectiva enfoca a dominação do homem sobre a mulher que ocorre na sociedade de forma transversal, isto é, está presente em todas as classes sociais, buscando os pontos de interseção das ideologias legitimadoras do patriarcalismo e do capitalismo, vendo estes como formas preponderantes de dominação. Assim, a agressão sexual pode ser encarada como uma questão de gênero, iluminando a constatação estatística de que, no abuso sexual, a grande maioria de agressores é formada por homens, ao mesmo tempo que as vítimas são, também em sua maior parte, mulheres-crianças. Segundo Saffiotti (1989b):

"Quanto à violência sexual, raramente se tem notícia deste tipo de violência sendo praticado por mulher. Não apenas a condição subordinada da mulher explica este fato. Certamente muito outros fatores pesam nesta determinação, como a maior repressão sexual de que é alvo a mulher (...). Ainda que a mulher possa ser verbalmente muito violenta, é bem menos preparada do que o homem para ser física e sexualmente violenta (...). Desta sorte, há, na socialização feminina, vários componentes que podem responder amplamente pela raridade de violências sexuais cometidas por mulheres" (p.56).

Já a socialização do homem baseia-se na externalização de sua agressividade, sendo o poder essencialmente masculino e a virilidade aferida pelo uso da força. Esta leitura do feminismo crítico permite compreender a teoria da criança ou adolescente sedutora, aquela que, se por um lado considerada imatura, quando vítima de um abuso sexual passa a ser encarada como a desencadeadora do fato devido a sua provocação e sedução, que instigam seu agressor (Marques, 1994). Esta explicação simplesmente ignora a noção de criança como um ser em desenvolvimento, impondo às vítimas responsabilidades que não lhes cabem.

Como sinaliza Furniss (1993)

"Nem mesmo o mais sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete o abuso satisfaz o seu próprio desejo sexual em resposta à necessidade da criança de cuidado emocional" (p.21).

O que se dá aí passa por uma projeção que o adulto faz de seus próprios pensamentos sexuais na criança.

O olhar do feminismo crítico (Azevedo e Guerra, 1988) permite reorganizar as diversas explicações do fenômeno em três grandes direções: a orientação individualista (colocando a responsabilidade no agressor ou na vítima), a orientação ambientalista (responsabilidade colocada na família e em questões sociais como marginalização e pobreza) e a orientação feminista. Esta última fala de um padrão falocêntrico e adultocêntrico que estabelece as relações de gênero e geração na nossa sociedade, sempre considerando os aspectos individuais e ambientais participantes da questão. Dessa forma, o

abuso sexual não aparece como um problema de sexualidade violenta e sim de violência sexual.

Estudar o abuso sexual da criança implica em conhecer um aspecto importante denominado *complô do silêncio*. Por ser um ato que envolve medo e vergonha, desafiando tabus culturais, o abuso sexual muitas vezes fica cercado por um *complô do silêncio*. Este pode se dar tanto nos abusos intrafamiliares como nos extrafamiliares. Neste último caso, há uma grande dificuldade da família em levar a ocorrência dos fatos a quem de direito, devido a um temor de que a publicização do abuso venha a denegrir a imagem da criança e do adulto em que ela se tornará (Saffiotti, 1989a). Há preocupação com uma possível estigmatização.

O *complô do silêncio* decorrente de um abuso sexual intrafamiliar requer uma abordagem mais detalhada. A primeira justificativa para tal *complô* pode ser encontrada na suposta sacralidade da instituição familiar. Ele se instala como uma tentativa de preservar o núcleo familiar, não apontando para a contradição existente entre o papel de proteção esperado da família e a violência que aí se dá. Isto, sem mencionar o fato de que um abuso dessa ordem viola um dos tabus culturais que fundamentam a sociedade: a interdição do incesto (Azevedo e Guerra, 1988).

Concretamente, o *complô* vai se estabelecendo através de ameaças do agressor que, temendo que alguém descubra o ocorrido, coage a criança a não revelar nada a ninguém. Essas ameaças podem ser explícitas, como ameaças de espancamento, de morte (da própria vítima ou de familiares), de abandono, de castigo, de perda de amor, etc., ou ameaças sutis baseadas na relação de interdependência existente entre agressor e agredido. A autoridade

representada pelo adulto, o vínculo de confiança existente e o sentimento de amor e respeito que a criança possa nutrir por ele, facilitam o agressor a obter o que deseja através de conversas e sedução, levando a criança a manter os jogos sexuais em segredo. Aqui está incluído o suborno, como forma de garantir ganhos secundários e tratamento especial à criança. Além disso, devem ser considerados os sentimentos de culpa e vergonha experimentados pela criança, muitas vezes com um incentivo do agressor. A criança passa a se sentir responsável pelo abuso, temendo revelá-lo e ser castigada. Neste ponto também encontramos o temor da criança por sua família ao acreditar que ela possa vir a se desestruturar mediante tal revelação e, inclusive, pela pessoa que cometeu o abuso. Não devemos perder de vista que, na maioria das vezes, esta pessoa é alguém de quem a criança gosta e em quem confia. Isto leva-a a uma ambigüidade de sentimentos, dificultando ainda mais a exposição dos fatos.

Mesmo a criança que revela, ou ao menos, tenta revelar um abuso sexual, por vezes encontra barreiras extremamente traumáticas. Isto significa que ela é desacreditada, chamada de mentirosa e até castigada. Em outros casos simplesmente não lhe é dado crédito, como se nada de grave tivesse sido revelado, e ela estivesse fantasiando a experiência. Ainda pode acontecer de o dano ser minimizado através de um discurso implícito de que é melhor esquecer o assunto, de que não houve nenhum grande prejuízo. Assim podemos concluir que o complô do silêncio ocorre por parte dos familiares, da própria criança e, possivelmente, por parte de profissionais que se deparam com esta questão e não se encontram aptos para identificá-la e manejá-la.

No que se refere à participação da criança abusada no complô do silêncio, Furniss (1993) distingue entre mentira e negação. A criança mente quando está totalmente consciente dos fatos e tem medo de ser castigada, desacreditada e não protegida. Já na negação é como se a criança não percebesse a comunicação inconsciente do abuso. Talvez possamos inferir que ela o nega para poder sobreviver psiquicamente a ele. Geralmente o abuso sexual da criança permanece, psicologicamente, um segredo de família, mesmo após sua revelação e intervenções profissionais.

O abuso sexual intrafamiliar, geralmente prolongado, assume certas características de forma a anular a sua própria natureza sexual. Para tal, o agressor cria condições que dêem a impressão de irrealidade e de que nada está ocorrendo. Ao apagar as luzes, ficar em silêncio, não olhar para a criança, o abusador cria um contexto que nega a realidade, provocando na criança uma experiência dupla, conflitante e contraditória. Para corroborar a impressão de irrealidade, há o que Furniss (1993) chama de "transformação da pessoa que abusa em outra pessoa" (p.32), isto é, o pai, padrasto, tio ou outro adulto próximo da criança se transforma num pseudoparceiro, comportando-se e falando diferentemente de quando em estado habitual. Esse tipo de abuso sexual ainda se caracteriza por rituais de entrada e saída. O ritual de entrada implica na transformação do pai (por exemplo) nessa outra pessoa. Com o ritual de saída a relação entre criança e adulto volta a acontecer como se nada houvesse se passado durante aquele tempo. Há, juntamente com a dissociação da realidade externa, uma negação do tempo transcorrido durante o abuso sexual, visando a anulação de sua existência. Dessa forma, fica

negada à criança a possibilidade de integrar psicologicamente a experiência, ficando ela entregue a um estado de desamparo profundo e contínuo.

Ao mencionarmos o abuso sexual intrafamiliar, estamos abordando o que a literatura, de um modo geral, concorda em nomear de incesto. Este fenômeno tem sido considerado a forma mais extrema de abuso sexual e também a mais freqüente, podendo ocorrer durante anos sem nunca ser revelado. A criança sente-se encurralada, pois não há um estranho de quem possa fugir, nem uma casa que represente um abrigo seguro. Ela é obrigada a aprender a conviver com o incesto, uma vez que o agressor encontra-se sempre presente. Como aponta Saffioti (1989b), nos caso em que o pai (ou padrasto) é o agressor, ele se vale de sua autoridade na família e da confiança dos filhos para manter relações libidinosas.

"Muitas vezes a menina ainda não sabe que certas carícias são próprias do amor sexual e não do amor filial. Ademais, se é o pai que as pratica, deve tratar-se de algo bom e socialmente aprovado, já que o pai só deseja o 'bem' da filha. Outras vezes a filha sabe que 'não é certo' praticar determinados atos com seu pai, mas vê-se constrangida a fazê-lo" (ibid.: 60).

A menina é obrigada a ceder aos desejos do adulto, seja docilmente ou através da violência física. Russel (1986) menciona as medidas de coerção que vão desde ameaças verbais ao uso de armas, passando pelo emprego da força física. A autora salienta o fato de que o abuso, dentro do lar, raramente envolve o uso da força física, ainda mais se perpetrado pelo pai biológico. Em sua pesquisa constatou que as ameaças verbais são mais freqüentes por parte dos padrastos agressores, do que dos pais. Entretanto, o pouco emprego da violência física não minimiza o problema uma vez que, de uma forma ou de

outra, a criança se vê constrangida a realizar um ato que se encontra além de sua compreensão, assim como de sua capacidade de discernimento e decisão. Mas tanto Russel (1986) quanto Finkelhor (1979) concordam que medidas coercitivas extremas possam deixar a experiência de abuso mais traumática ainda. Nesses casos, a agressão violenta adquire uma conotação mais forte do que o fato de ter havido sexo.

Mas falar de relações incestuosas implica em entender o conceito que, como outros nessa esfera, está longe de ser único. A palavra incesto deriva do latim incestus, onde in = não e castus = puro. Logo incesto significa impuro, não casto. Algumas teorias, como a psicanalítica e a estruturalista, compreendem o desejo incestuoso como algo universal, sendo o tabu do incesto, ou seja, a sua interdição, o fator estruturante da psique humana e da possibilidade de integração do indivíduo na cultura e na sociedade (Cohen, 1993a). Lévi-Strauss (1969) acredita que a ambigüidade existente em relação ao tabu do incesto justifica-se pelo fato de o homem ser tanto um ser biológico, logo produto da natureza, quanto um ser social, produto da cultura. Por isso, a interdição do incesto possui um efeito estruturante pois permite o convívio familiar, estipulando funções e relações sociais. Assim torna-se possível a passagem da ordem natural para a ordem da cultura. No âmbito psicológico

“...o ‘não’ (a proibição dos desejos edípicos) é um ordenador mental e emocional (afetivo-cognitivo) e permite ao indivíduo estruturar o superego e desenvolver o ego” (Cohen, 1993a:161).

Devido à interdição, seria possibilitada à criança a simbolização da lei e sua entrada na cultura.

O tabu universal do incesto limita-se a proibir as relações sexuais entre pais e filhos, e entre irmãos e irmãs. No entanto, este conceito vem se ampliando e hoje encontramos diversas definições suas. Forward e Buck (1989) distinguem a visão legal da psicológica. Legalmente, o incesto seria a relação sexual entre indivíduos com algum grau próximo de parentesco, proibida por algum código civil ou religioso. Já a psicológica fala de qualquer contato sexual entre parentes, quer seja por consangüinidade ou afinidade ou que possam ser tidos como tais.

Cohen (1993a) distingue formas de incesto. Além dos incestos entre consangüíneos, há os paraincestos, isto é, aqueles realizados entre pessoas que poderiam ser parentes (o amante da mãe com a filha desta, entre filhos que moram juntos mas têm pais diferentes) e os incestos polimorfos. Estes abrangem um tipo de relação sexual onde alguém faz valer de seu cargo ou função, isto é, de sua autoridade, para se impor sexualmente a um subalterno. A concepção deste tipo de relação como incestuosa deve-se ao uso do poder para obtenção do prazer sexual e às fantasias incestuosas sempre presentes, mesmo que inconscientemente, em tais relações.

Dentre as formas de incesto propriamente dito e de paraincesto temos (ibid.):

- Pai-filha: a forma mais comum, tendo as vítimas, geralmente, de três a dezoito anos. Também classificado como incesto ordinário (Azevedo, Guerra e Vaiciunas, 1993).
- Padrasto-enteada: normalmente envolve adolescentes e o ato sexual é precedido de voyeurismo e de condutas confusas.

- Avô-neta: o avô pode ter sido um pai incestuoso ou então pode estar sofrendo de alguma doença degenerativa.
- Pai-filho: pai pedófilo ou homossexual latente que se aproveita do temor do filho para realizar seus próprios desejos.
- Tio avô-neta: pouco freqüente.
- Tio-sobrinha: freqüente.
- Fraternal: os irmãos podem ser de sangue ou por adoção e esta pode ser a maneira encontrada para conhecerem a sexualidade. Também pode ser a imposição do irmão mais velho que tem dificuldade em conseguir um parceiro sexual fora de casa.
- Mãe-filho: o incesto do mito de Édipo, tido como universal, tem sua realização concreta pouco freqüente, e considerado extraordinário (Azevedo, Guerra e Vaiciunas, 1993).
- Mãe-filha e avó-neta: pode acontecer quando a mãe adoece e a filha vai dormir com ela ou vice-versa. É mais freqüente do que se pensa, acontecendo da mesma maneira com avó e neta.

Diferenciando o incesto despótico, ou seja, aquele efetivado pelo pai que chega em casa alcoolizado, violenta sua filha e a mãe nada faz por ser uma pessoa fraca e submissa, do incesto marital, onde a filha assume o papel da mãe devido à sua morte, doença ou ausência, Cohen (1993b) define o incesto como:

“...um abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio.”(p.212).

Para o efeito do presente estudo adotaremos a conceituação de Azevedo, Guerra e Vaiciunas (1993) que compreendem o incesto como uma forma de violência doméstica contra a criança, que tem o intuito de levá-la a participar de práticas eróticas e se dá por meio de coação exercida por um adulto que tem com ela laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade. O incesto, num sentido mais amplo, não se define, especificamente, por uma relação entre adulto e criança. Mas sendo este o objeto do nosso estudo, optamos pela definição acima descrita.

No que diz respeito à família, podemos dizer que a relação incestuosa ocorre onde há ausência de uma estrutura familiar capaz de contê-la. Muitas vezes os outros membros da família colaboram, consciente ou inconscientemente, para a efetivação do incesto. Nesta perspectiva, a relação incestuosa nos aparece como o sintoma de uma crise familiar (Cohen, 1993a). Ela assume a função de reduzir as tensões, evitando o confronto com conflitos subjacentes ao permitir que cada membro possa dissimular, por meio dela, suas próprias questões. Dessa forma, o incesto permite o alívio de necessidades pré-genitais de dependência dos pais, evita os sentimentos de insuficiência sexual, funciona como um mecanismo de vingança contra a mãe e como estratégia para reduzir a angústia de separação, mantém uma suposta aparência nos papéis familiares e "permite que o pai vivencie projetivamente, na figura da mãe ou da filha, traços paranóides e impulsos homossexuais inconscientes, relativos a seu próprio pai..." (ibid:62). A inversão da hierarquia familiar, isto é, a alteração de papéis, provoca na criança uma desorientação, deixando-a confusa em relação ao seu lugar na estrutura daquela família (Furniss, 1993).

Enquanto Cohen (1993a) pensa no autor de um abuso sexual como um doente mental ou portador de um distúrbio de personalidade, Furniss (1993) prefere olhá-lo como portador de uma síndrome de adição. Isto porque é um processo conduzido pela compulsão à repetição servindo para um alívio de tensão, no qual aquele que abusa tem noção de que o que faz é errado, constitui crime, prejudica a criança, levando-o, por vezes, a tentar parar o abuso o que, em seu tempo, provoca sintomas de abstinência tais como ansiedade, irritabilidade e agitação. Nas vezes em que à violência sexual associa-se a física, alguns autores (Vitiello, 1989) concordam que nesses casos o componente sexual não é o mais importante. O agressor pretende controlar e dominar sua vítima, muito mais do que obter prazer sexual. Ele se caracterizaria pela insegurança.

Apesar da argumentação dos movimentos pró-incesto e pró-atividades sexuais com crianças, a literatura especializada concorda em sinalizar conseqüências negativas a curto e a longo prazo decorrentes de um abuso sexual. Este é visto como uma espécie de erosão da infância. Ainda assim, os integrantes desses movimentos defendem a idéia de que relações entre crianças e adultos podem ser saudáveis desde que baseadas no mútuo consentimento (Azevedo, Guerra e Vaiciunas, 1993). O que eles parecem esquecer encontra-se no fato de existir uma relação de poder entre adulto e criança, onde essa liberdade de escolha da criança não seria nada mais do que uma pseudo liberdade, ou mesmo, uma submissão ao outro. Pedófilos também afirmam que o sexo genital pode ser bom para o desenvolvimento infantil. Tal afirmação baseia-se, muito mais, na projeção de desejos adultos na criança do que no desenvolvimento psicosexual desta (Furniss, 1993).

Embora existam dificuldades metodológicas nas pesquisas, inclusive abordadas pelos próprios autores, tem-se tentado estabelecer algumas conseqüências para a criança vítima de abuso sexual. Importa assinalar que, se nem todas as crianças abusadas apresentam efeitos negativos, a grande maioria parece vulnerável à violência sexual. Dentre as conseqüências orgânicas encontramos lesões físicas gerais, genitais e anais, doenças sexualmente transmissíveis, gestações, disfunções sexuais e desordens mentais (estas últimas também relacionadas a fatores psicológicos). Isto sem mencionarmos distúrbios de sono e de alimentação, dificuldades de aprendizagem, fugas do lar, uso de álcool e drogas (Azevedo e Guerra, 1988). Furniss (1993) fornece uma explicação do porquê sintomas de adicção freqüentemente ocorrem nas vítimas de abuso. Segundo o autor

“Crianças que sofreram abuso sexual prolongado, freqüentemente, desenvolvem mecanismos de manejo desadaptativos para alívio da tensão do estresse. A experiência do abuso sexual ensinou-as a lidar com o estresse e a ansiedade através do alívio direto de tensão no comportamento aditivo” (p.40).

As conseqüências psicológicas, para fins heurísticos, podem ser subdivididas em três grupos: dificuldades de adaptação afetiva, dificuldades de adaptação interpessoal, dificuldades de adaptação sexual (Azevedo, 1989). No aspecto afetivo, aqueles que sofreram um abuso sexual, geralmente experimentam um forte sentimento de culpa ligado ao medo das pressões oriundas do “complô do silêncio” para que nada revelem, a uma auto condenação por terem vivenciado algum prazer físico e, possivelmente, a uma vergonha por terem-se deixado abusar por um longo período. A culpa ainda pode estar ligada a sentimentos de ódio para com o pai ou a mãe, o que gera

uma ambivalência. Também podem ocorrer episódios de suicídio ou tentativa de suicídio e fixação em idéias de morte, provavelmente relacionados a uma depressão. Tal depressão, por sua vez, pode decorrer de uma auto-desvalorização abalando a confiança em si próprio e estabelecendo uma visão de mundo pessimista. Se, por um lado, a culpa internalizada pode originar a depressão, quando dirigida para fora, pode terminar em delinqüência, fugas e comportamento anti-social (Azevedo, Guerra e Vaiciunas, 1993).

As relações interpessoais daqueles que sofreram um abuso sexual na infância são afetadas, uma vez que a violência sexual se deu justamente numa relação interpessoal. Há uma dificuldade com as pessoas em geral mas, particularmente, com aqueles do mesmo sexo do abusador. No caso de meninas abusadas pelo pai, padrasto, tio, fica difícil o relacionamento com figuras masculinas. Essas meninas podem vir a apresentar desde uma recusa a estabelecer relacionamentos com homens até uma tendência a super-sexualizar tais relações, e inclusive a estabelecerem relações apenas transitórias. A recusa deve-se a um "medo da intimidade", que poderia reavivar a experiência traumática com o agressor. Além disso, intimidade significa confiança, responsabilidade e respeito, aspectos nos quais a menina violentada não consegue mais acreditar (Azevedo, 1993).

A super-sexualização das relações com parceiros do sexo masculino talvez possa ser compreendida se nos lembrarmos que tais meninas não aprenderam a distinguir relação sexual de afeto, já que quando solicitaram amor parental obtiveram amor sexualizado. Mais tarde, devido à confusão existente entre cuidado emocional e experiência sexual, podem apresentar

comportamento sexualizado. Este fato também pode fazer com que a pessoa busque compulsivamente relações sexuais de maneira a se sentir amada.

A tendência a estabelecer relações transitórias com homens tanto pode estar ligada ao "medo da intimidade" quanto à super-sexualização das relações. A prostituição cabe neste aspecto. Pesquisas (ibid.) apontam que a prostituição é um destino mais provável para aquelas mulheres que, quando crianças ou adolescentes, sofreram abuso sexual. Uma explicação para tal fenômeno encontra-se no fato de que quando o pai (ou alguém próximo da criança) violenta sua filha, a mensagem implícita é que ele está forçando-a a pagar com seu corpo o afeto que lhe dispensou. Isto pode ser entendido como uma comercialização do corpo, ou seja, uma prostituição, mesmo que obrigada. Além disso, não devemos nos esquecer que a prostituição às vezes é o único caminho encontrado por meninas que, cansadas de sofrer abuso em casa, fogem e precisam sobreviver.

Os relacionamentos sexuais podem ser bastante afetados devido a uma história de abuso sexual na infância. Aqui também deparamo-nos com o "medo da intimidade". Uma possível consequência vem a ser a negação de relacionamentos sexuais, devido à perda completa ou semicompleta da motivação sexual. O enfraquecimento do desejo sexual pode ter sua origem em reações fóbicas decorrentes das experiências traumáticas sexuais vividas pela pessoa. Outra possibilidade refere-se a uma insatisfação sexual, ou seja, dificuldade em atingir o orgasmo ou uma experiência de orgasmo não satisfatória. Pesquisas (Azevedo, 1993) realizadas mostraram que algumas vítimas de abuso sexual só conseguiam atingir o orgasmo quando se masturbavam, ou quando bebiam, ou com um parceiro afetuoso e paciente.

Como vimos, são inúmeras as possíveis conseqüências para a criança que vivencia um abuso dessa ordem. Inclusive a de que esta criança se torne um futuro agressor sexual. Mas não há caminhos previamente traçados, e sim perspectivas pouco favoráveis. Para ampliar essas perspectivas e iluminar novos caminhos, profissionais têm-se dedicado a buscar formas de intervenção adequadas, de modo a proteger, mesmo que após o evento traumático, a criança agredida. Por exemplo, Furniss (1993) elegeu uma abordagem metassistêmica para lidar com o abuso sexual tanto intra como extrafamiliar. Nesse sentido, as intervenções são sempre feitas em termos de família, ainda que individualmente. Ele (ibid.) reforça a necessidade de se nomear o abuso sexual para mantê-lo como realidade psicológica. Em termos de tarefa terapêutica, para o autor, esta implica em interpretar, sempre que a transferência estiver no domínio da privacidade e não fazê-lo quando a transferência entrar no domínio do segredo, ajudando a manter a realidade externa. Cabe ao terapeuta saber distinguir esses diferentes momentos, de forma a não invadir a criança e cometer um outro abuso, desta vez psicológico. Nesta abordagem metassistêmica tanto os aspectos psicológicos, quanto os sociais e legais precisam ser abordados.

Outros modelos de atendimento são encontrados, principalmente nos Estados Unidos. Dando preferência, no aspecto psicológico, a atendimentos individuais ou familiares, todos têm buscado integrar os aspectos legais aos psicológicos, procurando entender a questão de uma forma mais ampla. Entretanto, ainda estamos longe de abarcar o fenômeno como um todo. Parece-nos que denunciar os abusos sexuais, buscando auxílio profissional é um caminho necessário, assim como pesquisar formas de prevenção. De todo

jeito, muito nos preocupa o lugar dessa criança que foi vítima de um abuso sexual. Concordamos com a importância de se nomear o abuso, fugindo do complô do silêncio, tão sufocante que prende a criança em sua malha de negação. Mas é fundamental que essa nomeação sirva para a criança se livrar, dentro do possível, dos fantasmas, mas nunca para criar mecanismos de estigmatização onde, praticamente, só lhe seja permitido pensar-se como uma vítima de abuso sexual. Esta pressuposta marca indelével na subjetividade daqueles que viveram ou vivem histórias de abuso sexual na infância é o maior motivo desta dissertação. Para compreendermos melhor este fenômeno parece-nos fundamental compreender, primeiro, o lugar da sexualidade na nossa sociedade, aliás, um lugar privilegiado, o lugar da subjetivação. Para tal, precisamos fazer uma leitura histórico-genealógica do abuso sexual da criança e, para um olhar mais preciso, dos conceitos de criança, sexualidade e família separadamente, mas sempre buscando interligá-los.

2 - A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO DA SEXUALIDADE: CONTEXTUALIZANDO O ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA.

No presente capítulo pretendemos abordar a questão do abuso sexual de crianças numa perspectiva histórica. Nesse sentido, estaremos preocupados em analisar se as práticas sexuais em diferentes épocas assumiam um caráter de abuso, ou se alguma outra lógica orientava e permeava os comportamentos.

De acordo com o que já foi mencionado, o abuso sexual de crianças apresenta-se, na atualidade, como uma grave questão que tem sido problematizada por diversos campos do saber: médico, psicológico, jurídico, pedagógico e mesmo o religioso. Pesquisas que abordam tal temática proliferam numa tentativa de compreender o fenômeno e buscar formas de prevenção.

O presente estudo não se encontra fora desse interesse mais amplo. Ao falarmos em contextualizar um abuso dessa ordem, preocupamo-nos em acompanhar o percurso histórico das chamadas práticas sexuais com a criança, a fim de melhor apreender seu significado (e também suas conseqüências) na nossa sociedade.

Parece-nos fundamental indagar se a preocupação com a criança abusada sexualmente, vista no capítulo anterior, é algo presente em toda a história da humanidade ou se foi construída culturalmente, isto é, se os valores atribuídos ao abuso sexual hoje poderiam ser transpostos sem alterações para outras culturas ou se o que vivemos hoje caracteriza um tempo datado. Um tempo correspondente à moderna sociedade individualista.

Para tal, teremos, como eixo central, o pensamento de Foucault que preocupa-se em entender como, na história, se produziram os diferentes modos de subjetivação do ser humano. Interessa-nos articular a visão atual de abuso sexual com o conceito de dispositivo da sexualidade apresentado por esse autor. Tudo isto, a partir de uma perspectiva mais ampla, que situa-se na idéia de sociedade individualista.

O estudo de Foucault tem por objetivo entender como e o que se deu para que o sujeito se constituísse como sujeito da sexualidade. Ele se preocupa em desenvolver não uma história social dos comportamentos sexuais, e sim uma história da problematização desses comportamentos. Procura produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura (id., 1982).

Pretendemos, então, dar um breve mergulho no tempo, mais precisamente no tempo passado. Nesta "viagem", estaremos preocupados em observar se haviam práticas sexuais envolvendo crianças e adultos e, melhor ainda, se esses atos podiam ser considerados como práticas sexuais, além de tentar compreender qual significado lhes era atribuído pela sociedade.

Ao falarmos de práticas sexuais com crianças estamos cientes de que, ao abordarmos esta questão, devemos levar em consideração não somente a criança e as práticas sexuais, como também as relações estabelecidas no interior da família. Outro ponto de fundamental importância, se quisermos investigar as relações com a criança-mulher, diz respeito ao papel da mulher nos diferentes períodos históricos.

Azevedo e Guerra (1988) mostram como o envolvimento de crianças em práticas sexuais com adultos tem recebido diferentes posicionamentos da

sociedade, de acordo com a época e o local: "A idéia de normalidade das relações sexuais adulto-criança está presente em pelo menos três grandes vertentes históricas: na tradição grega, na tradição judaica e na tradição sumeriana" (p.19).

Na Grécia (ibid.), era comum o coito anal entre alunos e professores, assim como a prostituição infantil de meninos. Deve-se salientar que as crianças livres recebiam alguma proteção legal, mas as escravas podiam ser empregadas para satisfação sexual dos adultos.

Ainda de acordo com a leitura de Azevedo e Guerra (1988), deve-se à Bíblia e ao Talmud a tradição de encorajar o sexo, através do casamento, concubinação ou servidão, entre homens e mulheres-crianças ainda muito pequenas. Pelo Talmud, o noivado com intercurso sexual podia se realizar quando a menina completasse três anos e um dia, desde que o pai houvesse permitido.

De qualquer forma, a tradição judaica portava uma certa ambigüidade em relação às práticas sexuais adulto-criança. Se, por um lado, aceitava o casamento e o concubinato entre homens e meninas, por outro proibia a sodomia e algumas formas de incesto, embora silenciasse sobre o incesto pai-filha.

Para essas autoras (ibid.), subjacente à aceitação das práticas acima mencionadas, encontra-se a idéia de que a mulher era um objeto de propriedade do homem e não um ser humano, tal qual o nosso referencial atual. O mesmo se passava com o menino grego.

Mais especificamente em relação ao incesto, Cohen (1993a) nos mostra como, mesmo tendo sido condenado desde o período neolítico, algumas

sociedades permitiam que figuras proeminentes transgredissem esse tabu. No antigo Egito os faraós deviam casar-se com suas irmãs em homenagem ao mito dos deuses Ísis e Osíris, assim como, na era pré-colombiana, a união entre irmãos era imposta aos reis peruanos em homenagem ao Sol e à Lua. Também encontramos relatos de casos incestuosos na China, no Japão, na Birmânia e na Tailândia. Durante o Império Persa foi mantido o costume dos fenícios de realizarem matrimônio entre pai e filha, como também entre mãe e filho.

Constatamos, então, que mesmo tendo sido condenado, desde épocas remotas, como um crime hediondo, algumas sociedades aceitavam o incesto e glorificavam-no, "baseando-se sempre na origem divina e na pureza do sangue de alguns poucos indivíduos" (Cohen, 1993a: p. 16).

Reportando-nos ao Império Romano encontramos formas diversas de relacionamento com as crianças. Veyne (1990) aponta que o nascimento de um bebê em Roma não era apenas um fato biológico, e sua aceitação dependia do chefe de família. Desta forma o enjeitamento das crianças de nascimento livre e o infanticídio do filho de uma escrava nada mais eram que práticas usuais e legais. Assim também eram considerados o aborto e a contracepção pois não importava o momento em que a mãe se desfizesse de um filho não desejado. "Nem os moralistas mais severos... sequer pensaram em reconhecer ao feto o direito de viver". (Ibid.:26). Mesmo o bebê aceito ficava aos cuidados da criadagem, que era a responsável por amá-lo e mimá-lo.

Outra ocorrência freqüente que, aos nossos olhos parece algo profundamente chocante, diz respeito ao parricídio. De acordo com o direito

romano o homem, independente da idade e do estado civil, permanecia sob a autoridade de seu pai - que podia inclusive condená-lo à morte por sentença privada - até que este viesse a falecer. Daí a obsessão pelo parricídio, como o caminho para se tornar um verdadeiro cidadão. Não que o assassinato do pai não fosse considerado um crime, mas como nos diz Veyne (1990), um crime de certa forma explicável.

Com relação ao casamento, a menina podia ser dada para tal fim aos doze anos e, de qualquer forma, tornava-se adulta aos quatorze anos. A moça devia casar *virgem*.

Ainda em relação ao casamento, a noite de núpcias acontecia como uma violação legal. Em consideração à timidez da esposa, muitas vezes ocorria do homem não deflorá-la na primeira noite. Por outro lado, podia sodomizá-la. Interessante notarmos que na Idade Média a sodomia constituía um grave pecado condenado pela Igreja.

Os exemplos acima mencionados fornecem uma dimensão de como as questões relacionadas às práticas sexuais e às crianças em si vêm passando por momentos históricos distintos, não havendo a possibilidade de buscarmos categorias universais e a-históricas para compreendermos o fenômeno da sexualidade e, particularmente, o objeto de estudo desta dissertação, o abuso sexual da criança.

Para tentarmos nos aproximar da construção do conceito abuso sexual da criança nos deteremos, a partir do marco referencial genealógico proposto por Foucault, em alguns períodos determinados da história da humanidade. Foucault mostra como questões relacionadas ao sexo — casamento, amor por rapazes, masturbação, virgindade — foram problematizadas em diferentes

culturas. Entretanto, o ponto está em perceber que o foco não se encontra em saber se determinada sociedade proibia ou não aquela prática, e sim em ver que a problematização em torno dessas práticas é que se alterava, isto é, os sujeitos se constituíam (e ainda se constituem) a partir de problematizações pertinentes àquela sociedade, naquele momento. Interessa-nos saber:

“...de que maneira, por que e sob que forma a atividade sexual foi constituída como campo moral? Por que esse cuidado ético tão insistente, apesar de variável em suas formas e em sua intensidade? (...) E, afinal, é esta a tarefa de uma história do pensamento por oposição à história dos comportamentos ou das representações: definir as condições nas quais o ser humano ‘problematiza’ o que ele é, e o mundo no qual ele vive.”
(Foucault, 1984:14).

Debruçaremos-nos sobre alguns períodos da história que, acreditamos, sejam representativos na compreensão do sujeito como o identificamos hoje, ou seja, sujeito da sexualidade. Elegemos, inicialmente, o período da Antigüidade Clássica (Grécia) ao qual Foucault se refere como sendo caracterizado pelo “uso dos prazeres”, de forma a corresponder a certas “artes de existência”, a “técnicas de si”. Em seguida analisaremos os dois primeiros séculos da nossa era, conhecidos como pré-cristãos, onde se percebe uma maior austeridade e foram marcados por um “cuidado de si”. Ainda prosseguiremos na história até Agostinho, século V, por considerarmos sua obra um marco na influência do cristianismo no mundo ocidental e o início do que hoje chamamos sexualidade. Daremos então um salto até a Modernidade, onde conceitos como individualismo, direitos humanos, infância e sexualidade se apresentam de forma definida, delineando a sociedade ocidental atual. Por último, interessa-nos entender como o conceito abuso sexual da criança foi

tomando forma no Brasil, neste último século, principalmente a partir da década de 60.

2.1- Grécia Antiga

Ao contrário do que é largamente difundido, a Antigüidade Clássica não foi um período onde não havia repressão, tendo esta só se instalado com o cristianismo e seu conceito de pecado. Na realidade, o paganismo possuía suas interdições. Tinha seus princípios, ainda que diferentes dos nossos. Era proibido fazer amor antes do cair da noite, fazer amor sem criar penumbra e fazer amor com uma parceira que estivesse completamente desnuda. Havia outras interdições como fazer amor com senhoras casadas, virgens de boa família e adolescentes de nascimento livre (Veyne, 1990). Cabe ressaltar que a interdição restringia-se às virgens de boa família e às adolescentes livres. Havia um silêncio com relação às escravas por não serem nada além de escravas que encontravam-se à disposição do senhor.

Também haviam leis em Atenas que protegiam as crianças livres (e tão somente estas) de práticas sexuais.

Outro fato conhecido, refere-se à pederastia, prática comum tanto no Império Romano quanto na Grécia Antiga. Ter um parceiro do mesmo sexo não representava algo mais condenável do que as ligações extraconjugais ou o amor das cortesãs (Veyne, 1985). O que regia não era o sexo do parceiro e sim uma hierarquia onde o cidadão devia sempre ocupar a posição ativa, quer fosse com outro homem ou com uma mulher. Em Roma, ter um escravo como parceiro não suscitava muitas questões. Na Grécia Antiga podia-se ter um

relacionamento sexual com um púbere, um adolescente imberbe, por este ainda não possuir o *status* de cidadão.

Foucault (1984) aponta, porém, que na Grécia Antiga este tipo de atitude não aparecia desprovido de uma reflexão e problematização. Era preciso definir o uso dos prazeres em função de como utilizar o corpo.

Temos uma tendência a pensar o paganismo em oposição ao cristianismo, isto é, tudo que este último proíbe seria largamente difundido e aceito pelo outro sem maiores questionamentos. Nesse sentido teria havido uma forte ruptura entre essas duas culturas. Foucault (1984) nos mostra ser esta leitura um tanto simplista, uma vez que certos temas e inquietações que marcaram a ética e moral cristãs já se encontravam, sob outras formas, na Grécia Antiga. Com isto não pretendemos afirmar que houve uma continuidade entre a moral sexual do paganismo e a do cristianismo, mas que alguns princípios encontram-se em ambas, embora assumam valores e lugares diferentes em cada uma delas.

“...em vez de perguntar quais são os elementos de código que o cristianismo pôde tomar emprestado ao pensamento antigo, e quais são os que acrescentou por sua própria conta, a fim de definir o que é permitido e o que é proibido na ordem de uma sexualidade supostamente constante, conviria perguntar de que maneira, na continuidade, transferência ou modificação dos códigos, as formas de relação para consigo (e as práticas de si que lhes são associadas) foram definidas, modificadas, reelaboradas e diversificadas” (ibid:31).

As diferenças entre determinadas sociedades vão além de apenas identificar as regras que as conduzem. É imprescindível lançar um olhar sobre o modo de sujeição, isto é, como o indivíduo se relaciona com essa regra e

toma para si a obrigação de segui-la e pô-la em prática. Com isto dizemos que a moralidade não se encontra apenas nos atos que seguem uma regra ou valor, mas implica uma certa relação a si, na qual o indivíduo se define de acordo com o preceito que respeita.

A partir desta lógica talvez nos seja mais fácil compreender a moral sexual grega, suas inquietações e a austeridade que aí se dava, uma vez que ela não era unificada e universal e sim uma moral de homens, ou melhor dizendo, de homens livres. Uma moral pensada, escrita e dirigida a homens, onde a mulher só aparece como objeto ou, no máximo, como parceira a quem se deve vigiar e educar quando sob seu poder. Logo, essa moral se caracterizava pela virilidade, não sendo algo que regulasse condutas em função de interdições baseadas em códigos, prescrições religiosas ou costumes. Ela dizia respeito a condutas que estavam ligadas ao exercício do poder e da autoridade dos homens.

“É preciso entender esses temas da austeridade sexual não como uma tradução ou um comentário de proibições profundas e essenciais, mas como elaboração e estilização de uma atividade no exercício de seu poder e na prática de sua liberdade” (Foucault, 1984:25).

Se falamos em austeridade sexual, deve-se ao fato de que, ao contrário do que imaginamos, a Antigüidade Grega não foi uma época que não se preocupou com questões referentes ao sexo, mas problematizou-as de forma singular. As reflexões morais encontravam-se muito mais vinculadas às práticas de si e a como fazer uso dos prazeres do que a definições do que era permitido ou proibido.

A atividade sexual era percebida como natural e necessária, já que a procriação dependia dela. O desejo sexual aparecia como uma reação previsível à beleza física. Sendo assim, não poderiam ser considerados maus (como na era cristã) o que, por sua vez, não impedia que fossem objeto de um cuidado moral. Mas esse cuidado relacionava-se não exatamente com o próprio ato, desejo ou prazer, mas com a dinâmica que une os três. Não havia uma preocupação em buscar normalizar os atos e entender a falta e o desejo. As reflexões voltavam-se muito mais para a força com que os homens podiam ser levados pelos prazeres e pelos desejos. A questão girava em torno do domínio de si, essencial ao homem viril.

Nessa perspectiva, a atividade sexual era analisada segundo algumas variáveis. Uma dizia respeito à quantidade e a outra ao papel ou à polaridade. Por quantidade entendemos que o fator que distinguia moralmente os homens entre si se encontrava não no tipo de objeto por eles escolhido, nem no modo de prática sexual eleito, mas na intensidade dessa prática, ou seja, no número e na frequência dos atos. Havia uma divisão entre moderação e incontinência. Ao homem cabia ser comedido na busca de prazeres, fosse com mulheres ou rapazes. A problematização girava em torno da atividade e de suas gradações quantitativas e não em torno de uma natureza anormal do ato ou de uma forma específica de desejo. As práticas que iriam de encontro à natureza e ao princípio da procriação seriam aquelas ocorridas devido à falta de comedimento, à intemperança.

A temperança era tida como uma das maiores virtudes pois apontava para o domínio que um homem podia exercer sobre si próprio e, conseqüentemente, do poder que ele seria capaz e digno de exercer sobre os

outros. O excesso era tido como patológico. Os desejos deviam ser satisfeitos tão somente para atender uma necessidade da própria natureza. A temperança "...é uma arte, uma prática dos prazeres que é capaz, ao 'usar' daqueles que são baseados na necessidade, de se limitar ela própria" (Foucault, 1984:54).

Além do aspecto quantitativo, a problematização também atingia o que podemos chamar do "papel" ou de uma "polaridade", onde o que estava em questão era quem exercia o papel ativo, definido pela penetração e característico do masculino. O papel passivo cabia às mulheres, aos escravos ou aos rapazes. Os homens que se deixavam levar pela passividade estariam demonstrando sua fraqueza, por não terem domínio sobre si próprios. Estes homens não se colocavam como os mais dignos, e sim como fracos e intemperantes. Neste ponto encontramos uma diferença crucial entre a moral grega clássica e a moral cristã. Naquela não havia a noção de experiência da "carne" comum aos homens e mulheres, nem de uma especificidade de sexualidade: a masculina e a feminina. O que se distingue são dois pólos: um ativo e um passivo, um sujeito e um objeto, um agente e um paciente. Não importa se o parceiro é um rapaz, um escravo ou uma mulher. O que conta aí é o papel ativo que o homem deve assumir.

O papel ativo e a temperança relacionam-se com o *status* do indivíduo. Nesse sentido, quanto mais visado ele for e quanto mais autoridade tiver e almejar, mais essa pessoa deve seguir princípios rigorosos de conduta sexual. Como dito anteriormente, isso designa um domínio sobre si próprio, respeitado por todos. Dentre os princípios, também encontra-se a necessidade de saber o momento certo para a atividade sexual, quer seja em relação a hora do dia

mais conveniente, quer seja no decurso da vida, ou seja, não iniciar a atividade muito jovem, nem estendê-la até uma idade avançada. De acordo com o princípio da temperança, era preciso saber distribuir bem os prazeres sexuais ao longo da vida. A escolha do momento certo, especificamente em relação ao ato incestuoso, aparece num texto de Sócrates, apresentado por Foucault (1984:56):

“...a interdição das relações entre um pai e sua filha, entre um filho e sua mãe constitui uma lei universal e estabelecida pelos deuses: ele (Sócrates) vê uma prova disso no fato de que aqueles que a transgridem recebem um castigo. Ora, esse castigo consiste em que, apesar das qualidades intrínsecas que os pais incestuosos podem ter, sua descendência é mal vinda. E por quê? Porque eles desconhecaram esse princípio do ‘momento’ e misturaram fora do tempo o sêmen dos genitores dos quais um é forçosamente muito mais velho do que o outro...”

Logo, o incesto pertencia à ordem da interdição. Entretanto, despertava menos interesse nos filósofos e moralistas do que a preocupação em manter um controle sobre si mesmo. Uma das razões pelas quais o incesto era proibido devia-se à diferença de idade entre mãe e filho mencionada na citação acima. No caso deles se casarem, os filhos dessa união não seriam tão saudáveis (Foucault, 1984). Como vemos, o tipo de argumentação sobre o qual baseava-se a interdição do incesto nem de longe lembra os preceitos psicanalíticos aos quais estamos familiarizados.

Vemos então que a moral sexual era regida por uma forma de utilização, por um uso dos prazeres. A pertinência não se encontrava no que era permitido ou proibido dentre os desejos experimentados ou os atos praticados,

mas nas reflexões e na prudência acerca de como controlar os atos, na forma pela qual o indivíduo dirigia-os e na importância que lhes dava em sua vida. Para os gregos clássicos, a experiência de um eu não se orientava para um mundo interior, tal qual como a concebemos hoje. Ela era voltada para fora, manifestando-se através de gestos e atitudes (Vernant apud. Bezerra, 1989). Para se alcançar essa moral dos prazeres, manifesta no bom uso que se faz deles, havia a necessidade de ter uma atitude apropriada caracterizada pela continência: resistir ou mesmo lutar para garantir o domínio sobre os desejos e os prazeres. Essa atitude ativa permitiria ao indivíduo alcançar a temperança, estando esta vinculada à liberdade. O governo dos desejos e dos prazeres visava, não encontrar uma inocência original, mas a possibilidade de tornar o homem livre.

Assim sendo, na relação sexual entre homens e jovens rapazes a preocupação não girava em torno da possibilidade de o jovem poder ou não escolher este ato, de sua imaturidade e do mal físico e psicológico que tal relação poderia infligir-lhe. As discussões e reflexões referiam-se às formas que os amores masculinos deveriam tomar e ao valor a lhes ser dado. O pensamento grego se ocupava com o jovem que tomado como amante por um homem viria a se tornar um cidadão. Quais os limites que deviam ser estabelecidos, como manter a honra do rapaz, estas eram questões que se refletiam na prática da corte onde haviam regras de comportamento definidas. Como o jovem, hoje passivo sexualmente na sua relação com um homem, devia comportar-se para, amanhã, tornar-se um cidadão honrado que poderia passar à atividade.

O próprio termo homossexualismo não cabe para definir esta prática sexual. Mesmo bissexualidade deve ser usado com ressalvas. Se por bissexual queremos dizer que um grego podia amar alternadamente, ou mesmo simultaneamente, um rapaz ou uma moça, podemos empregar este conceito. Porém, em relação a esta dupla prática comum aos gregos, "...convém observar que eles não reconheciam nela duas espécies de 'desejos', 'duas pulsões', diferentes ou concorrentes, compartilhando o coração dos homens ou seus apetites." (Foucault, 1984:168).

Foucault (1984) sinaliza que haviam questões pertinentes ao amor entre homens, mesmo que diferentes do nosso tempo. Se naquela época a questão centrava-se na dupla passividade-atividade e suas implicações, atualmente este tipo de prática seria condenado moral e judicialmente, podendo o então chamado agressor vir a ser criminalizado por estupro caso o rapaz tivesse menos de quatorze anos de idade.

"Estariamos enganados se acreditássemos que os gregos, posto que eles não interditavam esse gênero de relação, não se inquietavam com suas implicações. Mais do que qualquer outra relação sexual, esta lhes 'interessava' e tudo evidencia que eles se preocupavam com ela. Mas pode-se dizer que, num pensamento como o nosso, a relação entre dois indivíduos do mesmo sexo é questionada, antes de mais nada, do ponto de vista do sujeito do desejo: como pode acontecer que num homem se forme um desejo que tem por objeto um outro homem? E sabe-se que é do lado de uma certa estruturação desse desejo (do lado de sua ambivalência ou de sua ausência) que se procurará o princípio de uma resposta. A preocupação dos gregos, em troca, não dizia respeito ao desejo que podia levar a este tipo de relação, nem ao sujeito desse desejo; sua inquietação se

dirigia para o objeto do prazer ou, mais exatamente, para esse objeto na medida em que, chegado o momento, ele teria que ser o senhor no prazer que se tem com os outros e no poder que se exerce sobre si mesmo" (ibid.: p. 198).

Dessa forma, constatamos que amar um rapaz era uma prática admitida pelas leis e pela opinião. Entretanto, deveria seguir preceitos rigorosos, visando a preservação da honra do rapaz que hoje, passivo na relação, amanhã deverá assumir uma posição ativa. Este tipo de amor envolvia não só a questão sexual, mas toda uma proteção e ensinamento que o homem devia ao jovem por ele eleito. Por parte do jovem cabia não identificar-se com esta posição transitória, não sendo "fácil" ou cedendo ao seu admirador de imediato. Assim ele poderia preservar sua honra e seu *status*.

O rapaz que, no momento certo, não assumia a posição ativa a ele designada, desrespeitava os preceitos morais. Este, agora adulto, passava a ser visto como feminino. A feminilidade encontrava-se diretamente ligada à passividade e não ao objeto sexual escolhido. Como a atividade, por sua vez, ancorava-se na temperança, o homem que se punha em posição de fraqueza e submissão frente aos prazeres (mesmo que numa relação sexual com mulheres), demonstrando não ter domínio de si, era considerado feminino. Este comedimento também estava ligado a uma idéia de que não se devia desperdiçar o sêmen, já que sua perda excessiva provocaria uma perda progressiva de calor, o que poderia tornar os homens efeminados. Neste sentido, o homem mais viril seria aquele que menos houvesse desperdiçado seu espírito vital, isto é, o sêmen (Brown, 1990a).

Mesmo o casamento não representava, para o homem, que ele só poderia manter relações sexuais com sua esposa. Ela estava sob seu poder e, por uma questão de reciprocidade, ele devia respeitar outros homens não mantendo relações com suas esposas. Mas isto não o impedia de procurar o amor de outras mulheres, rapazes ou escravos, desde que não cometesse excessos e fosse comedido na busca dessas relações. Mais uma vez aí aplica-se o princípio da temperança.

Logo, constatamos que havia sim uma problematização em torno do sexo e um grau de austeridade na Grécia Antiga. Só que esses questionamentos tinham por base noções distintas daquelas que hoje nos são conhecidas. A relação de um homem adulto com um rapaz jovem era vista com inquietação, mas devido aos aspectos de passividade e atividade. Não se levava em consideração a maturidade psíquica do jovem para optar por tal relação, nem a possibilidade de conseqüências danosas nos aspectos de sua sexualidade e de seu comportamento como um todo. Atualmente uma relação sexual entre um adulto e um jovenzinho assume um caráter de abuso, como visto no capítulo anterior. Mesmo as leis que protegiam as crianças, referiam-se apenas às crianças de boa origem. Não haviam preceitos universalistas e os escravos não tinham direito algum. Ou melhor, não faziam questão, eram simplesmente escravos.

Foucault (1984) nos fala como, no curso da história, o núcleo principal de reflexão se deslocou, ainda no início da nossa era, do amor pelos rapazes para as mulheres. Temas com virgindade, matrimônio, relações de reciprocidade entre os cônjuges assumiram, pouco a pouco, o centro das preocupações morais.

2.2 – Séculos I e II da nossa era

O mesmo autor (Foucault, 1985) sinaliza que nos séculos I e II da era cristã algumas mudanças foram se dando em torno das questões sexuais e na maneira como os indivíduos se pensavam frente a elas. Foi se estabelecendo uma arte da existência regida pelo princípio de que era preciso ter cuidados consigo próprio. As necessidades, as práticas e o próprio desenvolvimento da cultura encontravam-se embasados nesse "cuidado de si". Isto significa que era imprescindível ter atenção consigo mesmo, utilizando uma vigilância constante e exata sobre si próprio. Dentro deste contexto, apareceu uma preocupação em evitar os distúrbios do corpo e da alma por meio de um regime austero. Toda essa premência em respeitar a si mesmo encontrava-se ancorada não no *status* do indivíduo, mas nele como um ser racional. Começou a haver uma universalização dos princípios.

O preceito de que ocupar-se consigo mesmo devia ser levado a um extremo, originou uma forma de viver, isto é, atitudes, maneiras de se comportar, práticas sociais que apontavam para uma certa elaboração de um saber. Neste quadro, foram sendo valorizados os exercícios de abstinência e o exame de consciência. Era preciso refletir acerca de si próprio, meditar e também cuidar do corpo e da alma. Essa preocupação relacionava-se com uma desconfiança, que foi tomando forma no pensamento dos filósofos e médicos desses dois séculos, face aos prazeres. O abuso desses prazeres poderia trazer graves conseqüências, pensamento este que deu uma conotação de severidade a este período. Dentre os ideais da época encontrava-se a valorização do casamento e das obrigações conjugais, a

virgindade, o desinteresse e mesmo uma desafeição em relação ao amor pelos rapazes. Mas como diz Foucault (1985):

“...Essa majoração da austeridade sexual na reflexão moral não toma a forma de um estreitamento do código que define os atos proibidos, mas a de uma intensificação da relação consigo pela qual o sujeito se constitui enquanto sujeito de seus atos.” (Ibid.:47).

A mudança encontrava-se na maneira pela qual o sujeito devia se constituir como sujeito moral, uma vez que no cerne dessa constituição estava a questão da verdade, de uma verdade a respeito de si mesmo. O sujeito moral não se constituía mais pelo uso dos prazeres, onde a preocupação estava no *status* do homem livre, mas pelo cuidado de si, o qual respondia a princípios universais da natureza ou da razão, sendo obrigatório a todos, homens e mulheres independente do seu *status*. Esta exigência da moral sexual ancorava-se na noção de que o indivíduo devia dominar o prazer sexual. Mas diferentemente da Grécia Antiga onde essa dominação comprovava o poder e o *status*, no início da nossa era a necessidade de dominar o prazer aparecia devido à fragilidade e à fraqueza do indivíduo. Sua necessidade de fugir e de obter proteção eram tão grandes, que ele precisava obedecer a um regime austero para não sucumbir aos prazeres, devido a essa sua própria natureza frágil. Esse regime encontrava-se centrado no corpo e na sua disposição geral. Havia uma preocupação com a saúde do corpo e da alma, aparecendo aí a questão dos prazeres sexuais. Tornava-se necessário apreender sua natureza e o seu mecanismo para valorizá-lo positiva ou negativamente em relação ao organismo e assim elaborar um regime ao qual

submetê-lo. Não que a experiência dos prazeres sexuais já estivesse associada ao mal, mas era preciso controlá-la.

Se o estabelecimento de um regime era preciso, isso devia-se à tendência dos humanos a se deixarem levar por suas imaginações, paixões e amores, afastando-se do próprio regime. Mais uma vez vemos a questão da verdade colocada na relação do indivíduo consigo próprio e na sua fragilidade peculiar.

Nesta época vão então se afirmando elementos de uma nova Erótica que se atém na relação entre homem e mulher. Passa a haver uma valorização da abstenção dos prazeres sexuais que, por sua vez, se organiza em torno da relação homem-mulher. A preservação da virgindade adquire uma posição central por ser vista como um estilo de vida. A abstinência não se deve mais a uma questão de dominação política e viril dos desejos e sim a uma forma elevada de vida característica da integridade virginal. O casamento surge como a realização dessa pureza numa união dual, pessoal e afetiva. Nessa nova Erótica as desigualdades entre homem e mulher vão diminuindo, sem contudo desaparecer, além de prevalecer uma idéia de relação conjugal intensa e independente do *status* e da autoridade do marido. O matrimônio é pensado enquanto vínculo conjugal, devendo a atividade sexual ficar restrita a ele. A fidelidade obriga tanto o homem quanto a mulher.

"...o princípio de moderação da conduta num homem casado se situa nos deveres da reciprocidade mais do que no domínio sobre os outros; ou melhor, no fato de que a soberania de si sobre si manifesta-se cada vez mais na prática dos deveres com relação aos outros e, sobretudo, de um certo respeito com relação à esposa; a

intensificação do cuidado de si vai depor, aqui, com a valorização do outro." (ibid.:150).

Vemos então que a conduta do marido não está mais ligada à manutenção de seu *status*, mas à natureza do vínculo conjugal. O casal deve propiciar o surgimento de uma amizade entre eles. Foucault (apud. Veyne, 1990) acredita que esta mudança se deu na passagem da República para o Império com a mudança do papel atribuído ao homem. Se antes seu ideal era o de autodomínio, autonomia e encontrava-se ligado à possibilidade de vir a exercer um poder sobre a vida pública, com o Império o homem passa a ter sua autonomia não mais como uma virtude cívica e sim como um fim em si. Passa a ser aquilo que "proporciona a tranqüilidade interior e a independência em relação à Fortuna e ao poder imperial" (ibid.: 48).

Com relação ao amor pelos rapazes, Foucault (1985) aponta que houve um desinteresse para com a temática, uma "desproblematização", embora a prática ainda ocorresse. Isto deve-se, em parte, à influência da cultura romana, onde a relação sexual com escravos não demandava muitos cuidados. Complementarmente, algumas leis protegiam as crianças de boa origem e os adolescentes livres do abuso e da violência. Além disso, o deslocamento para o eixo homem-mulher, se não proibia as relações entre homens e rapazes, também não as valorizava, ou melhor, colocava-as como uma forma de amor imperfeita comparada a dos esposos, local este privilegiado inclusive por ser onde se dá a preparação para a descendência.

Nesse contexto de início da era cristã a ética dos prazeres se caracterizou por um duplo fenômeno. Se, por um lado, ela apontava a necessidade de se dar mais atenção à prática sexual, seu lugar no casamento e seus efeitos sobre o organismo, isto é, aumentando o interesse em torno

dela, por outro, essa mesma prática aparecia como perigosa por desestabilizar a relação que cada um deve estabelecer consigo próprio. Daí a desconfiança e o controle através do casamento.

"A atividade sexual (...) se aparenta ao mal por sua forma e seus efeitos, mas ela não é em si mesma e substancialmente um mal. Ela encontra sua realização natural e racional no casamento; mas este não é, salvo exceção, a condição formal e indispensável para que ela deixe de ser um mal. Ela dificilmente encontra seu lugar no amor pelos rapazes, mas este não é por isso condenado a pretexto de antinatureza" (Foucault, 1985:235).

Logo temos que nesse período houve uma mudança na forma como os homens problematizavam as questões em torno do sexo, e como se pensavam como sujeitos morais. As relações conjugais foram alcançando maior simetria devido à noções universais, que atingiam também as mulheres. Mas ainda aí os escravos não eram levados em consideração e não havia uma problematização maior em torno da criança. Apesar da majoração da austeridade sexual, as subjetividades não se encontravam ancoradas na sexualidade, termo ainda não explorado naquela época.

Como nos fala Brown (1990a), ainda no século II as mocinhas eram tratadas com uma certa descontração. Deviam ser protegidas pelas famílias e não gozavam de liberdade sexual. Entretanto sua virgindade estava longe de ser o símbolo exaltado pelas sociedades cristãs do Mediterrâneo. A perda da virgindade, anterior ao casamento, representava um mau agouro para a família e a moça não era vista como bem criada. Não havia um juízo mais rigoroso do que esse. Fatos como estes demonstram que, se as sociedades não eram mais regidas pelo uso dos prazeres, também não havia a noção de sexualidade

como marca da subjetividade humana. O cuidado de si falava de uma relação do indivíduo consigo próprio e de suas fraquezas, mas não da questão sexual como estando no cerne da constituição do sujeito moral. Mesmo a passagem do período pré-cristão para o cristianismo em si não pode ser olhado senão através de suas diferentes problematizações:

“Não basta falar da ascensão do cristianismo no mundo romano simplesmente em termos da passagem de uma sociedade menos repressiva para uma outra mais repressiva. O que estava em jogo era uma mudança sutil na percepção do próprio corpo.” (Brown, 1990a:35).

Os pagãos encaravam seus corpos como algo que devia ser administrado e não modificado, assim como a ordem social que deveria adaptar-se às suas necessidades inalteráveis. Já os cristãos — e um dos primeiros a falar disso foi Clemente de Alexandria no final do século I — acreditavam que a renúncia sexual poderia transformar o corpo. Havia o ideal de não experimentar desejo algum, e não apenas de resistir a ele. Assim o corpo poderia livrar-se do jugo do mundo animal e participar da vitória de Cristo.

2.3 – De Paulo a Agostinho: os primórdios do Cristianismo

A idéia da renúncia sexual começou a ser elaborada pelos círculos cristãos no século que se seguiu à morte de Jesus de Nazaré. Esse movimento inicialmente pequeno e que buscava uma alternativa à ordem moral e social vigente, foi aos poucos tomando forma e ganhando força, apesar de suas divergências internas e de suas divergências com o paganismo (Brown, 1990a). Nesse contexto, o que foi se estabelecendo girava em torno de um

ideal de transparência frente a Deus, onde a pureza devia prevalecer. Um coração íntegro e uma sinceridade para com o mundo começavam a dar contorno a uma moral da solidariedade, não para demonstrar um poder através da temperança, mas sim para falar desse coração íntegro e transparente.

Ainda no século I, Paulo de Tarso iniciou viagens missionárias com o intuito de trazer os pagãos para o Evangelho de Cristo. Ele via o corpo como fraco, perecível, "semeado na desonra", "carregando sempre a morte de Jesus" em sua vulnerabilidade (ibid.: 49). Com esta leitura do corpo, Paulo estabeleceu uma imagem dualista: a antítese entre carne e espírito. A guerra entre ambos significava a resistência humana à vontade de Deus. Mas carne não era exatamente um sinônimo de corpo. Este último, por sua fraqueza e propensão à morte, sucumbia ao poder da carne, ela sim representante de um estado de desamparo e até mesmo de rebeldia contra Deus, onde as fraquezas iam contra o espírito. Seguindo uma lógica, podemos facilmente entender a importância do controle e da renúncia sexual como formas de combater o poder da carne. Isto não quer dizer que Paulo condenasse o casamento. Na verdade, ele o tolerava por ser mais seguro que o celibato indesejado. A abstinência podia ser o caminho mais apropriado, mas era melhor o jovem se casar a vir a cometer atos mais graves e impetuosos. Nessa perspectiva o casamento pôde ser visto como uma defesa contra o desejo. Só que com sua visão muito pouco confiante de que o anseio sexual podia ser passível de socialização mesmo dentro do casamento, Paulo fez com que uma sombra de pecado pairasse, constantemente, como um risco, sobre os lares e igrejas cristãos.

De Paulo a Agostinho (século V) a Igreja cristã e seus bispos defenderam ferrenhamente questões como virgindade e abstinência sexual. Esta última estaria ligada à capacidade de fazer profecias. Já os pais, muitas vezes, decidiam por sua filha que esta permaneceria virgem, o que lhes era conveniente por se verem liberados de pagamentos de dotes e outras despesas similares. As famílias cristãs consideravam pecado enjeitar filhos, logo dedicavam aqueles indesejados à Igreja. De qualquer forma, para os jovens, atravessar a puberdade sem relações sexuais tinha a conotação de que conseguiram superar as tentações às quais Adão e Eva sucumbiram. Mesmo as jovens mulheres casadas podiam se negar a ter relações sexuais e também os casais, após o batismo, costumavam recusar o leito conjugal, tentando recuperar um estado de santidade. O batismo aparecia como um rito de dessexualização e a continência como o melhor caminho para o reencontro da santidade perdida. Os monges do deserto também marcaram esse período da história. A abstinência a qual se submetiam, tanto em relação aos prazeres sexuais quanto à alimentação e outros confortos, era uma forma de lutar contra os males da carne e buscar a pureza perdida com a queda de Adão.

“Essa preocupação tão intensa com o fluxo de pensamentos sexuais dos monges desenvolveu-se nos círculos ascéticos porque a meta da orientação espiritual era a expropriação total do mundo interno dos discípulos. O mundo interno tinha de ser revirado pelo avesso. Nele não deveria permanecer nada que não pudesse ser exposto sem hesitação diante de outrem.” (Brown, 1990a:196).

Mesmo o casamento foi condenado por grupos cristãos mais extremistas. O homem casado ficava dividido entre a esposa e Deus. O ideal

aparecia como sendo o celibato e a abstinência sexual total. Vemos então que a Igreja cristã foi, aos poucos, se apossando da nova moral e a noção de pecado alcançando um valor tal, que os costumes sexuais começaram a ser julgados por membros do clero (Brown, 1990b).

No século V encontramos Agostinho (Brown, 1990a), um bispo católico da África que anos antes havia abandonado a vida sexual ativa. Ele acreditava que sexo e sociedade eram antitéticos, e a continência o caminho para se encontrar uma sociedade verdadeira. Falando assim, fica-nos a impressão de que Agostinho somente deu continuidade ao pensamento dos bispos italianos. Mas não foi exatamente isso o que se passou. Ele defendia a abstinência sexual, mas introduziu elementos novos que marcaram profundamente a sociedade cristã. Apesar dos códigos rigorosos de evitação sexual que impunha a si próprio e a seu clero, não era um alarmista em relação aos outros e tampouco se preocupava com a questão do celibato. A igreja católica na África encontrava-se numa situação delicada e Agostinho não podia recusar possíveis padres por serem casados. Deus iluminaria esses homens fazendo com que não dormissem com suas mulheres. De qualquer forma, as prioridades do bispo norte-africano eram diferentes daquelas dos italianos pautadas na virgindade. O triunfo sobre o medo da morte parecia-lhe um sinal de graça divina maior do que triunfar sobre o anseio sexual. O martírio representava o que havia de mais heróico para os humanos.

Agostinho sempre se preocupou com a sociedade e sua relação com a Igreja. Nos anos 400 a situação era muito difícil pois grupos de padres em conflito se enfrentavam, cada um deles querendo para si a liderança da comunidade cristã. Tal conflito invadiu os lares, dividindo casais, pais e filhos.

Obcecado pela união da Igreja dividida, Agostinho admitiu que o Estado romano utilizasse suas leis para intervir nas brigas entre as congregações. Ao tomar esta atitude ele demonstrou que pensava na Igreja católica inserida nas estruturas da sociedade. Para que ela se mantivesse unida, tomava-se necessário validar a sociedade romana, e não mais ir contra essa estrutura.

Até então, a leitura do Gênesis baseava-se na incompatibilidade entre relação sexual e Paraíso. Conseqüentemente, o casamento e a criação da família decorriam da Queda de Adão e Eva e não se encontravam na definição original de humanidade. Agostinho abordou a história da Criação e da Queda de modo um tanto singular, buscando subsídios para defender o casamento e encontrar um lugar para a virgindade dentro da Igreja. O casamento não teria sido conseqüência de um acidente, de um erro, mas sim expressão da natureza.

“Agostinho escreveu invariavelmente sobre Adão e Eva como seres humanos físicos, dotados dos mesmos corpos e características sexuais que nós. Deus os havia criado para os prazeres da sociedade. Implantara em ambos o ‘poder tradicional de atração da amizade’. Eles tinham sido colocados no Paraíso para fundar um *populus*; e fundar um *populus* implicava mais do que a reunião desincorpórea de almas semelhantes. Implicava a relação física, o parto e a criação de filhos (...) Assim, os aspectos centrais do cenário social do Paraíso, o casamento e o domínio do pai sobre os filhos, eram reconhecíveis para os romanos da África...” (Brown, 1990a:329).

A relação sexual deveria ser secundária à amizade. Assim, os casais deviam cultivá-la, o que significava que, após o casamento e a vinda dos filhos, poderiam abster-se de sexo. Tinha sido a amizade, e não o desejo sexual, que

marcara a relação de Adão e Eva. Não que ele estivesse ausente no estado original, mas coincidia com a vontade consciente, sem introduzir qualquer elemento que abalasse a serenidade do casamento.

Este é o ponto do deslocamento feito por Agostinho. O enigma que buscava uma explicação deixou de ser o casamento e a geração de filhos. A catástrofe encontrava-se na vontade distorcida dos humanos. A deturpação da vontade é que os levava a vacilar e cometer atos pecaminosos. A origem dessa distorção não se encontrava no fato de possuímos corpo. Agostinho não acreditava que Adão e Eva tivessem caído de um estado angelical num estado físico. A questão situava-se na morte. Ela sim era uma ocorrência antinatural, pois frustrava o desejo da alma de viver em paz com o corpo. Havia aí uma vontade distorcida. Pois Adão e Eva, ao priorizarem o prazer sexual e se entregarem a ele, desmesuradamente, desobedeceram a Deus. Sua vontade não coincidia mais com a Dele. Se no Paraíso prazer sexual e vontade caminhavam juntos, com a decaída passou a haver uma disjunção entre eles. Essa distorção assemelhava-se à anomalia da morte pois, tal como esta, a sensação sexual zombava da vontade. O intercurso sexual assumiu a posição de uma pequena sombra da morte. "A maneira como os impulsos sexuais escapavam ao controle da vontade era um sintoma peculiarmente gritante da fragilidade herdada pela humanidade do ato inicial de desobediência de Adão" (ibid.:341). Esse hiato entre vontade e prazer sexual seria uma punição; corpo e alma não se encontravam mais em harmonia. A vergonha sexual derivaria deste ponto, pois ao se entregarem a sensações sexuais desmedidas e tornarem sua vontade independente da de Deus,

algumas partes do corpo de Adão e Eva se tornaram resistentes a sua própria vontade. A disjunção estava estabelecida.

Vemos o peso que Agostinho delegou à sexualidade. Ela passou a ser "entendida como a consequência da rebeldia original do homem." (Bezerra, 1989:226). Até então, o pecado de Adão não era visto como tendo sido algo que enfraquecesse a vontade. Esta nova doutrina caracterizava-se por ser psicológica. O prazer havia adquirido impulso próprio e a sexualidade espelhava uma fissura permanente e incurável na alma. O ser humano pendia para a carne, isto é, para tudo que o levava a preferir sua própria vontade à de Deus. Para Agostinho, a impotência e a frigidez seriam um exemplo dessa separação de vontades, logo seriam doenças psicossomáticas que habitavam as profundezas do eu. A sexualidade como fonte sutil e permanente de tentação desestabilizou os cristãos que acreditavam ter conseguido conter as angústias suscitadas pelos componentes sexuais. Se o corpo não mais podia ser controlado nem mesmo pelos jejuns e pela evitação sexual, isto implicava em ter a sombra da sexualidade como algo contínuo, como um símbolo do primeiro pecado da humanidade localizado no centro do ser humano, na sua alma. Temos aí o primeiro marco daquilo que se engendrará com mais clareza na modernidade: a sexualidade como marca da subjetividade humana.

Vemos então que se na Grécia Antiga o principal foco de reflexão centrava-se no amor pelos rapazes, o início de nossa era se pautou na relação com as mulheres e em questões como casamento, virgindade e abstinência. Um novo deslocamento do núcleo de problematização pode ser encontrado a partir dos séculos XVII e XVIII com uma preocupação pela sexualidade infantil

e pela relação entre comportamento sexual, saúde e normalidade. O novo núcleo de problematização tinha seu lugar agora no corpo (Foucault, 1985).

2.4 – A Modernidade

Da Renascença ao século XVIII vai se definindo o espaço do privado. Enquanto a idéia do eu centraliza-se no coração (as paixões dando aos homens sua identidade particular), uma nova relação com a criança vai se estabelecendo, apontando para um desenvolvimento do sentimento da infância (Gélis, 1991). Tanto o discurso literário quanto o médico começam a abordar temas relativos a como cuidar da criança. Era preciso salvá-la, pois representava a possibilidade de dar continuidade à própria existência do homem. Aliada à preocupação em poupar o corpo da doença, esse corpo perecível, encontrava-se a idéia de "...perpetuá-lo através da semente de outro corpo, do corpo de meu filho" (ibid.:317).

Associado ao que denominamos práticas sexuais com a criança, Ariès (1978), através de documento escrito pelo médico de Luis XIII, mostra-nos como as brincadeiras sexuais com crianças eram atos corriqueiros e sem maiores problematizações no início do século XVII. A criança podia ser tratada com extrema liberdade, assuntos sexuais eram discutidos tranqüilamente em sua presença e ela participava das brincadeiras com os adultos.

Até Luis XIII completar cinco anos de idade, tanto os criados quanto os familiares costumavam tocar e beijar seu pênis sem que ninguém desaprovasse tal atitude. Falava-se abertamente sobre sexo e, o próprio Delfim, exibia suas partes sexuais, fazendo com que todos rissem, e seus comentários demonstravam sua já adiantada educação sexual. Alguns relatos

nos soam surpreendentes: "Ele (Luis XIII) e Madame (sua irmã) foram despidos e colocados na cama junto com o Rei, onde se beijaram, gorjearam e deram muito prazer ao Rei" (Heroard apud. Ariès, 1978:126).

Entre cinco e seis anos a situação mudava um pouco, pois o Delfim deixava de ser motivo de divertimento passando a divertir-se com os outros. Brincava com sua ama de forma a dizer depois, friamente, que havia visto sua bunda e sua vagina. Ariès (1978) nos fala que:

"Essa ausência de reserva diante das crianças, esse hábito de associá-las a brincadeiras que giravam em torno de temas sexuais para nós é surpreendente: É fácil imaginar o que diria um psicanalista moderno sobre essa liberdade de linguagem, e mais ainda, essa audácia de gestos e esses contatos físicos. Esse psicanalista, porém, estaria errado. A atitude diante da sexualidade, e sem dúvida a própria sexualidade, variam de acordo com o meio e, por conseguinte, segundo as épocas e as mentalidades" (p. 129).

Essas brincadeiras sexuais com Luis XIII só passaram a ser proibidas quando este completou sete anos de idade e iniciou sua educação formal. Ele passava a ser um homenzinho e devia comportar-se como tal. A ausência de interdições com relação a jogos sexuais envolvendo crianças devia-se basicamente a duas razões: acreditava-se que a criança fosse alheia e indiferente à sexualidade e não existia a idéia de uma inocência infantil que pudesse ser maculada pelos assuntos sexuais.

Ariès (1978) continua a falar da criança salientando como a partir do século XVII e basicamente nos séculos XVIII e XIX desenvolveu-se o que ele chama de sentimento da infância. Se na Idade Média a passagem da criança pela vida e pela sociedade era tida como insignificante, na era Moderna há

uma valorização acerca do mundo infantil. Se a família antiga tinha por obrigação a conservação dos bens, da honra e das vidas, a família moderna passa a representar o berço onde se despertam os sentimentos, organizando-se em torno da criança. Não que na Idade Média as crianças fossem abandonadas ou desprezadas. Apenas não havia essa consciência da particularidade infantil, ou seja, sua essencial diferenciação do adulto.

Mudanças ocorreram nos trajés das crianças, na sua representação na arte, no relacionamento com os adultos, na educação. Surgiu a noção de inocência infantil e, junto a ela, uma maior disciplina que exigia das crianças um maior recato, assim como daqueles que com elas conviviam. Havia uma preocupação com a decência, muito diferente dos comportamentos do período da infância de Luis XIII. As crianças não deviam dormir juntas e sim ter pudor em relação às suas partes sexuais. Era preciso preservá-las da sujeira da vida, principalmente da sexualidade ainda tolerada entre os casais adultos.

Donzelot (1980) aponta como, a partir de meados do século XVIII, floresceu uma vasta literatura sobre o tema da conservação das crianças. A criação, educação e medicação infantil tornaram-se assuntos abordados em livros escritos por médicos e direcionados às famílias burguesas. Aliás, neste período ocorreu o que chamamos "o médico de família", aquele que entra no ambiente familiar com um saber que lhe é próprio e exclusivo.

Todo este movimento levou, a partir de 1840 até o final do século XIX, a uma elaboração de diversas leis protetoras da infância. Esse procedimento de normalização da relação adulto-criança fazia-se representar por medidas de cunho sanitário e político que:

"...procuravam, sem dúvida, corrigir a situação de abandono em que poderiam se encontrar as crianças

das classes trabalhadoras, mas também, na mesma medida, reduzir a capacidade sócio-política dessas camadas, rompendo os vínculos iniciáticos adultos-criança, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento e de agitação que resulta do afrouxamento de antigas coerções comunitárias” (Donzelot, 1980:76).

Inicia-se o que o autor identifica como a passagem de um governo das famílias para um governo através das famílias, mais especificamente em torno da família nuclear, “templo da sexualidade comum (que) erige normas e desqualifica as sexualidades periféricas” (Perrot, 1991:115).

Ariès (1978) explica como este movimento em direção à intimidade e à privacidade relaciona-se com a necessidade da burguesia de se diferenciar, enquanto classe, da classe popular. Não suportando a justaposição das desigualdades e o contato com o povo, ela organiza-se à parte, dentro de suas famílias e de seus novos bairros. Em consequência acentua-se, ainda mais, o contraste entre o povo e a burguesia.

“A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e da preocupação dos adultos. Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida. As promiscuidades impostas pela antiga sociabilidade lhe repugnam. Compreende-se que essa ascendência moral da família tenha sido originalmente um fenômeno burguês: a alta nobreza e o povo, situados nas duas extremidades da escala social, conservaram por mais tempo as boas maneiras tradicionais, e permaneceram indiferentes à pressão exterior. As classes populares mantiveram até quase nossos dias esse gosto pela multidão. Existe portanto

uma relação entre o sentimento de família e o sentimento de classe" (ibid.:278).

Já a adolescência (Perrot, 1991) era vista como uma "idade crítica", muito devido às transformações sexuais desse período. Foucault (1985) mostra como o "sexo do colegial" se tornou objeto privilegiado da vontade de saber do século XIX. Este autor sinaliza que essa vontade de saber tinha como objeto a sexualidade: uma sexualidade centrada na família que, por sua vez, administrava regras e normas.

Podemos então reportar, como marco referencial, a história contemporânea da sexualidade a esse período da história, isto é, ao momento no qual o dispositivo da sexualidade aparece enquanto se afirma a moderna sociedade individualista.

De qualquer forma, o século XVII costuma ser apontado como aquele onde se iniciou a repressão (mais particularmente a repressão sexual), que culminou no excesso de pudor da época vitoriana; uma repressão característica das sociedades burguesas que, segundo esta ótica, continuaria a impregnar as sociedades atuais. Marilena Chauí (1984) explica que:

"De modo geral, entende-se por repressão sexual o sistema de normas, regras, leis e valores explícitos que uma sociedade estabelece no tocante a permissões e proibições nas práticas sexuais genitais (mesmo porque um dos aspectos profundos da repressão está justamente em não admitir a sexualidade infantil e não genital). Essas regras, normas, leis e valores são definidos explicitamente pela religião, pela moral, pelo direito e, no caso da nossa sociedade, pela ciência também" (p. 77).

A origem dessa repressão estaria intrinsecamente ligada à burguesia e ao desenvolvimento do capitalismo. O sexo teria sido reprimido com o objetivo de não permitir que a força de trabalho se dissipasse em prazeres. Instaurou-se, então, toda uma nova forma de se abordar a questão sexual: o recato, o pudor, enfim, a repressão.

Chauí (1984), a partir de um estudo de Jean-Louis Flandrin mostra como até mesmo o vocabulário sexual sofreu transformações. Se, anteriormente, falava-se diretamente em coito, amor carnal, luxúria — conotando o sexo como pecaminoso e também desejável — a partir do século XIX a linguagem assume um caráter médico-biológico com a utilização de termos como ninfomania, homossexualismo, masoquismo, etc..

Foucault (1977) tenta mostrar que esta hipótese repressiva (como ele a chama) não abrange o fenômeno como um todo. Segundo este autor nunca se falou tanto sobre sexo como nos últimos três séculos. A propósito da repressão, discursos referentes ao sexo proliferaram, fosse no campo médico, no pedagógico ou no jurídico.

“...Não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos - proibições, recusas, censuras, negações - que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de

poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso" (ibid.:17).

Foucault aponta que a questão está em mostrar como essa repressão encontra-se inscrita numa estratégia política que visa a sexualidade (id., 1983). Sexualidade vista como um conceito existente a partir da cultura do indivíduo, conceito que busca abordar, em diversos aspectos, as práticas sexuais: saberes, valores, regras e normas oriundas de instituições religiosas, pedagógicas, médicas e judiciárias, assim como a maneira pela qual o indivíduo dá sentido aos seus sentimentos, prazeres, condutas, deveres.

O que se deu foi que, no decorrer do século XIX o comportamento sexual adquiriu uma enorme importância na definição da individualidade. O sujeito passou a se definir como sujeito da sexualidade, sujeito do desejo. A sexualidade ocupou o lugar privilegiado onde a "verdade" profunda podia ser decifrada. A confissão, o exame de consciência e todos os segredos, mais do que uma forma de proibir o sexo, atuaram como um meio de colocar a própria sexualidade no centro da existência (Foucault, 1979)

A colocação do sexo em discurso a partir do século XVIII, ao contrário do que se pensa, tomou como importante foco o sexo das crianças e dos adolescentes. Ele pode ter sido escamoteado, desqualificando-se um linguajar direto e grosseiro. Por outro lado, "outros discursos múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder" (id., 1977), se fizeram presentes.

A medicina (a psiquiatria), a pedagogia, a justiça penal podem ser analisadas como formas de controle social desenvolvidas no final do século passado de maneira a organizar e, de certa forma, diagnosticar a sexualidade dos casais, dos pais, dos filhos, dos adolescentes delinquentes. Esses

discursos múltiplos normalizaram, da infância à velhice, os comportamentos sexuais e apontaram seus possíveis desvios. Toda uma ciência sexual foi erigida, uma ciência que definia a sexualidade como um campo que, podendo ser atravessado por processos patológicos mostrava-se propício a intervenções terapêuticas ou de normalização. As perversões menores, que até então não suscitavam muitas questões, se vêem alvo de condenações judiciárias.

“A implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas” (Foucault, 1977:48).

Foucault (ibid.) nos presenteia com um exemplo do que acabamos de dizer e que se encontra dentro do nosso campo de estudo: o abuso sexual. A fim de não deturpar sua narrativa a transcreveremos integralmente:

“Num dia de 1867, um trabalhador agrícola da aldeia de Lapcourt, de espírito um tanto simples, empregado sazonalmente de um canto ao outro, alimentado aqui e acolá por um pouco de caridade e pelo pior dos trabalhos, morando em granjas ou estábulos, sofre uma denúncia: nas fimbrias de um roçado, havia obtido algumas carícias de uma menina, como já havia feito, como tinha visto fazer, como faziam em volta dele os moleques da aldeia; é que na orla do bosque ou nas valas da estrada que leva a Saint-Nicolas brincava-se familiarmente de ‘leite coalhado’. Ele foi, portanto, delatado pelos pais ao prefeito da aldeia, denunciado pelo prefeito à polícia, por esta apresentado ao juiz, inculcado por este e submetido inicialmente a um médico, depois a dois outros peritos que, após elaborarem seu relatório, publicam-no.” (ibid.:33).

O que nos chama a atenção nessa história, como explica Foucault (1977), é o fato de que algo pertencente ao cotidiano da sexualidade daquela aldeia tenha-se tornado, a partir de determinado momento, objeto de repúdio da comunidade, assim como de intervenções jurídicas e médicas. Buscaram neste homem, até então tido como um simples camponês, sinais de degenerescência, de uma patologia que desse conta de seu ato e justificasse sua internação, para o resto de sua vida, num hospital. Este homem passou a ser um objeto da medicina e do saber, dessa vontade de saber.

Uma história como a relatada acima nos dias de hoje caracterizaria, sem sombra de dúvida, um abuso sexual de criança. Cabe interrogar o que se engendrava naquele momento em que realmente o caso se deu, para que toda uma mudança de percepção e recepção tivesse se dado: de um acontecimento até então tido como quase corriqueiro, caracterizou-se um abuso sexual.

Devemos então ressaltar que foi justamente a respeito desses pequenos prazeres e gestos trocados entre pessoas simples e "crianças espertas" que a nossa sociedade estruturou todo um discurso, numa tentativa de analisá-los, conhecê-los e normalizá-los.

Foucault (1979) sinaliza como o dispositivo da sexualidade - uma rede de inter-relações entre discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, aspectos morais e filosóficos - teve uma função estratégica. Este dispositivo articula-se com o poder, não um poder que possui um ponto de origem determinado e se dá na forma de dominação e repressão mas um poder que se apoia nos corpos e nos seus atos, que se exerce através da vigilância contínua: o poder disciplinar. As disciplinas definem códigos

através da normalização e não através de leis como o direito. Assim, não se deve tomar o poder como algo que alguns possuem e outros não, e sim como algo que só funciona em cadeia. Nesta rede o indivíduo sempre pode exercê-lo como sofrer sua ação.

"Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder... O poder passa através do indivíduo que ele constituiu". (Foucault, 1979:183).

Seguindo a idéia do dispositivo da sexualidade, a pedagogização do sexo da criança e a psiquiatrização do prazer perverso seriam, segundo Foucault (1977) conjuntos estratégicos habilitados a desenvolver dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo. Isto torna-se claro se entendermos que, a partir do século XVIII, o sexo foi colocado no ponto de articulação entre as disciplinas individuais dos corpos e as regulações da população. Através do saber acerca dele e de sua utilização, podia-se normalizar, disciplinar. O sexo

"...est au carrefour des disciplines et des régulations et c'est dans cette fonction qu'il est devenu, à la fin du XIX^e siècle, une pièce politique de première importance pour faire de la société une machine de production"(id., 1981:194).²

Para Foucault (1979), a burguesia interessou-se não exatamente pela vigilância e medicalização da sexualidade em si, mas pelas técnicas de controle que daí advinham, pelos sistemas de poder aí articulados. A

² ...está no cruzamento das disciplinas e dos regulamentos e é nesta função que se tornou, no fim do século XIX, uma peça política da maior importância para fazer da sociedade uma máquina de produção (tradução da autora).

burguesia não exerceu um poder em termos de soberania, impondo uma repressão sexual que lhe era

conveniente. Aconteceu que, a partir de um certo momento, a própria vigilância da sexualidade infantil e outros mecanismos como este, trouxeram à tona a possibilidade de um lucro econômico, juntamente a uma utilidade política oriunda dessas técnicas de poder. Estes sim interessaram à classe burguesa, tendo sido então, até certo ponto, absorvidos e sustentados pelo sistema do Estado.

Como exemplo podemos pensar na problematização que envolveu a questão da masturbação no século XVIII. Numa leitura baseada na hipótese repressiva, analisaríamos que este comportamento sexual tornou-se inaceitável a uma sociedade burguesa capitalista que se desenvolvia a partir de rígidos preceitos morais. Foucault aponta que o fundamental naquele período era a reorganização das relações entre crianças e adultos, intensificando a vivência dentro da família. Constituir uma sexualidade infantil específica mas também perigosa, implicava em constituir uma rede de poder sobre a infância.

2.5 – Sociedade individualista do tipo moderno

A abordagem foucaultiana, justamente por não encontrar-se presa a premissas invariantes, por não colocar em questão a busca de uma essência originária e universal, permite-nos ter um olhar sobre a história mais contextualizado. Ao focar a maneira pela qual as práticas de cada época foram se dando e quais problematizações eram pertinentes, particularmente aquelas relativas às sociedades burguesas individualistas, Foucault propõe um

novo método de aproximação da história. E é justamente isto que nos interessa em relação ao conceito de abuso sexual da criança.

Este autor aparece como fundamental, justamente por se debruçar sobre a história buscando o que se passa nos seus interstícios para entender como se dão as diferentes formas de subjetivação. A partir do que ele chama de dispositivo da sexualidade, podemos compreender o abuso sexual tal qual o concebemos hoje, como um conceito que pertence ao bojo das transformações ocorridas a partir do século XVIII.

Se, atualmente, concebemos o abuso sexual de crianças como uma grave violação de seus direitos, devemos ter em mente que a noção de direitos humanos encontra-se ligada à noção de individualismo. Os direitos humanos só passam a ser uma questão, a partir do momento em que se define, baseando-se em preceitos universalistas e igualitários, que todos os indivíduos são livres e iguais. No desenvolvimento do individualismo podemos acompanhar o nascimento dos direitos humanos e posteriormente, dos direitos das mulheres e das crianças, dentro da moderna sociedade individualista. Como sinaliza Bezerra (1989):

“Uma das características principais das sociedades ocidentais modernas é, portanto, a produção de uma subjetividade individuada, que se torna progressivamente naturalizada na consciência dos indivíduos. Ela não é apenas uma idéia sobre o homem, mas uma ‘realidade’ sempre reafirmada pela experiência cotidiana” (p.232).

Para uma melhor compreensão do que aqui chamamos de sociedade individualista do tipo moderno, recorreremos a Dumont (1985). Este autor, que trabalha com os conceitos de holismo e individualismo, procura traçar as etapas da constituição ou do desenvolvimento do indivíduo.

O conceito de holismo, característico das sociedades tradicionais, abrange as noções de totalidade e hierarquia. Nesta sociedade, o todo é quem dá sentido às partes, sendo a idéia de diferença o fator que interliga os diversos grupos dessa rede. Já no individualismo, o todo passa a ser encarado como a soma das partes, a sociedade representa a soma de indivíduos livres e iguais. O que impera são as noções de universalidade e igualdade.

Podemos pensar como marcos centrais à noção de individualismo os fenômenos da Reforma e da Renascença. Este último desprega-se da leitura religiosa da Antigüidade, afirmando-se através de um novo humanismo, daquilo considerado mundano. A Reforma Luterana, por sua vez, repousa na idéia de ser a consciência de cada cristão individual, o seu santuário. A relação com Deus deve ser íntima e pessoal e surgem as noções de responsabilidade e ética individuais (Bezerra, 1989). É preciso ser correto, rigoroso e puritano. A idéia de igualdade apresenta-se como um imperativo existencial, salientando que todo aquele que exerce uma função especial (o "ministro") o faz como representante escolhido pelo grupo ao qual pertence (Dumont, 1985). Ora, no desenvolvimento moderno deparamo-nos com a indignação em relação às desigualdades sociais por serem herdadas e fixas. Nada mais justo do que atribuir à Reforma a origem desse protesto.

A reivindicação igualitária atingiu o âmbito político no decorrer do que pode ser chamado de revolução inglesa, especialmente com os "Levellers". Também apareceu a idéia de contrato como o instrumento necessário à transição de vários indivíduos isolados para uma unidade social e política: estabelecer uma associação ou sociedade. Como representantes da idéia de contrato temos Hobbes e Rousseau (ibid.). Embora a teoria de Hobbes baseie-

se na necessidade da sujeição do indivíduo (contrato político) e a de Rousseau insista na liberdade (contrato social),

"ambas postulam uma descontinuidade entre o homem natural e o homem político, de modo que para as duas o 'contrato social' assinala o nascimento real da humanidade propriamente dita". (Dumont, 1985: p. 101).

Podemos tomar o conceito de contrato como um denominador comum às idéias de sociedade individualista. Vemos então que esta sociedade a qual pertencemos, com as relações específicas que envolvem os sujeitos que nela se encontram, é uma sociedade datável. Com o termo "datável" queremos dizer que a maneira como ela se constitui hoje encontra-se totalmente relacionada ao desenvolvimento do individualismo.

O desenrolar da perspectiva individualista na sociedade moderna - sociedade burguesa capitalista - encontra-se articulado com a noção de sujeito do desejo. O indivíduo livre com direitos iguais aos dos outros indivíduos é aquele que, ao se pensar como único, como uma parte do todo, volta-se para si mesmo, para a sua subjetividade, para o seu desejo. Ele se constitui como sujeito da sexualidade; sexualidade que lhe permite acreditar ser aquilo que é; referência que orienta seu olhar sobre si mesmo e sobre o outro.

Foucault (1977) sinaliza como este sujeito da sexualidade deve ser entendido, não como verdade única, mas como uma verdade datada e construída historicamente. A preocupação com a sexualidade infantil e a normalização das práticas sexuais aparecem, então, como dispositivos relacionados à construção da verdade dessa sexualidade.

Se, parodiando Foucault (1984:198), hoje questionamos que sujeito é esse que obtém gratificação sexual através de crianças, e remetemos o

princípio da resposta a uma certa estruturação do sujeito, saibamos que estamos nos baseando num pensamento do nosso tempo. Certamente, as brincadeiras sexuais realizadas com Luis XIII (Ariès, 1978) não suscitavam tal problematização. E aí encontra-se o ponto central do que viemos dizendo: tal fenômeno não era problematizado. Ou mesmo em relação à pederastia na Grécia Antiga podemos afirmar que havia sim uma problematização, mas bem diferente da que hoje colocamos.

Contextualizar o abuso sexual infantil não significa descaracterizar a violência do ato, mas sim mostrar que ele é violento na nossa cultura que, a partir de sua própria definição do que seja um ato de violência, o decodifica desta forma. Se, atualmente, no meio das psicologias existe todo um trabalho direcionado às vítimas de abuso sexual e todo um estudo a respeito das possíveis conseqüências desse abuso (distúrbios afetivos, sexuais e de comportamento), isto se dá porque o problema é grave. O significado de um abuso sexual para uma criança e sua família hoje encontra-se permeado por um imaginário social e por leis jurídicas que condenam esta prática e se horrorizam com ela.

Não pretendemos adotar uma posição maniqueísta em relação à história e, de forma auto-centrada, dizer o que estava certo e o que estava errado, o violento e o não violento. Nossas referências são dadas a partir da cultura na qual estamos inseridos. A realidade que vivemos faz parte de nós mesmos. Por isso a preocupação em contextualizar.

2.6 – O século XX

Nessa perspectiva fica mais fácil compreendermos o movimento atual de proteção à infância. Ele se solidifica no bojo das transformações dos últimos séculos, onde infância e sexualidade se firmam como categorias que definem a sociedade e a relação dos sujeitos entre si e consigo mesmos.

A Declaração dos Direitos da Criança foi aprovada e proclamada pela Assembléia Geral da ONU em 1959. Anteriormente, em 1924, em Genebra e 1952, em Viena, já haviam sido realizadas reuniões internacionais visando o bem-estar infantil (Azevedo e Guerra, 1988). De lá para cá grande foi o desenvolvimento, em termos legais, no que se refere à proteção dos direitos das crianças e adolescentes. A convenção sobre os Direitos da Criança proposta em 1978 pela Polônia e adotada em 1989 pela Assembléia Geral da ONU defende medidas de proteção à infância que coloquem a salvo todas as formas de violência, incluso aí o abuso sexual. Com este intuito, proclama-se a necessidade de elaboração de programas sociais que possam dar assistência às crianças vítimas de maus-tratos e que também busquem caminhos preventivos ao fenômeno.

O Brasil não fica como exceção nesse movimento mundial e, a Constituição Federal de 1988, assegura a assistência à família afirmando que cabe ao Estado criar mecanismos que coíbam a violência familiar contra as crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 aparece como uma lei inovadora que defende a proteção integral à infância.

"Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na

forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

Cabe ressaltar que houve ampla mobilização popular, e que grupos organizados da sociedade civil buscaram mostrar aos Constituintes a necessidade de revisão das leis de proteção à infância (Arantes, 1995).

Paralelo ao aspecto jurídico, outras áreas como medicina, psicologia, educação e serviço social, começam a se preocupar com o abuso sexual da criança buscando formas de intervir no processo. Deve-se salientar que, a denúncia em relação à violência sexual tem ocorrido, mais especificamente, nas últimas três décadas. A maior consciência com relação ao abuso sexual da criança tem sua origem no crescente movimento dos direitos das crianças, que vem acompanhando o movimento dos direitos da mulher, e na também crescente preocupação com a saúde e a saúde mental da criança (Furniss, 1993). O movimento pelos direitos da mulher do final do século XIX, que entrou em colapso na década de 20 ressurgiu, de forma passional, na década de 60. Ocupando o espaço público, e não mais apenas o privado, a mulher passou a denunciar aspectos silenciados pela idéia vigente da família como local de santidade. O movimento feminista trouxe à luz questões como violência contra a mulher e contra a criança. As denúncias de abuso sexual se inserem nesse contexto mais amplo (Azevedo e Guerra, 1993).

Nesse sentido, a criança passa a ser vista como uma cidadã em desenvolvimento, que tem seus direitos defendidos por lei. Seu desenvolvimento psico-emocional e físico deve ser preservado e estimulado. A violência assume a posição daquilo que interfere nesse processo, prejudicando de maneira imensurável a criança e o adolescente.

Como dito anteriormente, as denúncias de abuso sexual e a vasta literatura que começa a florescer (principalmente a partir das décadas de 70 e 80) acerca do tema, têm o objetivo de acabar com o complô do silêncio estabelecido, procurando alternativas para se lidar com o fenômeno, e não escondê-lo. Atualmente, no Brasil, há vários centros de defesa dos direitos das crianças que visam protegê-las e assisti-las quando vítimas de violência. Nesta proteção está incluído tirá-las e também suas famílias desse complô silencioso que faz de conta que não houve nada.

A reflexão que cabe aqui relaciona-se com o dispositivo da sexualidade mencionado por Foucault. Acreditamos que o mencionado complô do silêncio encontra-se atrelado à trama da sexualidade, onde ser vítima de um abuso sexual significa ter o âmago de sua subjetividade ferido e marcado, uma vez que nos constituímos como sujeitos da sexualidade. Por outro lado, devemos estar atentos, pois o movimento de proteção da criança em relação ao abuso sexual e a necessidade de nomeá-lo como conseqüências de uma reação de horror frente ao fenômeno, tampouco encontram-se fora da teia regida pelos dispositivos da sexualidade. Ao contrário, questões como essas estão perpassadas por estes dispositivos. Tanto o complô do silêncio quanto a reação ao complô encontram-se permeados pelo imaginário sexualista, ou seja, pela idéia de sexualidade como essência originária do humano e, conseqüentemente, pelas práticas de poder disciplinar.

Nossa tentativa de contextualizar o abuso sexual da criança, de forma alguma intenciona desvalorizar o movimento contemporâneo de proteção à infância. Pelo contrário, almejamos com essas reflexões contribuir para que as intervenções se dêem de maneira mais consciente e auto-crítica, e jamais

recaindo numa possível estigmatização da criança, olhando para ela como nada além de um sujeito marcado indelevelmente em sua sexualidade: a vítima de abuso sexual. Como diz Foucault (1984), é preciso "saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente." (p.14).

Este estudo tem o objetivo de, dentro das limitações existentes, refletir sobre a história para, quem sabe, lançar um olhar sobre o abuso sexual da criança que ajude os profissionais que atuam na área a se perceberem como fazendo parte da trama da sexualidade e do poder disciplinar.

Com essas premissas em mente, é que pretendemos propor uma abordagem terapêutica à criança violentada sexualmente que tem como orientação básica de constituição do sujeito a noção psicanalítica de desamparo, e não somente a de sexualidade. Esta proposta encontra-se ancorada na idéia de que a noção de desamparo como mito de origem do sujeito permite maior gama de possibilidades de subjetivação, evitando o que uma abordagem estritamente calcada na sexualidade poderia acirrar: uma marca indelével nesse sujeito da sexualidade e a construção de uma identidade de vítima sexual.

3 - A NOÇÃO DE DESAMPARO COMO PERSPECTIVA CLÍNICA

3.1 – Freud: sexualidade e desamparo

A psicanálise surgiu no fim do século passado e início deste, com Freud tomando a sexualidade como um ponto central na sua obra. Concordamos que o principal corte epistemológico realizado por Freud encontra-se na hipótese do inconsciente, uma vez que com ela o homem da razão deixa de ser o senhor total de si mesmo, se vendo às voltas com aquilo que não conhece, não domina e ao mesmo tempo, o determina. Mas a sexualidade ocupa neste novo olhar sobre os humanos um papel central, a saber, o de motor do mecanismo do recalque e, conseqüentemente, dos sintomas. Ela passa a ser fundamental à compreensão da neurose, mas também do indivíduo normal. Nesse conjunto de formulações Freud diz que “o complexo de Édipo é o verdadeiro núcleo das neuroses e a sexualidade infantil que culmina nesse complexo é que determina realmente as neuroses” (1919:241).

Mas engana-se aquele que acredita apenas na ousadia de Freud ao falar de sexualidade infantil em plena época vitoriana. Na verdade, como vimos anteriormente, a sexualidade já vinha sendo discutida em vários campos do saber. Nesse sentido o pai da psicanálise não descobriu a sexualidade. Ele foi um produto de seu tempo trazendo para o discurso, no caso específico da sexualidade infantil, aquilo que já se encontrava na sociedade na forma de atenção e cuidados dispensados à criança. Como sinaliza Foucault (1979)

“...a grande originalidade de Freud não foi descobrir a sexualidade sob a neurose. A sexualidade estava lá, Charcot já falara dela. Sua originalidade foi tomar isto ao

pé da letra e edificar a partir daí a *Traumdeutung*, que é algo diferente da etiologia sexual das neuroses" (p.266).

Esse autor acredita que o ponto original e fundamental da psicanálise está na lógica do inconsciente. A importância dada à sexualidade por Freud refletia o imaginário da época. Nesse contexto, a psicanálise se inseriu numa série de tecnologias de produção de subjetividade e de sexualidade que, ao disciplinarem os corpos, obedeciam estratégias de normalização (Foucault, 1977). A psicanálise, ao enunciar as verdades sobre o sexual e o desejo, tomou parte no dispositivo de poder da modernidade. O sujeito da psicanálise era (e ainda é) o sujeito cindido, marcado e determinado por sua sexualidade.

"É a familiarização da sexualidade, sua desvinculação do prazer, sua constituição como 'dispositivo de aliança' que resultam da subordinação da sexualidade à reprodução. É a perigosa função normalizadora de que a psicanálise se faz efeito-instrumento mais do que causa desencadeadora." (Garcia-Roza, 1996:107).

Vemos então como a psicanálise se inseriu no contexto dos dispositivos da sexualidade e como Freud foi um autor do seu tempo, ou seja, um autor atravessado (ou mesmo imerso) pelas questões pertinentes ao campo do sexual. Fica-nos uma pergunta: será que Freud teria "descoberto" a sexualidade infantil se toda a sociedade não estivesse articulada e perpassada pelos dispositivos da sexualidade? De qualquer forma, se o pensamento freudiano ainda hoje se apresenta como instigador e atual, devemos perceber a nossa sociedade, final do século XX, como ainda marcada pelas técnicas de poder disciplinar onde a sexualidade aparece como fator constitutivo e estruturante do sujeito.

Mas se tanto mencionamos a importância dada por Freud à sexualidade, cabe fazermos um breve relato sobre como este autor chegou a formular seus conceitos, deixando como legado às gerações futuras a idéia de sexualidade como mito de origem do sujeito.

No início de sua investigação Freud vai se deparar com a sexualidade no que diz respeito particularmente à histeria. O sintoma histérico seria a manifestação de um desejo sexual recalcado, ao mesmo tempo que atuaria como defesa contra este mesmo desejo. Em 1905, nos "Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade", ele vai dizer que "os sintomas constituem a atividade sexual do paciente" (p.166), não se remetendo mais apenas à histeria e sim às neuroses em geral. Dessa forma o sintoma seria o substituto de processos psíquicos (desejos, vontades) carregados de energia sexual impedidos, por meio do recalque, de obter descarga. Logo a energia sexual seria a fonte da neurose. Para Freud, quem quer que fosse psiquicamente anormal, também o seria em sua vida sexual. Nesse ponto, o autor apresenta a sexualidade como referência primeira para se pensar a problemática da normalidade.

Ainda nos Três Ensaios encontramos a descrição do objetivo sexual normal que se caracterizaria pela união dos órgãos genitais (cópula), conduzindo a um alívio de tensões. Em relação a este conceito de normalidade, as perversões definiriam-se como atividades sexuais que se estenderiam a outras partes do corpo não destinadas à cópula, ou como uma priorização de carícias prévias que deveriam ser apenas um rápido caminho para a união dos genitais. A formulação da relação sexual genital como sinônimo de relação sexual adulta e "normal" foi tomada como referência para se estudar outras formas de prazer.

Freud vai deixar de falar de instinto sexual, passando a pensar em termos de pulsão (*trieb*), que seria o representante psíquico de uma fonte endossomática situando-se, dessa forma, na fronteira entre o somático e o mental. Ele acaba por identificar a pulsão sexual como modelo da pulsão em geral, e é com esse modelo que Freud vai observar os bebês; observação esta que, a partir de suas conclusões, funcionará como referência primeira e comprovável da sexualidade infantil. Como aponta o próprio Freud (1905):

“Ninguém que já tenha visto um bebê reclinar-se saciado do seio e dormir com as faces coradas e um sorriso feliz pode fugir à reflexão de que este quadro persiste como protótipo da expressão da satisfação sexual na vida ulterior.” (p.186).

Vemos aí, claramente, a comparação com o modelo tomado por Freud, a saber, da relação sexual genital e do alcance do prazer através do orgasmo genital.³ Ele, então, observa que os bebês mamam no peito inicialmente para satisfazer sua fome, ou seja, buscam o leite. Mas mesmo depois dela satisfeita continuam a ter movimentos labiais que, segundo Freud, indicariam um excesso de energia não satisfeita. Se a necessidade de alimento se daria por um instinto de autoconservação, o sugar tendo como objeto o seio da mãe (e não a busca de nutrição) se daria devido à pulsão sexual. Nesse sentido, a pulsão sexual seria um desvio do instinto (Garcia-Roza, 1996).

Freud (1905) interpreta o movimento do lactente de chupar o dedo como uma atividade sexual auto-erótica. Este comportamento seria a tentativa de busca do prazer já experimentado ao sugar o seio da mãe ou seus substitutos.

³ Se por um lado, Freud se caracterizou justamente por não resumir a sexualidade ao ato genital, entendendo-a como um processo de elaboração das pulsões e dos afetos, por outro tomou este ato como modelo primeiro para aferir outras manifestações sexuais.

Assim sendo, os lábios comportariam-se como zona erógena e a primeira relação sexual seria justamente a do bebê com o seio, ocupando um lugar significativo na vida do indivíduo ao ajudar a preparar a escolha de um objeto na eterna busca de restaurar a felicidade perdida. Segundo Freud (1905):

“A relação de uma criança com quem quer que seja responsável por seu cuidado proporciona-lhe uma fonte infindável de excitação sexual e de satisfação de suas zonas erógenas. Isto é especialmente verdadeiro, já que a pessoa que cuida dela, que, afinal de contas, em geral é sua mãe, olha-a ela mesma com sentimentos que se originam de sua própria vida sexual: ela a acaricia, beija-a, embala-a e muito claramente a trata como um substitutivo de um objeto sexual completo.” (pp.229, 230).

Para ele (ibid.) os germes dos impulsos sexuais já estariam presente no recém-nascido, continuando a desenvolver-se a partir de pulsões parciais. Teríamos então as fases do desenvolvimento psico-sexual do indivíduo até chegar à puberdade e à conseqüente primazia dos genitais: fases oral, anal e fálica. A compreensão de Freud da significação da sexualidade levou-o a entender outras atividades do bebê e do futuro adulto como sexualizadas, tais como atividades musculares, processos afetivos e o próprio trabalho intelectual. O que ocorreria, em alguns casos, seria uma sublimação, isto é, um desvio da pulsão sexual de seu objetivo sexual para outros objetivos.

Logo, podemos remeter a noção de sexualidade como representante primeiro do mito de origem do sujeito a essas inferências estabelecidas por Freud, a partir da observação de bebês. Se falamos em inferência é porque hoje acreditamos que ela sempre é realizada ao relacionarmos o comportamento observado do bebê à experiência subjetiva do adulto observador, isto é, à sua interpretação (Stern, 1992). Nesta linha de

pensamento podemos deduzir que se Freud viu sexualidade no comportamento do bebê, foi porque ele encontrava-se envolto neste tipo de leitura e organização social (dispositivos da sexualidade) de sua época. E ainda hoje, por mais mudanças que tenham ocorrido, ainda fazemos parte de uma sociedade organizada em técnicas de poder disciplinar, onde a sexualidade assume uma função normalizadora. Com estas reflexões não pretendemos negar a sexualidade infantil, mas compreender o porquê de sua supervalorização e de sua colocação como essência do sujeito: ela se insere no conjunto maior dos dispositivos da sexualidade.

Mas se em sua obra Freud enuncia claramente o sujeito da sexualidade, em alguns escritos deixa entrever um sujeito que se depara com sua fragilidade em relação às instabilidades do mundo que o cerca: desde o bebê que nasce desamparado necessitando de alguém que o proteja, até o adulto que se vê assaltado pelas incertezas do destino, por se saber mortal.⁴

O bebê ao nascer encontra-se numa relação de dependência de outro ser humano que o socorra, alimente, sustente, contenha. Se isto não ocorre ele tem pouquíssimas chances de sobreviver, já que nasce pouco preparado para a vida: frágil e desamparado. O estado de desamparo caracteriza-se por ser o

“...estado do lactente que, dependendo inteiramente de outrem para a satisfação das suas necessidades (sede, fome), se revela impotente para realizar a ação específica adequada para pôr fim à tensão interna.” (Laplanche e Pontalis, 1988:156).

⁴ Para uma maior discussão desse tema ver Ferraz (1996).

Isso significa que para eliminar a excitação decorrente de tensões internas como a fome (descarga), o bebê precisa do auxílio de uma outra pessoa que lhe forneça, neste caso, o alimento. A eliminação dessa tensão interna dará lugar à experiência de satisfação.

O desamparo relaciona-se então com situações de perigo e em "Inibições, Sintomas e Ansiedade" (1926), Freud nos fala do nascimento como o protótipo de todas as situações ulteriores de perigo com as quais o indivíduo vem a se deparar. A ansiedade advinda do nascimento representa a primeira experiência de ansiedade pela qual se passa, correlacionando-se com a separação da mãe. Desse modo, Freud conclui que "a ansiedade surgiu originalmente como uma reação a um estado de perigo e é reproduzida sempre que um estado dessa espécie se repete" (ibid.: 157). Esse estado de perigo seria a situação de não satisfação, sendo o lactente dominado por uma crescente tensão sem possibilidade de, ele próprio, descarregá-la. Segundo Freud, situação que deve ser análoga à experiência de nascer. A partir daí, quando a criança percebe que um objeto externo pode pôr fim à situação de perigo, ela passa a temer a perda desse objeto, ou mais especificamente, a ausência da mãe. No decorrer de sua vida o indivíduo reviverá esta ansiedade quando se deparar com novas situações de perigo, reconhecendo seu estado de desamparo, quer físico ou psíquico.

Em seu texto "O Futuro de uma Ilusão" (1927), Freud procura entender a necessidade que os homens têm de acreditar num Deus/Pai que os proteja das forças da natureza incontrolláveis e das doenças, que os auxilie no trabalho da civilização o qual visa a organização de suas relações sociais e, acima de tudo, que lhes dê um alento em relação ao enigma da morte. Todas essas situações

fazem com que o indivíduo sinta-se desamparado, uma vez que elas nada mais são que a continuação de uma experiência infantil, na qual ao mesmo tempo que a criança temia o seu pai contava com a sua proteção contra os perigos.

“Foi assim que se criou um cabedal de idéias, nascido da necessidade que tem o homem de tornar tolerável seu desamparo, e construído com o material das lembranças do desamparo de sua própria infância e da infância da raça humana. Pode-se perceber claramente que a posse dessas idéias o protege em dois sentidos: contra os perigos da natureza e do Destino, e contra os danos que o ameaçam por parte da própria sociedade humana.”
(ibid.:30).

Ao falar das idéias religiosas como oriundas de uma realização da civilização, aponta esta última como uma necessidade do homem que, de certa forma, renunciou às pulsões em prol de segurança. Este tema será mais discutido em “O Mal-Estar na Civilização”, de 1930, quando Freud descreve a civilização como a soma de realizações e regulamentos que orientam a vida dos humanos no sentido de protegê-los contra a natureza e ajustar os seus relacionamentos entre si.

Mas para a construção da civilização foi preciso uma renúncia à pulsão, pressupondo uma não-satisfação ou o que Freud denomina de “frustração cultural”. Mas por que o homem renunciaria a sua satisfação plena se o que ele almeja é a felicidade? Porque ser feliz implica não só a experiência interna de prazer, mas também a evitação do sofrimento, e tudo indica que o homem colocou esta última tarefa como mais importante para sua existência do que a movida pura e simplesmente pelo princípio do prazer. “O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de

segurança". (ibid.: 137). Segurança contra o sentimento de desamparo que o acompanha durante toda a sua existência.

Se o estado de desamparo, por se algo experienciado como básico na existência humana, aparece como fundamental à estruturação do sujeito assim como a sexualidade, pensamos no abuso sexual como uma violência contra o sujeito da sexualidade mas também do desamparo, justamente por seu caráter destrutivo. Ele seria um ato de tentativa de anulação do sujeito por atacar a sua vulnerabilidade. Nessa transgressão de uma lei o que se passa é uma submissão ao mais forte, onde a criança abusada sexualmente deixa de ser sujeito e passa a ser submetida (Vilhena, 1993). Ela vivencia uma situação de ameaça, percebendo-se desprotegida e desamparada. Não que a sexualidade não seja alvo de inquietações mas como diz Costa (1986):

"...a sexualidade, na violência sexual, é o instrumento e não a fonte da violência (...) em caso de estupro, curras, sadismo sexual ou manipulação perversa de criança por adultos, o sujeito violentado, adulto ou criança, é invadido e desestruturado não por um desejo sexual do objeto violentador, mas por um desejo de morte (...). O que corre perigo, na violência sexual, não é a identidade sexual do sujeito, objeto de disputas, desejos e recalques nos traumatismos sexuais não-violentos (...). A angústia, aqui, não é a da castração, é a angústia da morte."
(p.173).

Tendo em mente a angústia da morte como a questão central vivida pelo sujeito violentado sexualmente é que pensamos num atendimento que aborde a questão sexual, mas que não a priorize em detrimento dos sentimentos de desproteção e submissão que encontram-se também envolvidos. Para tal é que almejamos uma clínica onde a noção de sexualidade como fator de

constituição do sujeito encontre-se articulada ao desamparo. Acreditamos que uma abordagem terapêutica deste tipo abra novas possibilidades identificatórias para a criança abusada sexualmente que não apenas a representada pela sexualidade. O desamparo, como mito de origem, não pressupõe saídas pré-estabelecidas, ampliando o leque de alternativas para o processo de subjetivação. Pensamos que esta possa ser uma maneira eficaz de se romper o ciclo "abusados sexualmente tornam-se agressores sexuais", evitando a estigmatização.

Para refletirmos especificamente sobre a possibilidade dessa clínica, nos debruçaremos sobre dois autores psicanalíticos: Ferenczi e Winnicott. Com Ferenczi pensaremos uma clínica que possa dar conta da língua que a criança conhece, a da ternura. Em Winnicott nos ocuparemos da necessidade de se estabelecer um ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento do sujeito, estando aí presente a noção de *holding*.

3.2 – Ferenczi: língua da ternura e língua da paixão

A escolha de Ferenczi para refletir a respeito da criança violentada sexualmente, deve-se a sua abordagem original e observável na prática clínica desses casos específicos. Ao postular uma língua da ternura infantil diferente da língua da paixão adulta, o autor nos fornece novos caminhos para a compreensão do trauma patológico levando-nos a outras reflexões. A confusão de línguas decorrentes dessa diferença reflete-se na compreensão entre a criança e o adulto.

"O curioso de tudo isso é que o que escapa precisamente aos pais é o que para as crianças é o óbvio; e o que as

crianças não percebem é claro como o dia para os pais".
(Ferenczi, 1928a:69).

Antes de mais nada, é preciso ressaltar a importância que o autor devolve ao fator traumático. Ele atribui aos aspectos externos ao aparelho psíquico a capacidade de perturbar e mesmo determinar mudanças neste último, preocupando-se com as marcas oriundas das relações do sujeito com o seu meio-ambiente. Neste sentido, os primeiros contatos do bebê com o mundo são de grande importância (Reis, 1998). Um ambiente atento e preocupado com o bem-estar da criança realiza seus desejos levando-a a acreditar num poder mágico de seus pensamentos (Costa, 1988). Essas e outras interações do Eu com o meio-ambiente são centrais no pensamento ferencziano. Para uma compreensão desta abordagem parece-nos fundamental uma leitura sobre o conceito de introjeção.

A introjeção seria um processo do aparelho psíquico pelo qual se daria a absorção do mundo externo ao nível do ego e uma metabolização dessa apropriação, trazendo em si uma noção de como produzir fantasmas, identificações e como representar (Pinheiro, 1995).

Mas como sinaliza Reis (1997a) mais do que uma introjeção de objetos seria uma introjeção de marcas diferenciais das sensações de prazer e desprazer, que vão sendo percebidas através do contato com o mundo externo.

A entrada do sujeito no universo simbólico da subjetividade acontece pela introjeção, sendo este o processo que permite que o sentido dado pelo outro seja apropriado pelo psiquismo, de forma que representações façam parte do aparato psíquico. Esta apropriação pode se dar através da identificação, sendo o adulto o suporte da introjeção. A qualidade simbólica do

adulto permite à criança produzir sentidos e construir registros psíquicos. Como diz Pinheiro (1995) "...o adulto é para a criança o objeto do mundo externo investido e introjetado pelo ego, introjeção cujo objetivo é o enriquecimento do ego." (p.36).

Em última instância podemos pensar a introjeção como um funcionamento defensivo frente à castração, ou mesmo, frente ao desamparo. Para Ferenczi (1909): "O neurótico está em perpétua busca de objetos de identificação, de transferência; isso significa que atrai tudo o que pode para a sua esfera de interesses, 'introjeta-os'" (p.48).

Mas Ferenczi, ao falar de introjeção e retomar a noção de trauma, faz uma distinção entre o trauma estruturante de um processo psíquico e a experiência traumática que viria a impedir uma reorganização interna. Os registros das sexualidades infantil e adulta são distintos, sendo o desencontro entre eles inevitável e necessário ao desenvolvimento do psiquismo infantil (Reis, 1997b). A relação entre a criança e o adulto se estabelece através desses desencontros, pois o código do adulto encontra-se marcado pela ambivalência, pela polissemia e pela mentira. Por isso este código exerce uma pressão traumática sobre o psiquismo infantil, ao exceder a sua capacidade de estabelecer significações.

"Por existir dentro da linguagem simbólica, ele (o bebê) é marcado pelo desencontro entre o mundo real e o mundo falado, e isto o sustenta em seu desamparo: algo que é ao mesmo tempo privação e exigência de trabalho; presença tranquilizadora e ausência angustiante (...). A relação entre o mundo infantil e o mundo adulto se faz através desses desencontros dolorosos, pois se o adulto é aquele que pode suprir e sustentar a onipotência ilusória do bebê, é também quem faz exigências e

interdita a onipotência, introduzindo as marcas da diferença radical entre os dois mundo (Reis, 1997a:11).

Somente através das confusões e dos descompassos traumáticos a criança pode vir a atingir a complexidade do código da sexualidade humana. Para adquirir autonomia o bebê necessita de um outro corpo já pertencente à cultura e à linguagem para nomear seus gestos, suas produções. Essa dependência de um outro para a sobrevivência, isto é, esse estado de desamparo se apresenta como parte constituinte da sexualidade humana. Neste jogo entre adulto e criança cabe ao primeiro, que já detém o código cultural, introduzir a linguagem e a lei no universo infantil, reconhecendo a criança em sua condição de sujeito.

A questão que se apresenta para Ferenczi é o que se passa quando o adulto que deveria introduzir e defender as leis, deixa de fazê-lo para assumir o papel de transgressor. Se ao invés de cumprir seu papel de ligação, o adulto se relaciona com a criança sem respeitar as diferenças impostas pelos "tabus", ele está ignorando o registro próprio dos desejos infantis e anulando-a como sujeito (Reis, 1997b). A violação das leis seria a violação da criança, estabelecendo-se a experiência traumática potencialmente desestruturadora. A diferença de línguas apareceria como extrema e excessiva.

Podemos então refletir sobre como se dá o processo de introjeção quando o adulto não corresponde à expectativa da criança de tê-lo como suporte deste processo. Neste caso, estamos falando de introjeção do agressor ou, como utiliza Pinheiro (1995) baseando-se em Torok e Abraham, de incorporação.

A incorporação seria uma falsa introjeção, já que incapaz de realizá-la, o ego faz de conta que ela foi feita. Mas como o que se instala no ego é uma

mentira, esta deve ser escondida. Conseqüentemente não persiste nenhum traço do trauma, ficando a identificação com o agressor ou a incorporação no lugar dessa não-inscrição.

Para melhor compreendermos a diferenciação entre introjeção e incorporação devemos recorrer ao exemplo da violência sexual contra a criança esmiuçado por Ferenczi (1933). Esta não é a única forma de violência envolvida num traumatismo psíquico, uma vez que qualquer relação onde um sujeito submete outro mais fraco aos seus desejos sem levar em consideração os desejos do outro pode ser vista como violenta. Entretanto, para a finalidade do presente estudo, pensaremos em termos de violência sexual *strictu sensu*.

Na história ferencziana, o adulto responderia com paixão (uma paixão sem limites e excessiva), a um pedido infantil de ternura. Para o autor, a criança encontra-se num estágio, por ele chamado de ternura, onde o que ela busca é um jogo lúdico. O adulto, por sua vez, não entenderia esse jogo e responderia a essa sedução terna com uma atitude passional, caracterizada pela genitalidade ainda desconhecida da criança. A língua da paixão carregada de exageros, ambivalências e própria de um sujeito clivado com seus recalcamientos, invadiria a criança como algo incompreensível a ela.

“Se, no momento dessa fase de ternura, se impõe às crianças mais amor, ou um amor diferente do que elas desejam, isso pode acarretar as mesmas conseqüências patogênicas que a privação de amor até aqui invocada.”

(Ferenczi, 1933:103)

No entanto, a violência sexual em si não seria o trauma. A história continua com Ferenczi falando do sentimento de culpa experimentado pelo agressor. O adulto que deveria ocupar o lugar de suporte da criança, viola um

dos tabus mais graves de nossa sociedade. Só que a criança percebe e não entende este sentimento de culpa. Se o adulto está tão culpado é porque algo muito proibido foi realizado. Busca então a compreensão de um outro adulto-suporte, de forma a poder elaborar o que se passou. Mas este segundo adulto (ou mesmo o agressor), não suportando a verdade das palavras da criança, nega, desmentindo-a. Assim sendo, ele não fornece à criança a proteção devida, falhando em seu papel de objeto de confiança. Ferenczi vai dizer que o desmentido é a razão do trauma desestruturante:

“O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico.” (id., 1931:79).

O desmentido incide sobre o desamparo infantil, negando qualquer possibilidade de dar sentido ao que se passou. A criança precisa da passagem pela linguagem do outro para construir um sistema de significações. Quando isto não é feito, a criança se vê impedida de simbolizar sua vivência, ficando as marcas daí provenientes presentes no corpo mas ausentes nas representações. Se o acesso ao campo das representações se encontra impedido, não há como esquecer (recalcar) nem como recordar. Ficam apenas inscrições corporais. Nesse sentido, o trauma em Ferenczi é aquilo que não possui nem passado nem presente, que se repete num tempo único, sempre como atual (Reis, 1997b).

A criança vive a situação como algo da ordem de uma morte psíquica. A solução encontrada para manter o adulto como objeto idealizado (suporte da introjeção) e assim poder retornar ao estágio de ternura encontra-se na

incorporação. Se algo tão proibido foi cometido ao ponto dela ser desmentida, a criança, numa luta para não perder a referência do adulto, identifica-se com o agressor introjetando seu sentimento de culpa. Parece-lhe menos danoso se assumir como culpada, do que perder toda possibilidade de inscrição no simbólico via introjeção. Segundo Ferenczi (1933):

“Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as (as crianças) a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor.”(p.102).

A vivência desse trauma põe em risco todo o projeto identificatório do sujeito, abalando a confiança envolvida na relação adulto/criança. Esta, então, recorre à incorporação. Mas as conseqüências são inevitáveis, pois a criança torna-se clivada, culpada e inocente ao mesmo tempo. O ego dividido passa a conter, de um lado, a parte sábia e culpada e, do outro, uma parte da ternura.

A identificação com o agressor seria como uma invasão no ego da criança (Pinheiro, 1995). A paixão ocupa o ego infantil, afastando a palavra da ternura, de maneira tal que ternura e paixão não mantêm contato entre si (clivagem do ego). Todo esse mecanismo se daria no sentido de tentar apagar para sempre o acontecimento. “O sujeito que sofre um trauma mata uma parte de si próprio. O trauma pratica no sujeito um assassinato em que ele é, ao mesmo tempo, assassino e vítima.”(ibid.: 89).

A criança se defende do efeito fragmentador do choque traumático através dessa auto-clivagem narcísica: o eu que tudo sabe nada sente, enquanto que o eu ferido sente mas não pode saber (Reis, 1997b).

Para vencer a dor psíquica de ter sido objeto da agressão, o sujeito recorre à alucinação negativa, mecanismo de defesa que, com a inversão da situação, lhe dá a possibilidade de negar o trauma e de se sentir vitorioso. Tornando-se seu próprio agressor a criança deixa de ser paciente do evento, passando a agente. Passa a não depender mais de um objeto mediador, transformando o desprazer dessa ausência em prazer dela própria tornar-se o objeto mediador do adulto. Após a vivência do trauma desestruturante, a criança adquire uma maturidade devido ao esforço empregado para superar o sofrimento e a angústia, passando a cuidar dos adultos que a rodeiam e de si mesma. É a imagem do bebê sábio, ou seja, a criança traumatizada por um saber excessivo produzido pela presença invasora do adulto, a criança que adquire um saber sobre o sexual prematuramente. Ela passa a se portar como o que Ferenczi (1931) chama de "psiquiatra da família", aquele que se vê cuidando da família como reação a uma experiência que não pôde ser elaborada pelo grupo familiar. Ferenczi (1933) chama este evento de progressão traumática ou de prematuração patológica.

Em relação ao desmentido como fator traumático parece-nos de extrema importância nos termos sobre a explicação dada por Pinheiro (1995) a esse respeito. Como já vimos, é através do adulto que a fala da criança pode ter ou não sua existência autorizada, uma vez que ela toma emprestadas as palavras do adulto para então torná-las suas, buscando uma confirmação. Segundo a autora, o desmentido só será traumático se o adulto restringir o enunciado da criança ao campo da mentira absoluta, apresentando seu próprio enunciado como aquele da verdade absoluta. Reduzindo os enunciados à univocidade e não permitindo a ambigüidade e a polissemia das palavras, o adulto rouba da

criança toda a possibilidade de registro simbólico. As palavras ficam, então, cristalizadas e proibidas de serem pronunciadas. A lembrança desse trauma tão desestruturante fica guardada apenas no corpo.

Também interessa-nos ressaltar a inovação proposta por Ferenczi quando apresenta a criança como tendo uma língua diferente da língua do adulto. A ternura aqui parece marcar algo fundamental para um atendimento clínico às vítimas de abuso sexual: a vivência da angústia da morte. Em Ferenczi, a sexualidade infantil não estaria marcada pela ambivalência da genitalidade, com a criança vivendo muito mais a questão do desamparo do que do trauma sexual em si. Como dito anteriormente, o trauma viria em decorrência da negação, do desmentido. É claro que a sexualidade encontra-se em jogo, até mesmo porque na nossa sociedade qualquer ato sexual com uma criança é visto como desestruturante e traumático. Isto faz parte do nosso imaginário sexualista. Mas como assinala Ferenczi (1933):

“As perversões, por exemplo, talvez só sejam infantis na medida em que permanecem no nível da ternura; quando se carregam de paixão e culpa consciente, talvez já sejam testemunho de uma estimulação exógena, de uma exageração neurótica secundária.” (p:105).

A partir da ótica ferencziana do abuso sexual da criança, podemos refletir a respeito da importância de se trabalhar com esta criança traumatizada questões como confiança e justiça. Na relação analítica, Ferenczi (1930) vai priorizar o aspecto da confiança do paciente em seu analista pois:

“essa confiança é aquele algo que estabelece o contraste entre o presente e um passado insuportável e traumatogênico. Esse contraste é indispensável para que o passado seja reavivado, não enquanto reprodução alucinatória mas como lembrança objetiva.” (p:100).

Esse autor (1928b) elaborou a técnica da elasticidade, pela qual se buscaria uma relação de confiança entre o analista e o paciente. Com ela, apresentou a noção de tato que seria a capacidade de "sentir com". A comunicação não se daria somente por meio do conteúdo formal expresso por palavras, mas por uma comunicação afetiva expressa por entonações na voz, pausas, ritmos e gestos, também por parte do analisando.

O analista funcionaria como "continente" e também como dispositivo diferencial em relação à história do analisando. Ao se colocar num lugar semelhante, mas também diferente das figuras parentais originais e mostrando-se disponível para "sentir com" o analista forneceria ao analisando a possibilidade de redescrição de sua própria história, ao fazer acontecer na atualidade da repetição transferencial o que não pôde acontecer no passado. Transferência aqui entendida como processo de expansão do Eu, e não apenas como reprodução de conteúdos (Reis, 1997a). Se repetições de marcas advindas do trauma não puderam ser representadas, elas se apresentarão como transferência agida durante a sessão, estabelecendo-se uma relação com o analista baseada na atualidade. O novo que surge dessa repetição será o elemento terapêutico da relação transferencial. E o novo só pode surgir devido à semelhança-diferença implicada nessa relação em comparação com aquela vivida anteriormente. De qualquer forma, não há regras definidas, o fundamental encontra-se na presença do analista, na sua disponibilidade e numa atitude sincera em relação ao paciente.

As crianças precisam de afeto e de contato, de modo que possam desenvolver sua autoconfiança e confiança no mundo. No caso de crianças abusadas sexualmente o aspecto confiança, tanto em relação a elas próprias

quanto em relação aos outros, foi seriamente atingido, levando-as a experimentar sentimentos de insegurança, solidão, desamparo. O analista que tiver a disponibilidade de se colocar como "continente", poderá facilitar o surgimento da "verdade" da criança, restituindo-lhe o estatuto de sujeito. Como assinala Reis (1998):

"Passar do desconhecimento e da negação do trauma para o extremo oposto, no que diz respeito à prática psicanalítica, representa um sério risco de perder o rumo, já que a psicanálise busca mais do que uma simples explicação causal para os fenômenos psíquicos." (p.7).

Nesse sentido, se ater somente às questões da sexualidade pode não suprir uma necessidade básica da criança: se sentir protegida, amparada e acreditada. Invadir a criança com aspectos relativos à segurança sexual, negando-lhe a possibilidade de "estar com" numa relação afetiva pode ser vivido por ela como uma outra forma de "abuso".

3.3 - Winnicott: da ansiedade de aniquilamento ao "analista" suficientemente bom

Ao formular conceitos como o de ambiente facilitador e mãe suficientemente boa entre outros, Winnicott, mesmo sem mencionar especificamente esta palavra, está enfocando aspectos do desamparo humano. Este autor (1960a) prioriza a questão da dependência do lactente em relação à figura materna, chegando a dizer que não pode haver um bebê sem sua mãe (ou substituto). Isto significa que um ser humano se constitui através do encontro com outro ser humano. O ego materno é necessário ao

bebê para fortalecê-lo, de forma que lactente e cuidado materno chegam a formar uma só unidade.

Temos então a importância do ambiente no desenvolvimento do indivíduo, que nasce num estado total de dependência e desamparo necessitando de um ambiente favorável à sua sobrevivência. Nessa perspectiva podemos compreender a noção de trauma em Winnicott (1967) o qual seria "um impacto provindo do meio ambiente e da reação do indivíduo a ele, que ocorre anteriormente ao desenvolvimento, por esse indivíduo, de mecanismos que tornem a experiência predizível (p.155). O resultado dessa intrusão (*impingement*) apareceria numa distorção do desenvolvimento, em função da sensação do indivíduo, devido à experiência traumática, de ter a linha contínua de sua existência rompida pela sua própria reação automática à falha ambiental. Neste ponto podemos refletir sobre a criança abusada sexualmente que, por não estar num estágio de seu desenvolvimento que possa compreender e assimilar tal experiência, vive a situação como uma invasão do ambiente, obrigando-a a reagir e não apenas ser. Esta excessiva falha ambiental pode ser representada tanto pelo abuso sexual em si, quanto pela experiência da criança de não ter sido suficientemente bem protegida.

Para uma compreensão desta questão, parece-nos relevante aprofundar o pensamento winnicottiano. Aprendemos com este autor (id.,1945) que o desenvolvimento do bebê encontra-se diretamente relacionado ao ambiente que o cerca, podendo este facilitar ou dificultar a evolução da realidade psíquica. O potencial herdado do bebê só pode se desenvolver no sentido de uma continuidade de ser na presença de um ambiente facilitador. Este ambiente favorável permite ao bebê a experiência de onipotência, isto é, a

possibilidade de criar e recriar o objeto. O que ocorre no ambiente do lactente, seja bom ou mau, não é realmente uma projeção, mas assim deve parecer-lhe para seu desenvolvimento sadio. Ele precisa confiar nesse ambiente sustentador.

Os cuidados maternos (ambiente adequado) fornecerão à criança a possibilidade de sair de um estado primário de não-integração para atingir a integração, a personalização e a adaptação à realidade (id., 1963a).

Dentro deste enfoque está incluído o conceito de "mãe suficientemente boa", aquela que se adapta às necessidades de seu filho, sem interferir e sem ser intrusiva. O ego materno complementa o ego infantil tornando-o forte e estável. Desta forma, ao lactente é permitido viver e se desenvolver embora não seja capaz de controlar o que de bom ou mau ocorre no ambiente. O ego materno vem ao seu auxílio de maneira que ele possa viver em um mundo subjetivo, onde a experiência de onipotência possa ser experimentada. Como dito anteriormente, esta significa a possibilidade de o bebê criar objetos. Na verdade, ele cria aquilo que a mãe apresenta, aquilo que está a seu redor esperando ser encontrado..

"...o bebê desenvolve a expectativa vaga que se origina em uma necessidade não formulada. A mãe, em se adaptando, apresenta um objeto ou uma manipulação que satisfaz as necessidades do bebê, de modo que o bebê começa a necessitar exatamente o que a mãe apresenta. Deste modo o bebê começa a se sentir confiante em ser capaz de criar objetos e criar o mundo real. A mãe proporciona ao bebê um breve período em que a onipotência é um fato da experiência." (Winnicott, 1962:60).

Podemos dizer que no começo da vida de seu filho a mãe, através de uma adaptação quase completa, lhe dá a oportunidade de ter a ilusão de que o seu seio foi criado por ele, bebê, fazendo parte dele próprio. A mãe suficientemente boa é aquela que dá ao bebê a ilusão da existência de uma realidade externa que corresponde à sua capacidade de criar (id., 1951). Após esse início de ilusão caberá à mãe desiludir gradativamente seu filho. Mas ele só será capaz de experimentar a frustração se tiver tido oportunidades suficientes para a ilusão, tendo vivenciado plenamente a experiência de onipotência. Aí sim ele pode renunciar a essa onipotência.

Talvez alguns se indaguem sobre o que a mãe deve fazer ou aprender para alcançar esta adaptabilidade ao bebê. Winnicott (1988) afirma que esta não é uma questão de intelecto. Em geral as mães se identificam com o bebê ainda durante a gravidez, o que se prolonga até algumas semanas após o nascimento. Nesta circunstância as mães se tornam capazes de se colocar na situação do bebê, alcançando uma sensível percepção do que ele necessita. Esse estado, que Winnicott chamou de "preocupação materna primária", faz com que a mãe saiba proteger seu filho, de modo que ele comece a existir e não a reagir a intrusões ambientais. A origem do self verdadeiro, conceito que abordaremos mais longamente adiante, se situa na possibilidade de devoção da mãe no início da vida do bebê.

Nesse estágio de total dependência a imaturidade do bebê leva-o a ficar numa situação onde, a qualquer momento, ele pode sofrer uma ansiedade inimaginável. Este tipo de ansiedade poderia aparecer em vivências de desintegração, de não ter conexão alguma com o corpo, de carecer de orientação e de uma sensação de cair para sempre (não ser sustentado). A

mãe, ao saber do que necessita o bebê, evita a ansiedade inimaginável, proporcionando-lhe a experiência de continuidade de ser. Ele desenvolve uma confiabilidade no ambiente não precisando reagir às falhas excessivas, que poderiam levar a um padrão de fragmentação de ser (id., 1962).

A provisão ambiental fornecida pela mãe que permite ao lactente a experiência de confiabilidade, pode ser designada pelo termo *holding*. Inicialmente o *holding* implica no segurar físico do bebê, numa experiência cutânea na qual ele se sente sustentado e amparado fisicamente. "Segurar e manipular bem uma criança facilita os processos de maturação, e segurá-la mal significa uma incessante interrupção desses processos, devido às reações do bebê às quebras de adaptação" (id., 1988:54). Esse significado vai se ampliando à medida que o bebê cresce e que seu mundo vai se tornando mais complexo. Deixa de ser apenas o aspecto físico, passando a ser a forma total do relacionamento mãe-filho, onde ele se sente protegido e amparado. O *holding* seria na perspectiva materna "estar com", enquanto que para o bebê seria "sentir-se seguro por".

Com o cuidado materno o lactente se vê capaz de ter uma existência pessoal, começando a construir o que pode ser chamado de continuidade de ser. Mas se engana aquele que pensa ser a mãe suficientemente boa a provedora onipresente e onisciente. Se por um lado, a mãe como provisão ambiental deve satisfazer as necessidades fisiológicas de seu bebê sendo empaticamente consistente, por outro ela vai, paulatinamente, frustrando-o e fornecendo-lhe pequenas doses de mundo. A experiência de desiludir é tão fundamental quanto a de iludir. A mãe falha, e essas falhas na sua adaptação ao bebê, desde que não excessivas, aparecem como fontes de frustração que

o educam a respeito da existência de um mundo que é não-eu. São proveitosas na medida em que o lactente as reconhece e pode, simultaneamente, reter a idéia do objeto potencialmente satisfatório.

Gradativamente o período de fusão vai chegando ao fim e o lactente inicia a transmissão de sinais que representam um indício do estabelecimento das relações objetais. Cabe à mãe receber os sinais e responder de acordo com que o bebê apresenta e solicita. A mãe que se antecipa ao sinal de seu filho, negando-lhe a oportunidade de estabelecer relações ao sinalizar o que necessita está, de alguma forma, sendo intrusiva. A consistência da mãe se torna excessiva, dominando toda a cena e não deixando espaço para o bebê criar e não apenas continuar existindo.

O gesto do bebê expressa um impulso espontâneo que tem como fonte o self verdadeiro. A mãe que falha repetidamente em satisfazer o gesto espontâneo do bebê, acaba por substituí-lo por seu próprio gesto, o que será validado pela submissão do lactente (id., 1960b). A criança se submete à mãe, deixando sua existência única e espontânea de lado. Temos aí o início do estabelecimento daquilo que Winnicott chama de falso self. Este seria uma reação defensiva frente às invasões ambientais que ameaçam o núcleo central do self: um aspecto de cada pessoa não-comunicável, algo que deve ser preservado. Esse núcleo da personalidade corresponderia ao eu verdadeiro da personalidade cindida, cujo mundo nunca se comunicaria com o mundo dos objetos percebidos.

“O self central (ou verdadeiro) poderia ser considerado como o potencial herdado que está experimentando a continuidade da existência, e adquirindo à sua maneira e em seu passo uma realidade psíquica pessoal e o

esquema pessoal corporal. Parece necessário considerar o conceito de isolamento deste self central como uma característica da saúde. Qualquer ameaça a esse isolamento do self verdadeiro constitui uma ansiedade maior neste estágio precoce e as defesas da infância mais precoce ocorrem por falhas por parte da mãe (no cuidado materno) para evitar irritações que poderiam perturbar esse isolamento." (Winnicott, 1960b:46).

As ameaças em relação a esse núcleo levariam à organização de defesas primitivas de forma a ocultá-lo, mesmo que para isso fosse preciso criar um falso invólucro que impedisse as manifestações provindas do verdadeiro self (id., 1963a), isto é, as manifestações de criatividade e de sentir-se real. Quando a adaptação da mãe não é suficientemente boa, não evitando as ameaças vividas pelo bebê como ameaças de aniquilamento, ele se vê obrigado a reagir para sobreviver. Mas a reação acaba por originar uma sensação de aniquilamento, uma vez que interrompe a experiência de continuidade de ser. O bebê e seu ego enfraquecido lutam para sobreviver o que é alcançado de uma forma falsa. Isto significa que a reação ao meio ambiente leva o bebê ao desenvolvimento de um falso self na tentativa de suplantando as deficiências maternas, o qual organiza-se como um padrão de conduta correspondente à falha ambiental. Para ocultar o self verdadeiro o falso self submete-se às exigências ambientais. Submissão e imitação passam a ser características daquele que vive com a sensação de não existir realmente. Esse *splitting* entre falso e verdadeiro self estabelece uma baixa capacidade para o uso de símbolos e uma pobreza na vida cultural.

Winnicott (1950), ao falar da importância da motilidade do bebê no sentido do estabelecimento de um não-eu, menciona alguns padrões de

relacionamento entre bebê e meio que vão desde aquele onde o contato com o ambiente é vivido como uma experiência do indivíduo, até um padrão onde, devido ao excesso de invasões por parte do meio e as conseqüentes reações às invasões,

“... não há nem mesmo um lugar de descanso para a experiência individual e o resultado é que o estado de narcisismo primário não produz um indivíduo. O ‘indivíduo’ então se desenvolve como uma extensão da casca e não do cerne, e como uma extensão do meio ambiente invasor (...). O indivíduo, neste caso, existe por não ser encontrado.” (ibid:365).

O eu então não pode ser estabelecido, uma vez que o desenvolvimento se dá através da experiência de reação à invasão, e não de uma impulsividade pessoal.

Se Winnicott enfatiza seu estudo no desenvolvimento do bebê e na sua relação de dependência com a mãe, ele também fala que o desenvolvimento é algo contínuo, que não alcança um fim e que diversas experiências podem ser vividas e revividas pelos indivíduos em diferentes etapas de suas vidas. Assim sendo, podemos refletir acerca da criança que sofre um abuso sexual. Numa perspectiva winnicottiana ela está sendo invadida pelo meio ambiente que deveria ser facilitador. Esta invasão e o sentimento de aniquilamento dela oriundo serão representados pela própria vivência do abuso, uma vez que esta *apareceria como algo ocorrido a uma criança não suficientemente madura para experienciar tal situação.* Mas essa invasão ambiental também se caracterizaria pela ausência de uma mãe suficientemente boa capaz de impedir uma vivência dessa ordem. Se o ambiente invade, é porque uma falha muito grande no quesito proteção deixou a criança em total estado de desamparo.

Esta é a vivência traumática da criança: ser invadida e ter que reagir a uma experiência não predizível, a algo que ela não conhece. Winnicott (1954) sinaliza que:

“... aquilo que procede do self verdadeiro é sentido como real (mais tarde bom), seja qual for sua natureza, ou seu grau de agressão; aquilo que acontece no indivíduo como reação à invasão ambiental é sentido como irreal, fútil (mais tarde mau), mesmo que seja sensualmente satisfatório.” (p.477)

Nesse sentido, as excitações corporais experimentadas pela criança sexualmente abusada também fariam parte do contexto das reações à invasão ambiental (*impingement*), não partindo de algo espontâneo e criativo, mas sim da sensação de irrealidade necessária à sobrevivência. Logo podemos dizer que um abuso, no caso sexual, incide sobre o desamparo e a dependência infantis.

Em relação ao processo analítico, Winnicott (1960a) estabelece uma correlação entre mãe-bebê e analista-paciente. Dessa forma a análise representaria a oportunidade da pessoa de reparar as falhas desestruturantes que possam ter ocorrido no seu desenvolvimento. O primeiro aspecto a ser alcançado seria a capacidade do paciente de confiar, que só pode ser redescoberta na consistência do analista, um analista suficientemente bom que forneceria uma consistência não exagerada nem intrusiva, estabelecendo um ambiente de confiabilidade. Quando já há um certo grau de confiabilidade, o paciente traz para a relação analítica uma necessidade que não foi satisfeita durante seu desenvolvimento. Tem a esperança de que o analista o compreenda e assim satisfaça simbolicamente o que ele busca para completar a evolução de sua personalidade (Safra, 1989).

O analista funciona como um ego auxiliar e, através do *holding* e do manejo da relação analítica, vai facilitando ao paciente reviver experiências traumáticas em doses que sejam possíveis dentro de um ambiente sustentador. Ao suprir necessidades, mas também ao falhar e sobreviver às reações de irritação do paciente, o analista pode proporcionar um ambiente facilitador, de forma que o paciente possa preencher lacunas no seu desenvolvimento. "São as inúmeras falhas, seguidas pelo tipo de cuidados que as corrigem, que acabam por constituir a comunicação do amor, assentada sobre o fato de haver ali um ser humano que se preocupa." (Winnicott, 1988:87). As falhas por parte do analista se diferenciariam daquelas experienciadas na infância pelo paciente não só devido ao seu grau (uma falha que a pessoa pode suportar), mas também em decorrência da possibilidade de haver cuidados para supri-las. O outro fator de diferenciação encontra-se na capacidade do analista de trazer para si a responsabilidade pela sua falha, não sucumbindo à denegação ou a respostas projetivas defensivas. Para tal, ele deve ser capaz de suportar o ódio do paciente oriundo da percepção da falha.

Casement (1992) apresenta a idéia da dupla natureza da transferência. Para que o trauma que está sendo revivido na relação analítica possa ser bem elaborado, é necessário que o paciente consiga diferenciar o presente objetivo e o passado que está extravasando no presente. Só lhe será possível suportar reviver o trauma de sua infância se encontrar diferença na situação analítica que forneça segurança. A semelhança existirá, mas se for excessiva suscitará quase que uma repetição integral da situação traumática original. Como diz Winnicott (1988):

"Tudo o que fazemos numa psicanálise bem-sucedida é desatar os nós do desenvolvimento e liberar os

processos evolutivos e as tendências hereditárias do paciente. Na verdade podemos de uma forma muito curiosa, alterar o passado do paciente, de tal forma que um paciente, cujo ambiente materno não tenha sido suficientemente bom, pode transformar-se em uma pessoa que tenha tido um ambiente de facilitação suficientemente bom, e cujo desenvolvimento pessoal possa, portanto, ter ocorrido, ainda que tardiamente (...). No contexto de um segurar e manipular suficientemente bons, o novo indivíduo realiza, agora, uma parte de seu potencial. De alguma forma fomos capazes de, silenciosamente, transmitir confiabilidade, e o paciente respondeu com o desenvolvimento que, no contexto dos cuidados humanos, poderia ter ocorrido nos estágios mais iniciais.”(p.91).

Na citação acima Winnicott consegue resumir de forma simples e objetiva o papel não tão simples assim do analista. Nessa situação de um segurar (*holding*) e manipular (*handling*) suficientemente bons estão envolvidas as atitudes que se apresentam por trás das verbalizações. Os gestos, o tom de voz, o ritmo, o silêncio, tudo isto permeia a interpretação verbal e é percebido pelo paciente.

Em casos mais extremos, Winnicott (1963b) fala do medo do colapso (*breakdown*) que seria um medo relacionado ao fracasso de uma organização de defesa que protege o ego de um “impensável estado de coisas subjacente à organização defensiva.” (p.71). Ele acredita que nestes casos o paciente teme viver uma situação que já aconteceu, mas que não lhe é possível revivê-la a menos que o ego possa primeiro reuni-la dentro de sua própria e atual experiência temporal. Tal situação não foi assimilada pelo paciente, tampouco elaborada. Para tal, ela deve ser revivida na transferência, de maneira que o paciente possa reexperimentar a ansiedade intolerável em função da qual as

defesas se organizaram. Não basta a compreensão de seu significado. Vemos aí a importância da relação de confiança entre analista e paciente.

Esse tipo de defesa à qual Winnicott se refere seriam as defesas psicóticas. Mas podemos pensar no abuso sexual como uma vivência, por parte da criança, que beira o colapso ou o aniquilamento, uma vez que a invasão ambiental de algo não predizível e as conseqüentes reações contra o desconhecido, levariam a uma sensação de desintegração do ego e a uma ansiedade inimaginável. A experiência analítica, num caso como esse, mais uma vez teria que se estabelecer através da confiança, podendo a criança reviver a situação traumática de forma diferenciada. Isto significa que o analista estaria ali como suporte, suporte este não recebido pela criança quando do abuso. Através do *holding* ele estaria acompanhando-a neste caminhar da dependência total à independência (nunca completa), auxiliando-a a significar e simbolizar o trauma e ao mesmo tempo a vivenciar situações outras, desta vez estruturantes, de forma a poder lidar com o seu estado de desamparo: não mais como algo devastador e destruidor, mas como a possibilidade de movimento e de busca do mundo e do outro. Podemos dizer que a principal tarefa analítica é ajudar o paciente a reconhecer a falha ambiental (parental) e a abrir mão do seu controle onipotente. Especificamente nos casos de abuso sexual, este reconhecimento é fundamental para a criança conservar um sentido de existência.

Para finalizar, abordaremos um conceito apresentado por Winnicott (1958) que é o de orgasmo do ego. O autor está se referindo ao êxtase que algumas pessoas alcançam em experiências altamente satisfatórias como um concerto, uma peça de teatro ou mesmo uma amizade profunda. Ele então fala

do brincar da criança, questionando se este seria uma sublimação do id ou do ego. Winnicott chama a atenção para o fato de que quando o brincar encontra-se complicado e envolvido com excitações corporais e seus clímax físicos, ele não é agradável para a criança.

“A criança considerada normal é capaz de brincar, ficar excitada quando brinca, e se sentir satisfeita com o brinquedo, sem se sentir ameaçada pelo orgasmo físico de excitação local. Em contraste, uma criança impedida de fazer alguma coisa, com tendência anti-social, ou qualquer criança com marcada inquietação maníaco-defensiva é incapaz de apreciar o brinquedo porque o corpo se torna fisicamente incluído.” (ibid.:37).

No atendimento clínico de crianças sexualmente abusadas esta relação com o brincar fica patente, uma vez que não se estabelece um brincar criativo e espontâneo, e sim estereotipado e muito angustiado. Parece-nos que cabe ao analista, junto com a criança, resgatar o brincar criativo através de um *setting* facilitador e suficientemente bom, de forma a incidir positivamente sobre o desamparo infantil e reconstituir as falhas excessivas no desenvolvimento da criança. Arriscaríamos dizer que mais fundamental que interpretações voltadas para a sexualidade, seriam as atitudes de sustentação e *holding*.

CONCLUSÃO

A idéia de um atendimento psicológico às crianças que sofreram uma violência sexual tendo como pressuposto básico a noção de desamparo, mas sem deixar de lado a sexualidade do sujeito, nasceu de uma preocupação em relação às intervenções realizadas junto a essas crianças e seus familiares.

Atravessamos um momento histórico que se caracteriza pela luta pelos direitos da criança, pela denúncia das violências sexuais e pelas práticas de intervenção em tais casos. Vemos, por um lado, a positividade desses procedimentos, visto que buscam maior solidariedade e respeito entre as pessoas objetivando a cidadania. Por outro, eles encontram-se perpassados pelo dispositivo da sexualidade que também está imbricado no complô do silêncio. Assim sendo, especificamente no que diz respeito à intervenção psicológica, uma abordagem que prioriza o sexual, corre o risco de incorrer, mais a longo prazo, numa maior estigmatização da vítima, exacerbando diferenças e reforçando pela via do imaginário social, conseqüências já tão preocupantes hoje.

Foucault, ao problematizar a hipótese repressiva, apresenta toda a complexidade da sociedade moderna ocidental calcada em dispositivos de controle não abertamente identificáveis, uma vez que inseridos nos corpos a partir da noção de sexualidade. Este autor (1977) afirma que:

“Assim se formou, entre as duas guerras mundiais e em torno de Reich, a crítica histórico-política da repressão sexual⁵. O valor desta crítica e seus efeitos na realidade

⁵ Reich foi um autor e clínico, inicialmente psicanalítico, que buscou articular o marxismo à psicologia, abrangendo também uma abordagem corporal.

foram consideráveis. Mas a própria possibilidade de seu sucesso estava ligada ao fato de que se desenrolava ainda no dispositivo da sexualidade e não fora ou contra ele. O fato de tantas coisas terem mudado no comportamento sexual das sociedades ocidentais sem que se tenha realizado qualquer das promessas ou condições políticas que Reich vinculava a essas mudanças, basta para provar que toda a 'revolução' do sexo, toda essa luta 'anti-repressiva' representava, nada mais nada menos – e já era muito importante – do que um deslocamento e uma reversão tática no grande dispositivo da sexualidade. Mas pode-se compreender também por que não se podia exigir que tal crítica fosse a chave para uma história desse mesmo dispositivo. Nem que fosse o princípio de um movimento para desmantelá-lo." (p.123).

Parece-nos que o movimento atual de combate ao abuso sexual de crianças ainda encontra-se imerso nesse grande dispositivo da sexualidade. Fazendo um paralelo com o que disse Foucault em relação à Reich e à luta "anti-repressiva", esse movimento tem sido extremamente importante visto que defende a proteção da infância. Por outro lado, questionamos a amplitude de seu poder de transformação (num sentido também preventivo), posto que seu discurso e práticas encontram-se presos ao registro do sexual, o que impediria a desmantelação do fenômeno como um todo. Torna-se necessário pensar o abuso sexual infantil de um outro lugar que não o desse registro, de modo a sair de um círculo que tem como início e como fim sempre a sexualidade, normal ou patológica, sem outras alternativas. Talvez o princípio para este novo olhar possa ser encontrado numa perspectiva histórico-genealógica, que nos auxilia a encarar o presente num sentido não universal e desnaturalizado.

Não se trata de deixar o assunto em segundo plano ou tratá-lo como algo de pouca gravidade, mas perceber que um movimento reativo de horror ao complô e ao fenômeno em si não permite uma saída dessa trama característica da sociedade individualista. Sociedade que, justamente pelo ideal individualista e igualitário põe em foco as diferenças, sejam estas vistas sob aspectos culturais, raciais, psicológicos, de gênero ou sexuais. Defender os direitos da criança, do homossexual, da mulher, do negro, do portador de deficiência ou do louco aparece como algo de extrema relevância numa sociedade que aspire por solidariedade e respeito. Sob outro aspecto, isto levado a um extremo pode acirrar diferenças incitando à segregação, à intolerância e à rotulação.

No caso específico do abuso sexual de crianças é importante estar atento para o fato, denunciá-lo e ter leis jurídicas para avaliá-lo. Mas os profissionais que vão trabalhar com a criança devem ter o cuidado de não estar criando mais uma categoria - a da criança vitimizada sexualmente - e, dessa forma, deixá-la atada a um destino indelével.

Perceber que o sentimento de horror frente a tal fato faz parte do imaginário sexualista de nossa época, pode ser o primeiro passo para o profissional poder lidar com ocorrências de abuso sexual da criança. O horror vivenciado pelo profissional pode levá-lo tanto a fazer parte do complô do silêncio como, num outro extremo e mesmo sem intencioná-lo, a estigmatizar a criança levando-a a se perceber como nada além de uma vítima de abuso sexual. Com isto pretendemos dizer que o psicanalista, psicoterapeuta, psicólogo, médico, podem ficar paralisados frente a tal situação, preferindo (devido a um sentimento de incredulidade e aversão), buscar explicações outras que não a de um abuso sexual, pois lhes é praticamente impossível

aceitar e lidar com a concretude do fato. Por outro lado, esta imposição de concretude de algo tão violento pode levá-los a abordar a família e a própria criança de forma a corroborar uma idéia que possivelmente já se encontrava presente, ainda que latente: de que o abuso marcou a criança de maneira insolúvel, ou melhor, que ficou uma marca indelével no sujeito da sexualidade, só restando-lhe como alternativa a construção de uma identidade de vítima sexual. Isto seria restringir as possibilidades de subjetivação da criança e, tanto num caso como no outro, seu desenvolvimento psico-emocional poderia ficar comprometido. Ambas atitudes encontram-se permeadas pelos dispositivos da sexualidade. Desnaturalizar esse conceito talvez ajude o profissional a perceber seus próprios sentimentos e, conseqüentemente, a cuidar da criança de forma mais consciente e positiva. Foucault nos fala da necessidade de sairmos do registro do sexual para refletirmos a seu próprio respeito. Nessa perspectiva, torna-se fundamental àquele que vai atender uma criança sexualmente abusada poder olhar a gravidade do fenômeno, mas não como algo irreparável, da ordem de uma anulação irreversível. Perceber que ele encontra-se imbricado numa trama maior, a da sexualidade, significa a possibilidade de estabelecer uma relação com a criança abusada e com sua família onde haja maiores condições de intervenções objetivas e integradas à própria dinâmica familiar.

Propor um olhar sobre o abuso/violência implica em perceber a criança como algo além de um sujeito da sexualidade marcado, neste caso, por uma cicatriz básica em sua constituição. O desamparo aparece como uma nova possibilidade de o sujeito se conceber, como tendo vivido uma experiência de horror e submissão, mas não como algo da ordem de uma anulação

irreversível. Ao contrário, é fundamental tornar viável a este sujeito construir identidades que não sejam a de vítima sexual.

Nesse sentido, há um ganho ético com a noção de desamparo, visto que este prioriza a necessidade de uma relação amorosa entre mãe e filho, mas que pode e deve se estender aos seres humanos em geral. Cuidar e ser cuidado assume, eticamente, um lugar privilegiado. Ainda mais se pensamos que tal deslocamento poderá colaborar para que os ditos marginalizados sexuais – homossexuais, bissexuais, e também as vítimas de abuso sexual ou agressores em potencial – possam assumir outros papéis que fujam da estigmatização, proporcionando-lhes um lugar na sociedade mais digno de respeito e protegido de preconceitos (Ferraz, 1996).

Ferenczi e Winnicott, ao esfatizarem a questão do desamparo e da dependência no desenvolvimento infantil, deixaram como legado a nós, psicanalistas e psicoterapeutas, um vasto e fundamental material para pensarmos a relação transferencial e o processo analítico como um todo, particularmente nos casos em que a criança é brutalmente invadida e não consegue compreender a língua passional e devastadora do outro. É aí, mais do que nunca, que ela precisa se sentir acreditada por um analista continente, que saiba também lançar mão dos aspectos não-verbais da comunicação, de forma a fornecer um *holding* nesse novo ambiente, agora facilitador (Marinho, 1997).

O analista ou terapeuta deve seguir o ritmo da criança, para que não se repita no processo analítico, a invasão vivida anteriormente. O significado de um abuso, para a criança, pode ser muito diferente do que para nós, adultos. Por isso, talvez seja importante que a criança possa lembrar e falar do abuso

em condições toleráveis e seguras, em pequenas doses, ao mesmo tempo em que começa a esquecer um pouco, construindo e dando ênfase ao aspecto não-abusado de sua personalidade. Para tal talvez seja preciso, em alguns momentos, dar mais atenção à parte da personalidade que tenta esquecer o abuso, do que àquela que não consegue deixar de lembrá-lo. Isto não quer dizer que o analista deva negar o ocorrido, participando do complô do silêncio, mas saber distinguir o momento em que a criança tenta esquecer para fugir, daquele em que o esquecimento implica numa tentativa de superar a questão (Alvarez, s-d)

Um esquecimento para superar pode ser uma tentativa da criança de reconstruir a própria história, abrindo mão do personagem que lhe foi designado, ao percebê-lo como insuficiente para conter todas as suas experiências (Prochet, 1998). Experiências que não se resumem à do abuso, mesmo que inicialmente assim lhe pareça. O processo analítico surge como o espaço potencial onde experiências podem ser revividas e reeditadas.

Em "Pele de Asno", Perrault nos conta a história do rei viúvo que se apaixona por sua ainda bem jovem filha e decide desposá-la. A princesinha, tentando impedir tal evento, exige do pai a pele do asno que produzia ouro para o reino. Mas o velho viúvo, para surpresa da jovem, sacrifica o asno e lhe dá sua pele de presente. Desesperada, a princesa foge vestida na própria pele do asno, cumprindo seu destino, até encontrar um jovem e belo príncipe que por ela se apaixona. Os dois se casam e, finalmente, a princesa se reencontra com seu pai, já casado com uma senhora muito distinta.

Trabalhar com a criança abusada sexualmente, aquela que viveu na íntegra a história que a princesa-pele de asno tanto temia, significa ajudá-la a

se desvencilhar desse conto-mito ao qual se encontra presa, de forma que ela possa se despir da pele de asno e voltar, não somente a ser, mas a ser criativamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, A. (s-d) – Abuso Sexual de Crianças: A Necessidade de Lembrar e a Necessidade de Esquecer, MIMEO.

ARANTES, E.M.M. (1995) – Rostos de Crianças no Brasil in PILOTTI e RIZZINI, F./I. (org) – A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil, Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Universitária Santa Úrsula, Amais.

ARIÈS, P. (1978) - História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro: LTC

AZEVEDO e GUERRA, M.A./V.N.A. (1988) - Pele de Asno Não é Só História: Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família, São Paulo: Roca

_____ (1989) – Vitimação e Vitimização: questões conceituais in AZEVEDO e GUERRA, M.A./V.N.A. (orgs) – Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder (1989), São Paulo: Iglu.

_____ (1993) – As Políticas Sociais e a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Um Desafio Recusado em São Paulo? in Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento (1993), São Paulo: Cortez.

AZEVEDO, M.A. (1989) – Conseqüências Psicológicas da Vitimização de Crianças e Adolescentes in AZEVEDO e GUERRA, M.A./V.N.A. (orgs) – Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder (1989), São Paulo: Iglu

_____ (1993) – Notas para uma teoria Crítica da Violência Familiar contra Crianças e Adolescentes in AZEVEDO e GUERRA, M.A./V.N.A. (orgs) Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento (1993), São Paulo: Cortez.

AZEVEDO, GUERRA e VAICIUNAS, M.A./V.N.A./N. (1993) – Incesto Ordinário: A Vitimização Sexual Doméstica da Mulher-Criança e suas Conseqüências Psicológicas in AZEVEDO e GUERRA, M.A./V.N.A. (orgs) – Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento (1993), São Paulo: Cortez.

BATAILLE, G. (1968) - O Erotismo, Lisboa: Antígona.

- BEZERRA JR., B (1989) – Subjetividade Moderna e o Campo da Psicanálise in BIRMAN, J. (org) – Freud 50 Anos Depois, Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BIRMAN, J. (1994) – Psicanálise, Ciência e Cultura, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRAUNSTEIN, P. (1990) - Abordagens da intimidade nos séculos XIV-XV in DUBY, G (org.) - História da Vida Privada 2: Da Europa Feudal à Renascença, São Paulo: Companhia das Letras.
- BROWN, P. (1990a) - Corpo e Sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1990b) - Antigüidade tardia in VEYNE, P (org.) - História da Vida Privada 1: Do Império Romano ao Ano Mil, São Paulo: Companhia das Letras.
- CALLIGARIS, C. (1996) - Crônicas do Individualismo Cotidiano, São Paulo: Ática.
- CASEMENT, P. (1992) – Aprendendo ainda mais com o paciente – Rio de Janeiro, Imago.
- CHAUÍ, M. (1984) - Repressão Sexual: Essa nossa (des)conhecida, São Paulo: Brasiliense.
- COHEN, C. (1993a) – O Incesto Um Desejo, São Paulo: Casa do Psicólogo
- _____ (1993b) – O Incesto in AZEVEDO e GUERRA, M.A./V.N.A. (orgs) – Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento (1993), São Paulo: Cortez.
- CORBIN, A. (1991) - Bastidores in PERROT, M (org.) - História da Vida Privada 4: Da revolução Francesa à Primeira Guerra, São Paulo: Companhia das Letras.
- COSTA, J.F. (1986) - Violência e Psicanálise, 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal.
- _____ (1988) – Ferenczi e a Clínica in Cadernos de Psicanálise, Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, ano 10, nº 6.
- DESLANDES, S.F. (1994) - Prevenir a Violência: um desafio para profissionais da saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES - Jorge Careli.
- DONZELOT, J. (1980) - A Polícia das Famílias, Rio de Janeiro: Graal.

DUBY, G. (1990) - A vida privada nas casas aristocráticas da França feudal: convívio in DUBY, G (org.) - História da Vida Privada 2: Da Europa Feudal à Renascença, São Paulo: Companhia das Letras.

DUMONT, L. (1985) - O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna, Rio de Janeiro; Rocco.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

FERENCZI, S. (1909) – Transferência e Introjeção in Psicanálise I – Obras Completas (1992), São Paulo: Martins Fontes

_____ (1928a) – A Adaptação da Família à Criança in Psicanálise IV – Obras Completas (1992), São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1928b) – Elasticidade da Técnica Psicanalítica in Psicanálise IV – Obras Completas (1992), São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1930) - Princípio de Relaxamento e Neocartase in Psicanálise IV – Obras Completas (1992), São Paulo: Martins Fontes

_____ (1931) - Análises de Crianças com Adultos in Psicanálise IV – Obras Completas (1992), São Paulo: Martins Fontes

_____ (1933) - Confusão de Língua entre os Adultos e a Criança in Psicanálise IV - Obras Completas (1992), São Paulo: Martins Fontes

FERRAZ, C. H. (1996) - Sexualidade e Desamparo: Um estudo das origens do sujeito em Freud, Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Medicina Social (dissertação mestrado)

FINKELHOR, D. (1979) – Sexually Victimized Children, New York: The Free Press.

FORWARD e BUCK, C./C. (1989) – A Traição da Inocência: O Incesto e sua Devastação, Rio de Janeiro: Rocco.

FOUCAULT, M. (1977) - História da Sexualidade I: a vontade de saber, Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1979) – Microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1981) - Les Mailles du Pouvoir in Dits et Écrits IV (1994), Paris: Gallimard..

_____ (1982) - Le sujet et le pouvoir in Dits et Écrits IV (1994), Paris:

Gallimard..

_____ (1983) - Une interview de Michel Foucault par Stephen Riggins in
- Dits et Écrits IV (1994), Paris: Gallimard.

_____ (1984) - História da Sexualidade II: o uso dos prazeres, Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1985) - História da Sexualidade III: o cuidado de si, Rio de Janeiro, Graal.

FREUD, A. (1981) – A Psychoanalyst's View of Sexual Abuse by Parents in BEEZLEY MRAZEP e KEMPE, P./C.H. (org.) – Sexually Abused Children and Their Families, Oxford:Pergamon.

FREUD, S. (1905) - Três Ensaio sobre Sexualidade in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. VII (1987), Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1914) - Sobre o Narcisismo: uma introdução in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XIV (1987). Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1919) – “Uma Criança é Espancada”: Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, vol. XVII (1987), Rio de Janeiro:Imago.

_____ (1926) - Inibições, Sintomas e Ansiedade in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XX (1987), Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1927) – O Futuro de uma Ilusão in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XXI (1987), Rio de Janeiro:Imago.

_____ (1930) - O Mal Estar na Civilização in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XXI (1987), Rio de Janeiro: Imago.

FURNISS, T.(1993) - Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar, Porto Alegre: Artes Médicas.

GARCIA-ROZA, L.A. (1996) – Freud e o Inconsciente, 13^a ed. Rio de Janeiro:Jorge Zahar.

GÉLIS, J. (1991) - A individualização da criança in CHARTIER, R (org. – História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes, São Paulo: Companhia das Letras.

GUERRA, V.N.A. (1985) – Violência de Pais contra Filhos: Procuram-se Vítimas, São Paulo:Cortez.

LAPLANCHE e PONTALIS, J./J.B. – (1988) – Vocabulário da Psicanálise, 10ª ed., São Paulo: Martins Fontes.

LASCH, C. (1977) – Refúgio num Mundo sem Coração – A Família: Santuário ou Instituição Sitiada?, São Paulo: Paz e Terra.

LÉVI-STRAUSS, C. (1969) – Antropologia Estrutural, Buenos Aires: Eudeba.

MARINHO, L.C. (1997) – Considerações sobre o Tratamento Psicanalítico de Casos de Incesto in Cadernos de Psicanálise, Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, ano 19, nº 11.

MARQUES, M.A.B. (1994) – Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, Rio de Janeiro: Vozes.

NOEL e YAM, N./M. (1992) – Domestic violence: the pregnant battered woman in Nurse Clinics of North America, Vol.27(4), december.

OLIVEIRA, A.B. (1989) – Saúde e Vitimização in AZEVEDO e GUERRA, M.A./V.N.A. (orgs) – Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder (1989), São Paulo: Iglu.

PERROT, M. (1991) - Os atores in PERROT, M. (org.) - História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra, São Paulo: Companhia das Letras.

PINHEIRO, T. (1995) - Ferenczi: do grito à palavra, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PROCHET, N. (1998) – Cópia original do projeto de doutoramento, Instituto de Psicologia da USP.

REIS, E.S. (1997a) – Ferenczi: Um Analista Atual in Revista de Psicanálise do Instituto Wilfred Bion, Porto Alegre.

_____ (1997b) – Vida e Morte do Bebê Sábio in SANTA ROSA e REIS, E./E.S. – Da Análise na Infância ao Infantil na Análise, Rio de Janeiro: Contra Capa.

_____ (1998) A Morte do Sentido ou a Violação da Alma, Apresentado no Congresso Internacional Ferenczi e Psicanálise Contemporânea, Madrid, MIMEO.

RONCIÈRE, C. (1990) - A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença in DUBY, G. (org.) - História da Vida Privada 2: Da Europa Feudal à Renascença, São Paulo: Companhia das Letras.

- ROSSIAUD, J. (1985) - A prostituição, sexualidade e sociedade nas cidades francesas do século XV in ARIÈS e BÉJIN, P./A. - Sexualidades Ocidentais, São Paulo: Brasiliense.
- ROUCHE, M. (1990) - Alta Idade Média Ocidental in VEYNE, P. (org.) - História da Vida Privada 1: Do Império Romano ao Ano Mil, São Paulo: Companhia das Letras.
- RUSSEL, D.E.H. (1986) – The Secret Trauma, New York:Basica Book Inc.
- SAFFIOTI, H.I.B. (1989a) – Introdução: A Síndrome do Pequeno Poder in AZEVEDO e GUERRA, M.A./V.N.A (orgs) – Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder (1989), São Paulo:Iglu.
- _____ (1989b) – Exploração Sexual de Crianças in: AZEVEDO e GUERRA (org.), Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder, São Paulo: Iglu.
- SAFRA, G. (1989) – Momentos Mutativos na Psicoterapia Psicanalítica – São Paulo. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da USP.
- SANTOS, H.O – (1987) – Crianças Espancadas, São Paulo:Papirus.
- STERN, D. (1992) – O Mundo Interpessoal do Bebê: Uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento, Porto Alegre:Artes Médicas.
- UNICEF (1994) – Família Brasileira: a base de tudo, São Paulo: Cortez.
- VEYNE, P. (1985) - A homossexualidade em Roma in ARIÈS e BÉJIN, P./A. – Sexualidades Ocidentais, São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1990) - O Império Romano in VEYNE, P. (org.) - História da Vida Privada 1: Do Império Romano ao Ano Mil, São Paulo: Companhia das Letras.
- VILHENA, J. (1993) - Apartheid Clínico: uma visão violenta e autoritária da prática clínica in Cadernos do SPA: uma prática em debate (1993:5), Rio de Janeiro: PUC - Departamento de Psicologia.
- VITIELLO, N. (1989) – Vitimização Sexual: Conseqüências Orgânicas in AZEVEDO e GUERRA, M.A. /V.N.A. (orgs) – Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder (1989), São Paulo:Iglu.
- WINNICOTT, D.W. (1945) – Desenvolvimento Emocional Primitivo in Da Pediatria à

Psicanálise (1978), Rio de Janeiro:Francisco Alves.

_____ (1950) – Agressão e sua Relação com o Desenvolvimento Emocional in Da Pediatria à Psicanálise (1978), Rio de Janeiro:Francisco Alves

_____ (1951) – Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais in Da Pediatria à Psicanálise (1978), Rio de Janeiro:Francisco Alves.

_____ (1954) – Aspectos Clínicos e Metapsicológicos da Regressão Dentro do Setting Psicanalítico in Da Pediatria à Psicanálise (1978), Rio de Janeiro:Francisco Alves.

_____ (1958) – A Capacidade para Estar Só in O ambiente e os Processos de Maturação (1983), Porto Alegre:Artes Médicas.

_____ (1960a) – Teoria do Relacionamento Paterno-Infantil in O Ambiente e os Processos de Maturação (1983), Porto Alegre:Artes Médicas.

_____ (1960b) – Distorção do Ego em Termos de Falso e Verdadeiro Self in O Ambiente e os Processos de Maturação (1983), Porto Alegre:Artes Médicas.

_____ (1961) – Observações Adicionais sobre a Teoria do Relacionamento Parento-Filial in Explorações Psicanalíticas (1994), Porto Alegre:Artes Médicas.

_____ (1962) – A Integração do Ego no Desenvolvimento da Criança in O Ambiente e os Processos de Maturação (1983), Porto Alegre:Artes Médicas.

_____ (1963a) – Comunicação e Falta de Comunicação Levando ao Estudo de Certos Opostos in O Ambiente e os Processos de Maturação (1983), Porto Alegre:Artes Médicas.

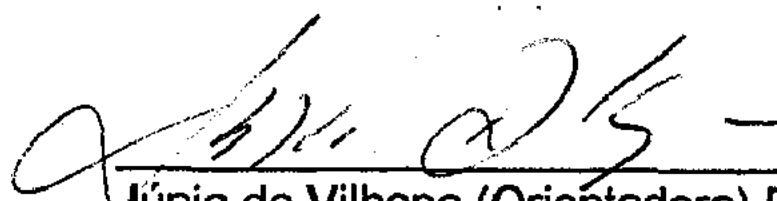
_____ (1963b) – O Medo do Colapso (*Breakdown*) in Explorações Psicanalíticas (1994), Porto Alegre:Artes Médicas.


_____ (1967) – O Conceito de Regressão Clínica Comparado com o de Organização Defensiva in Explorações Psicanalíticas (1994), Porto Alegre:Artes Médicas.

_____ (1970) – Individuação in Explorações Psicanalíticas (1994), Porto Alegre: Artes Médicas.

_____ (1988) – Os Bebês e suas Mães, São Paulo:Martins Fontes.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/Rio pela
aluna: MARIA DE FÁTIMA PINHEIRO DA SILVA JUNQUEIRA intitulada "DO
COMPLÔ DO SILÊNCIO À ESTIGMATIZAÇÃO DO DISCURSO: Reflexões
acerca do Abuso Sexual da Criança e a Prática Clínica", e aprovada pela
Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

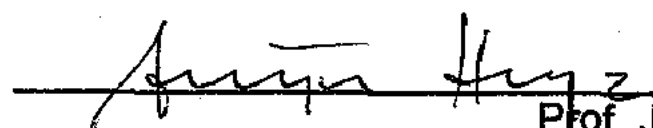

Júnia de Vilhena (Orientadora) PUC/Rio


Esther M. M. Arantes PUC/Rio


Benilton Bezerra Jr. - IMS/UERJ

Visto e Permitida a impressão

Em 22/2/99


Prof. Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de
Pós-graduação e Pesquisa do
Centro de Teologia e Ciências Humanas